



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

KARLA HELENE MARQUES LIMA

**SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS
ATRIBUÍDOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**

SANTOS

2015

KARLA HELENE MARQUES LIMA

SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS
ATRIBUÍDOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP *Campus Baixada Santista* para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino em Ciências da Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilda Mendes

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Gonçalves da Silva

SANTOS

2015

L7321s

Lima, Karla Helene Marques, 1987-

Significados estudantis e institucionais atribuídos ao uso de álcool e outras drogas em uma universidade federal. / Karla Helene Marques Lima; Orientador: Profª. Dra. Rosilda Mendes. – Santos, 2015.
127 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde, 2015.

1. Drogas. 2. Universidades. I. Mendes, Rosilda, Orientador. II. Título.

CDD M 610.7

KARLA HELENE MARQUES LIMA

SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS
ATRIBUÍDOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM
UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de São Paulo – UNIFESP *Campus*
Baixada Santista para obtenção do título de
Mestre Profissional em Ensino em Ciências da
Saúde.

Aprovada em _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Eliana Miura Zucchi

Prof.^a Dr.^a Andréa Rabinovici

Prof.^a Dr.^a Virginia Junqueira

Prof.^a Dr.^a Daniele Pompei Sacardo

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos estudantes-sujeitos desta pesquisa, bem como a todos os estudantes da UNIFESP sem os quais não seria possível percorrer esta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à querida Prof.^a Rosilda Mendes, a qual considero muito mais que uma orientadora. Com ela aprendi preciosos ensinamentos que levarei para toda a vida; aprendi que podemos sempre ser melhores do que somos; aprendi que defender um ideal é preciso, com sutileza e perseverança. Muito obrigada por sua dedicação e por ter acreditado em mim. À Prof.^a Rosilda rendo meu agradecimento, afeto e admiração.

À minha co-orientadora Prof.^a Cristiane Gonçalves da Silva, pelas suas certas contribuições, sempre me desorientando a fim de me conduzir ao caminho correto. Obrigada pelo carinho.

À Prof.^a Virginia Junqueira, que participou da banca de qualificação, suas contribuições são sempre valorosas. Obrigada pelo apoio e carinho

Aos amigos que mesmo longe se fazem presentes. Denise de Souza Llata, que apesar da distância, sempre tive como inspiração. A vida tem seus propósitos e por algum motivo nos afastou, mas tenha certeza que sempre estará em meu coração.

À Glaucy Grazielly, amiga de todas as horas, que sempre me incentivou, que sempre torceu por mim, mulher guerreira, de fibra e a melhor enfermeira que já conheci. Obrigada por tudo “neguinha”, tenho muito orgulho de você.

À Heloisa Pinto Pimentel Fortes, minha querida amiga, você tem um pedacinho do meu coração. Admiro sua simplicidade, disponibilidade, carinho e atenção com todos. Obrigada por existir em minha vida. Amo você amiga.

À Erika Correa, parceira de Unifesp. Obrigada pelas risadas e aventuras.

A Guilherme Zager Monteiro, amigo de Unifesp e melhor médico que conheço, inteligente e estudioso, sempre disponível para quem precisa. Muito obrigada pela ajuda e incentivo.

A Felipe Saab, obrigada pelo incentivo, atenção e ajuda sempre que preciso.

Ao meu colega de mestrado Carlos F. Barreto, que virou meu grande amigo, parceiro de projetos e uma das pessoas mais incríveis que já conheci nesta vida. Coração bondoso e espírito generoso, sempre entusiasmado ligado nos 220V, que conhece todos os autores da educação. Tenho certeza que ainda será nacionalmente conhecido, pois você tem

um enorme potencial. Como você diz, “as pesquisas devem ser empoderadas para não ficarem empoeiradas”.

Ao meu amigo de mestrado Fábio, a quem aprendi a admirar: íntegro, firme, sem rodeios, competente, engraçado e com um enorme coração valente. A você, Fábio, todo meu carinho.

Ao melhor psicólogo, Lucas Delfin, que ainda não é formado, mas já detém grande talento, senso crítico e dedicação. Continue sempre assim que com certeza contribuirá para um mundo melhor.

À minha amiga Susy Cirilo, agradeço por suas orações, seus conselhos e por fazer parte da minha vida.

À Esmeralda da Rocha, a pessoa mais talentosa que conheço, com um pavio curto igual ao meu. Obrigada por sempre estar pronta para me ajudar,

Aos meus tios Tita e Daniel, pela preocupação, cuidado e amor, vocês moram no meu coração.

À minha amiga de coração Elaine Rodrigues, mulher valente, corajosa, engraçada, bondosa e sempre disponível para socorrer quem precisa. Não conheço ninguém mais agitada e esperta. Tenho imenso orgulho e sou muito feliz por contar com sua amizade. Agradeço por ser presente em minha vida. Amo você.

À Suellen Rodrigues, agradeço pelo carinho e afeto e por ser essa pessoa tão sensível e amorosa.

A Eduardo Rodrigues da Silva obrigada pelas conversas, paciência e conselhos sempre precisos. Você passa calma, serenidade e confiança para todos ao seu redor. Quando o conheci não imaginava que seria meu vizinho. Agradeço por ter você, Elaine e Suellen ser essa família tão querida e por sempre estarem por perto. Amo todos vocês.

À Eliana Almeida Soares Ganam. Nesta vida não tive irmãos de sangue, mas Deus me compensou com amigos irmãos. “Lee” tenho um amor imenso por você e lhe considero minha irmã; teu coração é imenso, sua generosidade sem fim, alguém que sempre está disposta a ajudar, que ouve com atenção e se preocupa com cada detalhe; você é uma daquelas pessoas raras de encontrar. Acredite sempre em você, seu potencial é imenso.

Ao amor da minha vida, Elton Fernandes Pereira, com você meus dias são mais felizes. Obrigada pela paciência e dedicação, por me ouvir por horas até pegar no sono, por compartilhar as dificuldades e as alegrias da minha vida. Tenho mais que admiração por você, nutro um profundo orgulho! Agradeço também à minha sogra, Suely Fernandes, por criar você para mim. Amo vocês!

À minha mãe, Heloisa Helena, como eu te amo; sem você não seria nada nesta vida. Obrigada por ser minha mãe, obrigada por acreditar em mim, obrigada por todo o esforço e dedicação nestes anos. Tenho muito orgulho de você, bondosa com todos, sempre disposta a ajudar. Lembro-me das inúmeras vezes que saía de casa para dar comida, medicação ou banho em alguém doente: com você aprendi o que é amor ao próximo. Amo-te infinitamente.

Ao meu filho Samuel Pereira, presente de Deus em minha vida. Agradeço todos os dias a Deus por ter me dado você de filho. Menino esperto, amoroso, estudioso, dedicado, que presta atenção nas pessoas famintas que estão na rua e sempre tenta ajudar, que ama os animais. Sinto muito orgulho de você, que Deus te conserve assim, mamãe te ama mais que a própria vida.

Ao meu querido e amado “Gordo”, Alexandro da Silva sem você este sonho do mestrado nunca se concretizaria. Não existem palavras para te agradecer, você é uma daquelas pessoas raras de se encontrar na vida. Tenho um orgulho imenso e te admiro absurdamente. Acho que existe uma Karla antes e outra depois de ti, pessoa coerente com atitudes e falas, que luta por aquilo que acredita. Firme, corajoso e que não tem medo de se expor, de defender seus ideais e encarar os desafios da vida. Um pouquinho metódico, você é mais do que um “amigo-irmão” ou “irmão-amigo”. Amo muito você, que mora no meu coração, dividindo espaço com o Fernando, sempre doce e sorridente, a quem também agradeço.

Por fim, mas não por último, agradeço a Deus, que tem sido o alicerce de toda a minha vida. Toda base para sustentar precisa estar por último. “Deus é nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações” (SALMOS 46:1) em ti confio minha vida, meus sonhos, tudo que sou e serei. Tenho orgulho de servir a um Deus vivo que em breve voltará para buscar os seus. A Deus toda honra e glória, único digno de louvor e adoração, ao senhor toda a minha reverência.

RESUMO

Distintas posições morais e políticas marcam o significado social das drogas no contemporâneo. No entanto, é consenso que tal fenômeno é complexo e inúmeras questões ideológicas se mostram presentes revelando aspectos sociais multifacetados, que não são neutros. Esta pesquisa tem por objetivo compreender os significados atribuídos ao uso de álcool e de outras drogas por parte dos estudantes da Universidade Federal de São Paulo – *campus* Baixada Santista, bem como analisar os significados institucionais vinculados a política interna sobre drogas na universidade. A hipótese é que a diversidade institucional e experiencial no entendimento do consumo de álcool e outras drogas ficam submetidas ao discurso oficial. Esta configuração é historicamente reiteradora das posições hegemônicas e pode comprometer as políticas mais assertivas e eficazes em relação à educação sobre drogas. A metodologia é qualitativa e a produção dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, diários de pesquisa e levantamento documental sobre álcool e outras drogas (relatório de gestão, jornais, sites, artigos e demais materiais impressos da universidade). Para a organização dos dados foi construída uma tabela que auxiliou na definição das categorias analisadoras. A primeira categoria denominou-se Drogas na universidade: silenciamentos e diálogos; a segunda Juventude e universidade e a terceira Redução de Danos: dilema da universidade. A análise dos dados foi realizada por meio de análise do conteúdo e pelo método da triangulação. A conclusão através das categorias ora analisadas, demonstra que mesmo com a iniciativa de diálogo fomentado pela Pró – Reitoria de Assuntos Estudantis da UNIFESP, ainda existem lacunas na discussão sobre o consumo de álcool e outras drogas no *campus* Baixada Santista, necessitando urgentemente que a universidade cumpra seu papel pedagógico e incorpore esta temática nos espaços de formação da UNIFESP. Em relação aos significados apresentados pelos estudantes dos motivos que os levam ao consumo de álcool e outras drogas, entre os vários escopos apresentados se encontram: uso como forma de refúgio, para aguçar a criatividade, para conseguir estudar. Contudo, o significado mais evidente foi a relação entre uso de substâncias psicotrópicas e os processos de socialização e lazer. No que diz respeito ao local onde o uso de drogas é potencializado, destacaram-se territórios como as festas, principalmente as organizadas pela Atlética, luaus e jogos. Espera-se, com este estudo, contribuir com a construção de estratégias de atenção à saúde e redução de danos, aliadas à potencialização da autonomia dos estudantes frente ao uso de álcool e outras drogas.

Palavras-chave: Álcool e Drogas; universidade; Autonomia; Redução de Danos.

ABSTRACT

Distinct moral and political positions mark the social significance of drugs in contemporary. However, there is a consensus that such phenomenon is complex and several ideological questions present themselves revealing multifaceted social aspects that are not neutral. This research aims to understand the meanings attributed to the use of alcohol and other drugs by the students of the Federal University of São Paulo- *campus* Baixada Santista (UNIFESP), as well as to analyse the institutional meanings tied to the domestic policies about drugs at the university. The hypothesis is that the institutional and experiential diversity in the understanding of the consumption of alcohol and other drugs are subject to the official discourse. This setting is historically reiterative of the hegemonic positions and could compromise the most assertive and effective policies in relation to drug education. The methodology is quantitative and the production of data was performed by semi-structured interviews, research diaries, and documentary survey on alcohol and other drugs (management reports, newspapers, websites, articles and other printed materials from the university). For the data organization a table, which helped define the analysing categories, was built. The first category was called Drugs at the University: silences and dialogues; the second Youth and the University and the third Harm Reduction: the university dilemma. Data analysis was conducted by the means of Content Analysis and Triangulation. The conclusion, through the categories analysed, shows that in spite of the dialogue fostered by the Pro Rector of Student Affairs at UNIFESP, there are still gaps in the discussion about the use of alcohol and other drugs on the Baixada Santista *campus*, urging the university to fulfill its pedagogical role and to incorporate this theme in the formative spaces at UNIFESP. Concerning the meanings presented by the students, on the reasons for consuming alcohol and other drugs, among the many scopes there are: its use as a refuge, to sharpen creativity, to be able to study. Nevertheless, the most evident meaning was the relation between the use of psychotropic substances and the processes of socialization and leisure. Regarding the places where the use of drugs is potentialized some territories such as parties- specially the ones organized by the Athletic Club, luaus and matches stand out. This study is expected to contribute to the construction of health care strategies and harm reduction allied to the enhancement of the students' autonomy towards the use of alcohol and other drugs.

Key words: Alcohol and Drugs; University; Autonomy; Harm Reduction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Logo do UNIAD/INPAD.....	19
Figura 2. Logo do CEBRID.....	20
Figura 3. Logo do PROAD.....	20
Figura 4. Logo do UDED.....	21
Figura 5. Capa do ‘Jornal Entrementes’ edição especial sobre drogas – julho 2013.....	27
Figura 6. Cartaz do evento inaugural sobre drogas realizado pela PRAE dia 26 de março de 2014.....	29
Figura 7. Cartaz do evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> de SJC.....	30
Figura 8. Cartaz do evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> São Paulo.....	30
Figura 9. Cartaz do evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> Guarulhos.....	30
Figura 10. Cartaz do evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> Baixada Santista.....	31
Figura 11. Cartaz do evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> Osasco.....	32
Figura 12. Cartaz do evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> de Diadema.....	32
Figura 13. Cartaz do segundo evento sobre drogas realizado no <i>campus</i> Osasco.....	32
Figura 14. Divulgação de festa <i>open bar</i> na UNESP.....	75
Figura 15. Divulgação de festa de recepção dos calouros de 2015/UNIFESP.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

ABORDA – Associação Brasileira de Redutores de Danos

BICT-MAR – Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar

CA – Centro Acadêmico

CAAP – Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência

CAE – Conselho de Assuntos Estudantis

CAEXT – Coordenadoria de Atividades Extracurriculares

CASE – Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante

CAISE – Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Estudante

CCEL – Coordenadoria de Cultura, Esporte e Lazer

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas

CINEdh – Cinema e direitos humanos

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAD – Conselho Nacional sobre Drogas

CONFEN – Conselho Federal de Entorpecentes

CONSU – Conselho Universitário

DAR – Coletivo Desentorpecendo a Razão

DCE – Diretório Acadêmico Estudantil

DIMESAD – Disciplina medicina e Sociologia do Abuso de Drogas

DP – Diário de Pesquisa

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPM – Escola Paulista de Medicina

ETEC – Escola Técnica Estadual

FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INPAD – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do álcool e outras Drogas

MSF – Médicos sem Fronteiras

NAE – Núcleo de Apoio ao Estudante

ONG – Organização não governamental

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNAD – Política Nacional sobre Drogas

PPP – Projeto Político Pedagógico

PTS – Programa Troca de Seringas

PRAE – Pró – Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAD – Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes

PROUNI – Programa universidade para Todos

REDUC – Rede Brasileira de Redutores de Danos

REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das universidades Federais

RD – Redução de Danos

SENAD – Secretária Nacional Antidrogas

SISNAD – Sistema Nacional de Política sobre Drogas

SUS – Sistema Único de Saúde

SNC – Sistema Nervoso Central

SSCD – Serviço de Saúde do Corpo Discente

TAE – Técnicos em Assuntos Educacionais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TS – Trabalho em Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UDED – Unidade de Dependência às Drogas

UNIAD – Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Origem histórica da universidade e uma interpretação possível sobre a atual política sobre drogas na UNIFESP	18
1.2 Drogas: concepções.....	33
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	39
2.1 Juventude e uso de drogas.....	39
2.2 Socialização	42
2.3 Território: importância do espaço para produção de saúde	45
2.4 Autonomia é co-responsabilização!	48
2.5 Redução de danos: outro olhar sobre as drogas.....	50
2.6 Salutogênia e drogas	55
3. PERCURSO METODOLÓGICO	58
3.1 Etapas da pesquisa	59
3.2 Organização e análise de informação	62
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
4.1 Drogas na universidade: proibições, silenciamentos e diálogos.....	64
4.2 Juventude e universidade	81
4.3 Redução de danos: dilema na universidade	92
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6. REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	113
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113
ANEXO 2 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	115
APÊNDICES	118
APÊNDICE 1- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	118
APÊNDICE 2 – EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS.....	120
APÊNDICE 3 – PRODUTO TÉCNICO	121

APRESENTAÇÃO

As concepções, visões de mundo, posicionamentos éticos, teóricos e políticos não nascem do acaso: são marcas de vivências, experiências e trajetórias. Não posso colocar meu posicionamento acerca desta pesquisa, sem dizer “quem sou”. Ao trazer meu percurso pessoal, explícito que assim como os seres humanos são constituídos pela sua trajetória de vida, o uso de drogas também é marcado pelas vivências de cada um. Portanto, pensar sobre drogas exige um questionamento acerca de uma perspectiva puramente biológica e a incorporação de um olhar que envolva todos os aspectos: sociais, culturais, econômicos, sonhos e inquietações que movem os seres humanos e, portanto, também o consumo de drogas (CARNEIRO, 2002; HART, 2014). Com isto posto, coloco que meus posicionamentos éticos, teóricos e políticos se dão na perspectiva da autonomia do sujeito, valorizando a estratégia da Redução de Danos - RD como um caminho possível ao se refletir sobre as drogas, descartando-se a lógica da abstinência. Compreendendo RD como:

“(...) uma estratégia inteligente e eficiente para minimizar as consequências adversas do uso indevido de drogas. Parte de uma realidade que se impõe (dependentes são dependentes), sem tentar negá-la por discursos impositivos, morais ou éticos. Ao tratar o dependente como um igual, abre-se uma porta e os profissionais de saúde logo descobrem que, através do vínculo, é possível despertar no outro o desejo de se cuidar. Trata-se de uma atitude que respeita o indivíduo e oferece meios acessíveis de melhorar sua qualidade de vida, principalmente no que se refere à saúde” (SILVEIRA, 2008, p. 9).

Tenho origem em uma família extremamente humilde, minha mãe me criou sem pai e com muitas dificuldades financeiras. Durante toda minha infância morávamos na condição de “caseiros”, nos fundos de uma casa em uma pequena cidade litorânea, chamada Itanhaém: cresci em meio à natureza, admirando paisagens e animais, o que durante algum tempo me levou a pensar em ser veterinária. Minha mãe sempre foi muito doente e, além disso, sempre cuidou de uma tia epilética e esquizofrênica, que ficou internada no manicômio Anchieta, localizado na cidade de Santos. Lembro-me de visitá-la quando eu era criança e desde aquela época já possuía uma forte indignação acerca da maneira com que a sociedade rotula, marginaliza e trata as pessoas. Penso que meu processo de reflexão e questionamento começou observando estas atrocidades, embora os recursos para sustentá-los eram os do senso comum, pois não possuía repertório teórico que fundamentasse minha indignação.

Assim, entre uma dificuldade e outra fui crescendo e estudando com muito sacrifício, sempre almejando entrar em uma universidade. Ao final do ensino médio, mesmo não vislumbrando muitas possibilidades de ingresso em alguma universidade pública, prestei

alguns vestibulares para os quais consegui isenção da taxa de inscrição. Prestei também o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, naquela época, começava a despontar como uma possibilidade de ingresso em alguma universidade privada. Foi justamente no ano de 2005, quando prestei o ENEM, que o governo federal lançou a primeira etapa do Programa universidade para Todos (PROUNI), possibilitando que eu conseguisse uma bolsa na Universidade Paulista (UNIP) para cursar Enfermagem.

Durante a graduação sempre fui muito questionadora e idealista, características que me fizeram várias vezes ser sentenciada ao silêncio, pois sendo bolsista, não teria o “direito” a reclamar. Contudo, continuei com minha persistência e questionamentos sobre posicionamentos não éticos. A universidade possuía um conceito estrito de saúde e priorizava a formação voltada para a atuação técnica operativa (realização de procedimentos como: passagem de sondas, detalhamento de instrumentos do centro cirúrgico, diagnóstico de enfermagem, etc.), o que é muito produtivo para quem irá trabalhar em hospitais ou clínicas especializadas, mas deficitário na formação ampliada, onde aspectos sociológicos, econômicos, culturais e antropológicos também precisam ser incorporados: pesquisas também eram pouco incentivadas e valorizadas. Portanto, formei-me com uma concepção totalmente técnica operativa, sem a visão holística do ser humano e do processo de cuidado à saúde.

Iniciei meu percurso profissional como professora em uma escola privada de formação para técnicos de enfermagem e segurança do trabalho. Posteriormente comecei a lecionar na Escola Técnica Estadual (ETEC) Adolpho Berezin na cidade de Mongaguá, para técnicos de enfermagem. Este foi um momento marcante dada minha aproximação com a educação. Assim, recém-formada, fui lançada na área da educação, mas meu desejo inicial sempre foi fazer carreira em hospital, em grandes institutos ou mesmo trabalhando em alguma Organização Humanitária Internacional, a exemplo dos Médicos Sem Fronteiras (MSF), mas apaixonei-me pela educação apesar de seus desafios. No cotidiano, através das aulas teóricas e dos atendimentos que realizava durante as aulas práticas de estágio, fui constatando e compreendendo que a educação e a saúde são áreas interligadas e que aquela não está associada somente às práticas em sala de aula. Compreendi que a educação se relaciona com saúde e com todas as áreas do saber.

Ainda recém-formada também fui aprovada em vários concursos e no curso de aprimoramento em neurologia da Universidade de São Paulo (USP), mas optei por assumir o cargo de enfermeira no ano de 2010, para trabalhar na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) *campus* Baixada Santista como Técnica Administrativa em Educação (TAE).

Atuo em uma equipe interprofissional, composta por uma pedagoga, que já fazia parte do quadro de servidores da universidade, uma assistente social e um psicólogo, ambos aprovados neste mesmo concurso. Posteriormente, um médico se inseriu na equipe, totalizando cinco profissionais.

Este núcleo, denominado Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), era ainda incipiente, mas começava a ser instalado em todos os *campi* da UNIFESP, com o objetivo de dar suporte à permanência estudantil. O NAE se constituiu em um lugar potente, mas devido a inúmeros problemas de divergência entre atividades a serem realizadas acabou tornando-se um sítio de tensão. A direção local dos *campi* possuía uma percepção de atuação para este núcleo diferente das propostas idealizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), órgão responsável por organizar as políticas dos NAE, o que acarretou dúvidas entre os profissionais acerca da intencionalidade dos NAE, pois este se constituiu como um lugar privilegiado, repleto de significados e desassossegos, no qual se evidenciam as dificuldades e possibilidades do cotidiano dos estudantes: um ponto central para fazer aproximações e assessorar questões que extrapolam a permanência estudantil. Contudo, ao longo de sua implementação, os NAE vêm passando por crises em sua atuação, realizando atividades distintas e que, por vezes, variam totalmente de um *campus* para outro, sobrepondo diferentes propostas, através de uma visão biológica baseada na hegemonia da saúde tradicional do *campus* São Paulo, que ainda produz inúmeras dificuldades de atuação dos profissionais, principalmente aqueles ligados diretamente às demandas de saúde (enfermeira, psicólogo e médico).

Após cerca de cinco anos da implementação deste núcleo, a PRAE, que estabelece as diretrizes gerais para todos os NAE, ainda não possui uma política coesa entre os anseios dos *campi* e os anseios dela própria sobre qual seria a concepção de saúde para direcionar os profissionais no exercício de suas funções. Regimentalmente, a PRAE tentou estabelecer diretrizes, mas na prática tais regimentos não se materializaram e os profissionais continuam recebendo distintas demandas, transparecendo a indefinição das atividades deste núcleo.

Paralelamente a este processo de compreensão sobre quais atividades concernem ou não ao NAE, os atendimentos clínicos se restringiam a atendimentos em sala fechada a estudantes que passavam mal, que estavam doentes ou que precisavam de encaminhamento para especialidades em São Paulo, sendo cerceada qualquer tentativa de contato com os estudantes em outros espaços. Nestes acolhimentos uma questão que chamou minha atenção foi o consumo prejudicial de álcool e outras drogas, bem como a falta de discussão na

universidade sobre este tema. Atendíamos muitos estudantes com Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) que não sabiam de qual parceiro (a) proviria à infecção, em razão da amnésia alcoólica ou estudantes que relatavam uso de diversas substâncias psicotrópicas ao mesmo tempo, principalmente em festas. Este fato impossibilitava o comparecimento às aulas no dia seguinte, o que, por vezes gerava reprovação por excesso de faltas, fazendo com que o discente perdesse a bolsa do auxílio permanência.

O NAE também ouvia, por meio dos discentes, relatos de intercorrências em encontros esportivos, especialmente o “InterUnifesp”. Este evento ocorre uma vez por ano com estudantes de todos os *campi* e é palco de inúmeros problemas envolvendo o consumo de drogas. Há relatos de uma ação policial em uma das edições do evento que levou diversos estudantes para esclarecimentos na delegacia devido ao consumo de drogas, bem como relatos de assédio sexual. Assim, muitos estudantes, durante os atendimentos demonstravam ansiedade intensa e insônia ao relatar fatos ocorridos nas festas e eventos, necessitando de encaminhamento para atendimento no Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD) para acompanhamento especializado.

O SSCD fica nas proximidades do *campus* São Paulo e é coordenado exclusivamente por médicos. O serviço possui diversas especialidades que atendem os estudantes nas mais variadas demandas físicas, pautando sua atuação em uma concepção estritamente biomédica de atenção à saúde. A princípio atendia somente estudantes do *campus* São Paulo, mas atualmente está vinculado diretamente à PRAE e atende estudantes de todos os *campi*. Os agendamentos para consultas no SSCD são realizados em cada *campus* pelo NAE, fazendo com que o núcleo muitas vezes se assemelhe a uma central de marcação de consultas, pois não existe nenhum fluxo eficaz de referência e contra-referência em relação aos encaminhamentos. Assim, os profissionais do NAE muitas vezes não conseguem acompanhar estes estudantes de maneira apropriada e não possuem retorno dos procedimentos realizados no SSCD.

Outra questão que chamava a atenção dos integrantes do NAE eram os casos que ocorriam em outros *campi* e chegavam à PRAE, como denúncias de violência sexual, na qual vítima e violentador estavam alcoolizados; problemas de uso excessivo e prejudicial de álcool e outras drogas dentro do *campus* de Guarulhos; problemas com seguranças do *campus* Baixada Santista, que certa vez impediram alguns estudantes de entrarem depois de usarem maconha fora da UNIFESP e boatos da circulação de uma lista, realizada pela direção do

campus, com o nome dos estudantes que usavam drogas ilícitas, para uma posterior coerção. Tal lista nunca foi publicizada.

Logo o desafio emergiu: como lidar com os múltiplos fatores ligados ao uso e abuso de drogas (lícitas e ilícitas) visando colaborar para a constituição de um contexto universitário que lide com autonomia em relação a essas questões e que realmente faça sentido na vida dos estudantes? Do ponto de vista da operacionalização da pesquisa, a questão ficava ainda mais nublada. Sem referências institucionais claras (política, fluxos etc.), recaía sobre os servidores do NAE o peso de “dar conta” de situações para as quais não podiam decidir por conta própria (como por exemplo, decidir qual política direcionaria as ações nos atendimentos, a estratégia da RD ou o incentivo exclusivo a abstinência em relação às drogas, principalmente as ilícitas). Essa situação mostrava-se estranha para ambos, servidores e estudantes, uma vez que estes estudantes poderiam ser encaminhados para lugares de condutas bastante distintas.

Não é possível que a atenção ao estudante, e em especial no campo do álcool e de outras drogas, fique à mercê do “bom senso” de cada um ou de estratégias disciplinares dos seus campos de formação. No vácuo de um lugar de afirmação política, observamos que os operadores técnicos ficam na berlinda, recaindo sobre eles os dissabores da falta de uma política institucional orientadora, pois até o momento a UNIFESP não possui um eixo norteador em relação à política interna sobre álcool e outras drogas.

Acredito que a pesquisa precisa extrapolar a academia e acessar a sociedade, bem como fazer sentido para o pesquisador e para os sujeitos da pesquisa. Foi partindo destes pressupostos, e tentando compreender os significados atribuídos ao uso de álcool e outras drogas, que fiz seleção para o mestrado profissional da UNIFESP – BS, encontrando no mestrado profissional a possibilidade de entender uma prática profissional socialmente comprometida com os desafios colocados hoje às universidades. Obviamente não é fácil, creio que praticamente todos que cursam este mestrado ao menos uma vez já pensaram em desistir, sem contar as contradições de cursar um mestrado para pesquisar e refletir sobre a prática e ter que compensar todas as horas utilizadas em estudo, com uma grade curricular tão extensa quanto a do mestrado acadêmico.

Todavia, (re)pensar a prática e o próprio local de trabalho é algo fascinante e ao mesmo tempo temeroso. Entender os processos que envolvem seu fazer profissional e poder contribuir de alguma maneira com os sujeitos da pesquisa é desafiador. É como se todo seu

trabalho científico, ao término do processo de pesquisa, se materializasse por meio do produto final, cujo assunto nunca se esgotará. Por outro lado, também é um processo que produz hesitação e tensão: como escrever todos os percalços envolvidos nesta trajetória? Como relatar sentimentos e observações que não estão escritos, mas que são constatados através das vivências e das relações no local de trabalho? Como apresentar aquelas atitudes que transcendem as falas institucionais, indicando ambiguidades entre regimentos, atribuições da PRAE e dos *campi* para os NAE. Estas são algumas das sutilezas enfrentadas por aqueles que se dispõem a cursar um mestrado profissional.

Com o intuito de dar voz às vozes que me interpelam, começarei a partir deste momento a contextualizar o percurso relacionado às políticas sobre álcool e outras drogas nesta instituição, datados da criação da PRAE em 2010. Para Vygotsky (1984), os significados são produzidos socialmente. Portanto, compreender e acompanhar este processo e acessar essas produções de significados atribuídos por estudantes e pela universidade poderia contribuir com estratégias mais amplas de atenção em saúde, alinhadas com as demandas concretas dos estudantes.

Esta estratégia se baseia no fato de que, enquanto produção social, a temática das drogas oferece significados diretamente ligados ao seu uso e também significados de dimensões outras da vida do estudante de modo que, no conjunto, ao cuidar de uma questão, estamos incidindo num todo mais amplo de questões, todas elas mobilizadoras da vida do estudante e que baliza outras formas de compreensão e encaminhamento à questão do uso de drogas.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Origem histórica da universidade e uma interpretação possível sobre a atual política sobre drogas na UNIFESP

A UNIFESP tem sua origem na Escola Paulista de Medicina, localizada na Vila Clementino em São Paulo: entidade privada formada em 1933, foi posteriormente federalizada em 1956, e transformada oficialmente em UNIFESP no ano de 1994. Sua tradição foi estabelecida através do curso de Medicina, então durante anos seu gerenciamento foi realizado por médicos e pautado por uma concepção radicalmente biológica de saúde, concepção que fragmenta o cuidado à saúde por especialidades, sem incorporar todos os múltiplos fatores (sociais, econômicos, psicológicos etc), envolvidos no processo saúde - saúde. (SEIFFERT, 2006; BORGES, SAMPAIO e NADER, 2008; UNIFESP, 2011c). Esta concepção direciona muitas das decisões da instituição, como pode ser observado no trecho do histórico, extraído do site da Escola Paulista de Medicina:

“A universidade Federal de São Paulo, criada em 15 de dezembro de 1994, resultou da transformação da Escola Paulista de Medicina em universidade da área da saúde e tendo em conta a sua história e consciente da sua responsabilidade com a ciência e a comunidade da qual faz parte, a UNIFESP – EPM tem como missão desenvolver, em nível de excelência, as atividades inter-relacionadas de ensino, pesquisa e extensão, almejando liderança nacional e internacional na área da saúde. É universidade especializada no campo de ciências na área da saúde. É a mais produtiva das universidades brasileiras, considerando a relação entre trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional e o número de docentes¹”.

Percebe-se por este trecho que a UNIFESP surgiu com um propósito baseado na excelência na área da saúde, estruturada por meio da hegemonia do saber médico. Em relação a pesquisas sobre drogas, a UNIFESP é pioneira, iniciando estudos nas décadas de 1940 e 1950 com o Prof. Ribeiro do Vale (RODRIGUES *et al*, 2008). Nesta instituição também se concentram conceituados centros de pesquisas de atuação nacional destinados a estudos no campo das drogas, servindo de referência para muitas outras instituições. Entretanto, tais centros possuem perspectivas muito distintas sobre o tema: enquanto uma parcela de pesquisadores acredita na RD e autonomia do sujeito, compreendendo a questão das drogas de forma múltipla, outra parcela trabalha com enfoque nos prejuízos passíveis de serem provocados por estas substâncias, sugerindo a abstinência total como estratégia de tratamento principal para lidar com os problemas advindos do uso de drogas. Entre os locais destinados a pesquisas relacionados a estas temáticas podemos destacar:

¹Trecho sobre a história da Escola Paulista de Medicina, retirado do site da própria instituição. Disponível em <<http://www.epm.br/sobre-a-escola/1-historia>>. Acesso em 5 jul. 2015.

Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) / Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD). A UNIAD foi criada em 1994 por dois professores recém-chegados da Inglaterra, Prof. Ronaldo Laranjeira e Prof. John Dunn. Esta unidade iniciou suas atividades no interior do Hospital São Paulo (HSP) com o objetivo central de atender os funcionários do hospital. Posteriormente, em 1996, adquiriu uma sede própria, ampliando seu atendimento e iniciando outras atividades de pesquisa. Assim, realizaram importantes estudos e levantamentos, bem como algumas parcerias, a saber, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Departamento de Psiquiatria da UNIFESP, tornando-se um Centro de Referência para pesquisas relacionadas ao uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas. Devido à importância e abrangência de suas atividades, em 2008 o UNIAD concorreu a um edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a FAPESP, e foi selecionado para o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Estava criado, naquele momento, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas do Álcool e Outras Drogas².

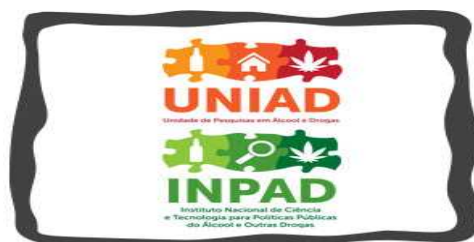


Figura 1: Logo UNIAD/INPAD Fonte site UNIAD

Centro Brasileiro de Informação Sobre Drogas (CEBRID). Funciona na UNIFESP no setor de Psicobiologia do *campus* São Paulo e é coordenado pelo Prof. Elisaldo Carlini. O CEBRID é uma entidade sem fins lucrativos que possuiu uma visão interdisciplinar, compreendendo a questão das drogas em suas múltiplas ancoragens³. Realiza levantamentos nacionais sobre álcool e outras drogas, como o I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país, que ocorreu em 2001 e o II Levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país, que ocorreu em 2005 (CARLINI *et al*, 2002; CARLINI *et al*, 2006).

² Informações do site da UNIAD. Disponível em <<http://www.uniad.org.br/uniad/nossa-historia>>. Acesso em 6 jun. 2015.

³ Informações do site do CEBRID. Disponível em < <http://www.cebrid.epm.br/index.php>>. Acesso em 6 jun. 2015.



Figura 2: Logo Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas (CEBRID). Fonte site CEBRID

Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD). Fundado em 1987, coordenado pelo Prof. Dartiu Xavier da Silveira, o PROAD a princípio atendia no espaço físico do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP, mas a partir de 1991 adquiriu espaço próprio para atendimento. Com a criação da Secretaria Nacional Anti-Drogas⁴ (SENAD) dentro do Ministério da Justiça em 1998, o PROAD começou a ser um serviço de referência para o governo federal. Possui uma visão acolhedora voltada para o sujeito, atuando no tratamento à dependência química através de uma visão abrangente e apostando em equipes interprofissionais evidenciando e trabalhando com as singularidades de cada sujeito. O objetivo principal do PROAD é desenvolver pesquisas e extensões universitárias voltadas à prevenção do consumo de substâncias psicotrópicas, a princípio com foco central nas substâncias ilícitas. Posteriormente foram incorporadas questões sobre o uso prejudicial de álcool e medicamentos, bem como outros tipos de dependência, a exemplo do sexo abusivo, jogo, compras compulsivas, dentre outras. Atualmente atende também pessoas prejudicialmente viciadas em internet⁵.



Figura 3: Logo Programa de orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD). Fonte site PROAD

Unidade de Dependência às Drogas (UDED). Coordenado pela Prof.^a Maria Lúcia Oliveira de Souza Formigoni, é um setor da Disciplina de Medicina e Sociologia do Abuso de Drogas – DIMESAD, ligado ao Departamento de Psicobiologia da UNIFESP *campus* São Paulo, composto por equipe multiprofissional. Possui o objetivo de realizar

⁴Posteriormente a SENAD foi renomeada para Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, em uma tentativa de infletir uma outra perspectiva sobre as drogas que não necessariamente a que se traduz no termo “anti”, previamente adotado.

⁵ Informações do site do PROAD. Disponível em <<http://www.psiquiatria.unifesp.br/d/proad/historico/>>. Acesso em 6 jun. 2015.

pesquisas relacionadas às drogas, assistência e formação de recursos humanos para atuar na área de dependência⁶.



Figura 4: Logo Unidade de Dependência às Drogas (UDED). Fonte site UDED

Essa multiplicidade de posicionamentos e práticas presentes nestes grupos se arrasta por décadas e atualmente ainda é fortemente expressa através de condutas distintas. Em entrevista ao jornal *Entrementes*, publicação periódica da UNIFESP, a pró-reitora de assuntos estudantis relata:

“Não temos uma posição sobre esses pontos, até porque sabemos que dentro de nossa comunidade há pesquisadores, médicos e cientistas que defendem posições muito distintas, eventualmente até antagônicas, todos ancorados em argumentos sólidos e respeitáveis. Por isso a nossa posição é de estimular o diálogo e a reflexão, com o objetivo de contribuir para que a sociedade encontre os melhores caminhos. Esse é nosso papel” (MAROLLA, 2013, p. 2).

Durante muitos anos a UNIFESP possuía somente graduações e pós-graduações na área da saúde, até o momento em que foi propulsionada pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). Dentro da lógica da expansão do Governo Federal, a UNIFESP aderiu ao REUNI e iniciou seu processo de expansão primeiramente com a criação de um *campus* na Baixada Santista e posteriormente com a criação de outros *campi*: Diadema, Guarulhos, Osasco e São José dos Campos. A partir deste momento começaria seu processo de ampliação das áreas de conhecimento, com graduações também nas áreas de humanas e exatas, tornando-se uma universidade *multicampi* e *multitemática* (UNIFESP, 2011c).

Tal ampliação ocasionou inúmeras divergências, pois com a criação de outros *campi* e outras áreas do saber, novas concepções começaram a ser incorporadas no direcionamento da UNIFESP, ameaçando lógicas e políticas até então hegemônicas. Se na EPM já havia divergência entre grupos sobre a temática das drogas, com a criação de outros *campi* novas tensões políticas se engendram. A multiplicidade de perspectivas tem suas potências, no entanto, algumas vezes pode impedir que se produzam estratégias comuns em torno de uma mesma questão.

⁶ Informações do site do UDED. Disponível em <http://www2.unifesp.br/dpsicobio/uded/>. Acesso em 6 jun.2015.

Após o processo de expansão, tanto em área geográfica como em multiplicidade de saberes, evidenciou-se uma intensa necessidade de mudança na estruturação do estatuto da universidade para abarcar estas diferenças e de uma política específica para apoiar a permanência estudantil. Há de se considerar que a expansão aumentaria o número total de vagas e as especificidades de estudantes vindos das mais diversas regiões do país, com condições socioeconômicas e costumes distintos. Devido à necessidade dessa reorganização, em março de 2010 o novo estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU), que estabeleceu através de seu Art. 26 a criação de um novo conselho, o de Assuntos Estudantis - CAE, precursor da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. O estatuto também definiu em seu Art. 27 as várias competências deste conselho, uma de suas funções seria “promover políticas e programas de apoio à permanência do aluno, tais como moradia, transporte, alimentação e saúde” (UNIFESP, 2011a, p. 16).

Em 1º de outubro de 2010 a PRAE foi instituída com a missão de “desenvolver ações institucionais direcionadas para o acesso e permanência de estudantes de graduação, residência e pós-graduação da UNIFESP, visando a excelência na formação integral, pautada nas responsabilidades ética, social e ambiental” (UNIFESP, 2013b, p. 5). Para melhor articulação da permanência estudantil, a PRAE foi configurada com subdivisão em quatro coordenadorias, também aprovadas pelo CONSU e oficializadas no Regimento Geral da universidade, sendo elas:

- Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência (CAAP);
- Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Estudante (CAISE) — atualmente denominada Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante (CASE);
- Coordenadoria de Atividades Extracurriculares (CAEXT);
- Coordenadoria de Cultura, Esporte e Lazer (CCEL).

Cada coordenadoria possui objetivos específicos em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo decreto presidencial n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, com o intuito de contribuir com as condições necessárias para permanência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O PNAES completa e dá sustentação ao binômio acesso e permanência do estudante universitário ao articular estratégias que compreendem mudanças políticas, ampliação estrutural e concessão de auxílios visando à democratização do ensino superior no país (BRASIL, 2010).

Observa-se pelas discussões trazidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) que cada IFES constrói seu modelo de atenção à saúde de acordo com sua realidade, dentro de suas condições geográficas, políticas, históricas e orçamentárias. Isto coloca a universidade para discutir o conceito de saúde vivenciado no cotidiano universitário. Assim, a UNIFESP começou a pensar em estratégias de atuação de acordo com especificidades dos *campi* e das condições de atuação da própria PRAE, que, sendo ainda recém-criada, precisava se fortalecer.

Para que a política de permanência estudantil fosse executada, foi implantado em cada *campus* da UNIFESP um núcleo, onde trabalho desde seu início, como mencionado anteriormente: o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE), composto por servidores técnicos administrativos da área de saúde, assistência social e pedagogia, além de um coordenador. Este núcleo é responsável por acolher os estudantes nas suas mais variadas demandas (físicas, subjetivas, sociais e pedagógicas), realizando a intersecção entre a PRAE e suas coordenadorias, a fim de efetivar as ações no *campus*.

Destacaremos as diretrizes da CASE, antiga CAISE, por ser a coordenadoria responsável pelas demandas da saúde discente, uma das dez áreas de atuação institucional prevista pelo Governo Federal através do PNAES e, portanto, até o momento a responsável por fomentar uma estratégia de prevenção e educação relacionada ao tema que pretendemos analisar: o uso de álcool e outras drogas pelos estudantes. Dentre os objetivos gerais desta coordenação destacava-se: “prevenir, detectar e tratar precocemente problemas sanitários mais prevalentes como Doenças Sexualmente Transmissíveis, uso de álcool e drogas, e depressão” (UNIFESP, 2011b, p.1). O Plano de Desenvolvimento Institucional da PRAE 2011-2015, também apontava que a CASE deveria ter como meta o desenvolvimento de programas em saúde, visando o físico e o intelectual dos discentes. Dentre as várias propostas instituídas, destacamos um trecho do Programa de Atenção ao Uso e Abuso de Drogas por se relacionar diretamente à temática que pretendemos abordar. Caberá a este programa:

“Sistematizar ações de orientação com relação ao comportamento do estudante frente às diversas substâncias químicas que provocam dependência como nicotina, álcool, maconha, cocaína, crack, heroína, etc. através de palestras, campanhas, debates, fóruns, entre outros, tendo como alvo orientar, dialogar e acolher os discentes nas questões que envolvem o uso e abuso destas substâncias. Informar sobre os comportamentos associados ao seu uso/abuso que possam refletir em sua formação acadêmica, em suas relações sociais com a família e amigos, e em sua saúde física” (UNIFESP, 2011b, p.25).

Para tanto, na tentativa de elucidar esta questão e proporcionar atendimento aos discentes, esta coordenadoria estabeleceu fluxos onde estudantes com problemas decorrentes

do uso prejudicial de álcool e outras drogas poderiam ser encaminhados pelos profissionais do NAE ou psiquiatras do SSCD para o PROAD ou encaminhados pelos psiquiatras do SSCD para a UNIAD (UNIFESP, 2011b). Tendo em vista que estas organizações possuem concepções de saúde e de cuidado distintas, tais posicionamentos dificultavam a discussão interna, uma vez que a diversidade não é entendida como possibilidade, mas como impeditivo de uma posição oficial sobre o tema.

Embora seja considerada uma referência nacional no assunto, percebe-se, que até este momento a universidade não possui uma política clara em relação às drogas para sua comunidade acadêmica, flutuando muitas vezes entre concepções distintas, o que dificulta planos de ação e intervenção por parte dos profissionais do NAE, uma vez que lidar com drogas de maneira a diminuir a autonomia dos sujeitos, acarreta um distanciamento entre instituição e estudantes.

Com essas lacunas, este assunto foi superficialmente abordado. Neste período o uso de álcool era permitido dentro do espaço físico da universidade, principalmente no *campus* São Paulo, onde a venda de bebidas alcoólicas era a principal fonte de renda da Atlética⁷. Entretanto, a partir do final de 2011, por decisão do CONSU, foi aprovada uma medida que proibiu a venda e o consumo de álcool dentro da instituição, o que ocasionou um enorme descontentamento por parte dos estudantes, que teriam que transferir as festas para outros lugares. Em revolta a esta determinação, os estudantes do Centro Acadêmico Pereira Barreto da Escola Paulista de Medicina fizeram uma nota:

“Proibicionismo: a ineficiência e o autoritarismo caminham lado a lado. Recentemente, a Reitoria da UNIFESP, por iniciativa de sua Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, proibiu qualquer tipo de consumo de bebidas alcoólicas em suas dependências e previu penas disciplinares para os transgressores da norma. A medida se baseou na legislação federal pertinente e foi motivada, segundo os proponentes, para coibir os excessos e a violência ocorridos nos períodos de recepção aos calouros” (COLETIVO DESENTORPECENDO A RAZÃO, 2012).

Esta nota aponta um conceito disseminado na atual sociedade, que prefere proibir e punir ao invés de dialogar. Carrega o silenciamento de uma universidade de referência no assunto que por muito tempo se omitiu em relação a uma política interna sobre drogas, e que, na tentativa de mudança, acaba por reproduzir conceitos pré-estabelecidos que pressupõem a proibição como solução para o problema do uso prejudicial de álcool.

“Pensar isso é, ao mesmo tempo, uma incoerência de uma administração centralizada por um grupo de médicos de elevado prestígio nacional e uma tentativa

⁷ Atlética na universidade é um coletivo de estudantes que realizam atividades esportivas e organizam a maioria das festas universitárias.

de fugir da real responsabilidade. [...] Não podemos permitir essa interferência, é chegada à hora de nos organizarmos, ou a história nos cobrará pelo silêncio!” (idem).

Assim, os estudantes — principalmente os do *campus* São Paulo — se organizaram e no final de 2012 pediram um ponto de pauta no CAE. Realizaram uma apresentação que demonstrava que a proibição não solucionava o problema, transferindo apenas o consumo para outros lugares, o que colocava os estudantes em um panorama mais vulnerável, pois muitas vezes acabavam se reunindo para confraternização e consumo de álcool em uma rua próxima a universidade, dividindo o espaço da calçada, o que colocava os estudantes em risco de vida. Nesta apresentação os estudantes também se demonstraram disponíveis a medidas de RD. Ao final deste conselho percebeu-se que tais discussões precisariam ser aprofundadas e levadas para os outros *campi* da UNIFESP (UNIFESP, 2013c).

Em outra reunião do CAE esta questão foi detalhada e separada em dois assuntos que se interligavam e tinham como intuito de aprofundamento nestas questões e a possibilidade de revogar a medida que proibia o consumo de álcool: autonomia dos espaços estudantis e medida que proibia o consumo de álcool dentro do espaço físico da universidade. Para se pensar nestas questões com propriedade, instituiu-se uma comissão denominada - Comissão de Estudo da Autonomia dos Espaços Estudantis, composta por discentes, técnicos e docentes. Esta comissão também ficou com a incumbência de entender a questão da gestão dos espaços estudantis, dado o aparecimento de outra demanda de estudantes, desta vez o *campus* da Baixada Santista onde estudantes, em desacordo com a direção local, reclamavam do fechamento do espaço do Centro Acadêmico (CA), local destinado a convivência dos discentes (UNIFESP, 2013c).

Esta comissão fez um profícuo trabalho, trazendo para diálogo estudantes de todos os *campi*, docentes especialistas no assunto, estudantes do CA de outras universidades e consulta à procuradoria da UNIFESP: realizaram também um fórum sobre autonomia dos espaços estudantis. Contudo, ao findar os trabalhos, a comissão, percebeu-se a presença maciça de estudantes em algumas reuniões e o esvaziamento em outras como no fórum. Transparecia, portanto, que os estudantes almejavam soluções prontas e rápidas, demonstrando extremo interesse na revogação da medida que proíbe o consumo de álcool dentro do espaço da universidade e pouco interesse nas questões gerais que necessitavam de aprofundamento. A comissão trouxe à reflexão se a falta de participação estudantil, inclusive durante as reuniões da comissão, seria consequência de uma universidade paternalista. Questionou-se também se tal distanciamento estudantil seria o reflexo das relações de poder

presentes na UNIFESP. Contudo, ficaram evidentes, em tais discussões, que faltavam espaços de lazer e convivência para os estudantes na UNIFESP, sendo que esses espaços de socialização são considerados fundamentais para a comunidade estudantil.

Outro fator destacado foi à distância dos *campi* e a complexidade no gerenciamento da universidade que também dificultaram as discussões e os trabalhos da comissão. Por fim, a comissão levou como orientação para o CAE a importância de várias ações como: regularizar os termos de cessão/concessão dos espaços estudantis, definir orientações em relação à regularização de tais espaços, atentando também para o espaço arquitetônico e principalmente manter um canal de mediação entre estudantes e universidade. A comissão sugeriu que a mediação fosse realizada pelo NAE (UNIFESP, 2013c).

No início de 2013, a UNIFESP passou por um processo eleitoral para definição da nova reitoria, para a qual concorreram três chapas. A campanha eleitoral foi bem prolífica e a votação deveras acirrada, com a chapa Plural e Democrática, comandada pela Prof.^a Soraya e Prof.^a Valéria, respectivamente como reitora e vice-reitora, vencendo com poucos votos de diferença. Pela primeira vez a UNIFESP teve na gestão, uma mulher docente e não médica ocupando o cargo de reitor(a). Após a posse da nova reitoria, toda a gestão da PRAE foi alterada, a discussão sobre o consumo de álcool no espaço físico da universidade continuou, inclusive a comissão de autonomia dos espaços estudantis terminou seu relatório no final do ano de 2013. No entanto, a discussão ganhou outro olhar e uma série de movimentos foi iniciado com o propósito de (re)pensar uma política sobre drogas com foco nos estudantes, na universidade e na sociedade.

O primeiro grande processo de reflexão realizado pela nova gestão da PRAE foi a publicação de uma edição especial de veículo da reitoria de circulação interna da UNIFESP, o *Jornal Entrementes*. Esta edição, publicada em julho de 2013, foi voltada para reflexão sobre as drogas em consonância com os temas mais polêmicos, como internação compulsória, política de RD, legalização, comércio e consumo de drogas. Conceituados pesquisadores da UNIFESP, cada qual com suas concepções e posicionamentos, discursavam sobre tais temas, de formas distintas. Nesta edição, também houve falas de gestores da UNIFESP, como a pró-reitora de assuntos estudantis. Esta iniciativa foi de grande relevância, podendo ser considerada o marco da discussão ampliada relacionada às drogas e um momento inédito na história desta universidade.



Figura 5: Capa do 'Jornal Entrementes' edição especial sobre drogas - julho 2013

“O consumo e o tráfico de drogas, lícitas e ilícitas, constituem uma questão de grande complexidade, que deve ser discutida, analisada e debatida como tal pela universidade, afirma Andrea Rabinovici, pró-Reitora de Assuntos Estudantis (PRAE) da Unifesp. Com o objetivo de promover o diálogo e troca de ideias e informações, a PRAE organizará seminários e debates sobre o tema, no segundo semestre de 2013. Trata-se de um evidente problema social, político, cultural, econômico e policial, que afeta a vida dos brasileiros e também a comunidade da Unifesp, já que estamos inseridos nesse contexto. Entendemos ser o papel da universidade colaborar e contribuir com reflexões que ajudem a equacionar e, eventualmente, oferecer perspectivas de solução para os grandes problemas provocados pelo consumo e comércio das drogas, lícitas e ilícitas” (MAROLLA, 2013, p.2).

Outro movimento de reflexão da PRAE foi uma matéria publicada em seu jornal denominado Plural e Democrático, também de circulação interna na UNIFESP. A capa fez uma provocação com o título: “DROGAS NA UNIVERSIDADE – Vamos conversar?” Esta matéria demonstrava o desafio de construir uma política sobre drogas e lançava a proposta de fóruns coletivos específicos sobre as drogas em todos os *campi* da UNIFESP na tentativa de uma construção conjunta com toda a comunidade acadêmica, refletindo a opinião de pesquisadores internos e externos à UNIFESP, pessoas ligadas a marchas, coletivos, estudantes, técnicos e docentes. Explicitava também quais foram os motivos que levaram a UNIFESP a iniciar esta discussão e diálogo sobre o uso de álcool e outras drogas, apontando os próximos passos para reflexão e instauração de uma política interna sobre o uso de álcool e outras drogas:

“Um primeiro passo foi dado logo no início da gestão Plural e Democrática, quando saiu uma edição especial do Jornal Entrementes tratando do uso de drogas como caso de política e ouvindo alguns de seus especialistas a respeito de redução de danos, internação compulsória e legalização de uso. Agora serão dados novos passos: a construção conjunta com alunos, docentes e servidores técnicos de uma série de eventos que buscarão tratar do assunto com especialistas (da Unifesp e de fora dela), pessoas ligadas a marchas, e coletivos, encabeçados pela PRAE e pelo Departamento de Comunicação Institucional (DCI). Pretende-se fazer um evento inaugural seguido de outros ciclos em cada *campi*. Após estes eventos a universidade, em fóruns coletivos específicos, buscará definir” (UNIFESP, 2013a, p.1)

Assim, marcando a trajetória de reflexão sobre álcool e outras drogas, ocorreu no dia 26 de março de 2014, no teatro Marcos Lindenberg em São Paulo, um evento inaugural organizado pela PRAE para o aprofundamento nas discussões envolvidas na temática das drogas, com o objetivo de estabelecer ao longo do processo uma política sobre drogas para UNIFESP. Estiveram presentes neste dia o Prof. Elisaldo Carlini do CEBRID e o Prof. Henrique Carneiro da USP. Também estiveram presentes a reitora da UNIFESP Prof.^a Soraya Smaili, a Marcha da Maconha, o Coletivo “Desentorpecendo a Razão” (DAR) e um representante discente do Diretório Central Estudantil (DCE) da UNIFESP. Compondo a discussão, vários estudantes dos *campi* participaram ativamente deste momento. A PRAE disponibilizou transporte para os estudantes dos *campi* de maior distância de São Paulo que quiseram participar. Em relação a este evento o Jornal Plural e Democrático publicou:

“Foi realizado em 26 de março de 2014, no anfiteatro Marcos Lindenberg, o seminário “Drogas e universidade”. O evento tratou sobre a questão das drogas e reflexões sobre o que a universidade pode realizar diante do tema. O evento abriu o ciclo de debates que pretende discutir a construção de uma política universitária capaz de dialogar com a diversidade de elementos que constituem a questão do uso de drogas com vistas à produção de uma política alinhada às concepções e práticas que melhor respondam tanto à realidade da universidade quanto às possibilidades de indicar possíveis estratégias para a sociedade” (UNIFESP, 2014, p.1).



Figura 6: Cartaz do evento inaugural sobre drogas realizado pela PRAE dia 26 de março de 2014

Posteriormente ocorreram outros movimentos nos *campi*, todos organizados pelos NAE em parceria com núcleos, professores internos e/ou externos, pesquisadores de drogas e outras instituições. O movimento foi incentivado pela PRAE e cada *campus* deveria usar a metodologia⁸ que melhor abarcasse suas especificidades com intuito de fomentar uma discussão para colaborar na elaboração de uma política geral sobre drogas para a UNIFESP.

A primeira discussão nos *campi* ocorreu na UNIFESP de São José dos Campos no dia 27 de maio de 2014 onde se exibiu o documentário “Fora de Si”, com posterior diálogo e reflexão em grupo. Participaram do debate o Centro de Convivência é de Lei, uma Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos que atua na perspectiva de promover cuidado a usuários de drogas. O “É de Lei” possui um projeto denominado “Respire”, que consiste em uma estratégia de difusão da prática de RD como uma medida de proteção à saúde em festas de música eletrônica, como as *raves*. Poucos estudantes estiveram presentes, contudo, a discussão foi muito profícua e os que participaram estavam receptivos ao diálogo sobre preconceitos e estigmas.

A discussão seguinte ocorreu no *campus* São Paulo no dia 04 de junho de 2014, no teatro Marcos Lindenberg. Participaram o Prof. Ronaldo Laranjeira, Prof. Elisaldo Carlini,

⁸Seminários, conversas em grupo, filmes, palestras, oficinas etc.

Prof.^a Maria Lucia Formigoni, Prof.^a Zila Sanchez e o acadêmico Kalil Abdalla. Especialmente nesta discussão, o tema central foi à medida proibitiva do consumo de álcool dentro do espaço físico da UNIFESP. Neste evento os estudantes estiveram presentes em grande número, lotando o teatro e produzindo discussões intensas e complexas, intercaladas por aplausos e vaias.

Outro evento foi realizado no dia 22 de outubro de 2014 no *campus* de Guarulhos. Participaram como debatedores o coordenador do setor de adultos e adolescentes da PROAD Prof.^o Thiago Marques Fidalgo e a Prof.^a Ana Lúcia de Moraes Horta da Escola Paulista de Enfermagem. Devido à especificidade na área de ciências humanas, o *campus* Guarulhos possui uma discussão qualificada e alinhada sobre questões sociais. De fato, em função de já ter sofrido diversas intercorrências devido ao uso de álcool e outras drogas dentro do espaço físico da universidade, portanto, a reflexão sobre a comunidade acadêmica e suas relações com drogas e álcool foi extremamente importante e aprazível.



Figura 7: Cartaz do evento sobre drogas realizado no *campus* de SJC

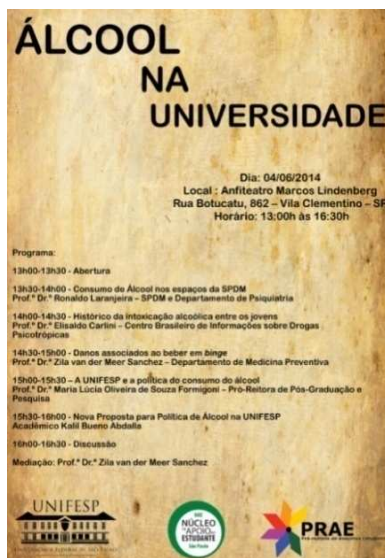


Figura 8: Cartaz do evento sobre drogas realizado no *campus* SP



Figura 9: Cartaz do evento sobre drogas no *campus* Guarulhos

No *campus* Baixada Santista, o evento ocorreu em parceria com o núcleo de Cinema e Direitos Humanos (Cinedh), coordenado pela Prof.^a Andrea Almeida Torres. Participou como debatedor Marcelo Vilhanueva, psicólogo inserido na rede local de atenção a

saúde mental. O documentário apresentado para posterior debate foi “Cortina de Fumaça”. Estavam presentes para reflexão estudantes de diversos cursos, principalmente Serviço Social.



Figura 10: Cartaz do evento sobre drogas realizado no *campus* Baixada Santista

O *campus* Osasco realizou a discussão sobre esta temática em 21 de outubro de 2014 com a apresentação do filme “Requiem Para um Sonho”. Participaram como debatedoras a psicóloga do NAE de Diadema Érika Correa que pesquisa sobre uso de álcool nos estudantes de Diadema e eu, enquanto enfermeira do NAE da Baixada Santista e também pesquisadora da área de drogas. Esta experiência foi muito interessante, pois os profissionais integrantes do NAE possuem parâmetros marcantes para realizar um diálogo embasado nos casos reais de uso de drogas na universidade.

No *campus* de Diadema o evento sobre álcool e outras drogas ocorreu a partir do dia 24 de outubro de 2014, sendo realizado em quatro etapas. Houve apresentação de filmes sobre a temática, palestras e mesa redonda para esclarecimentos. Como debatedores estiveram presentes o Prof. Elisaldo Carlini e o Dr. Reinaldo Corrêa, que trouxeram grandes contribuições.



Figura 11: Cartaz do evento sobre drogas realizado no campus Osasco



Figura 12: Cartaz do evento inaugural sobre drogas no campus Diadema

Em 26.05.2015 o campus de Osasco realizou mais um potente evento sobre drogas na universidade, contando com a participação de conceituados pesquisadores, estudantes e a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis.



Figura 13. Cartaz segundo evento sobre drogas realizado no campus Osasco

Após estes eventos, o objetivo da PRAE seria fomentar uma política institucional sobre álcool e outras drogas que contemplasse a lei e as especificidades da UNIFESP. Assim,

no que tange à política institucional, o discurso público (oficial) que tem muitos significados: afirma a lei (proibicionista), propõe o diálogo (comunitário) e não afirma um lugar específico nessa produção. Mas o que seria afirmar um lugar? Com certeza, não é tomar partido frente à polarização posta pela discussão sobre drogas afirmando-se proibicionista ou progressista, mas defender as estratégias oriundas das demandas/especificidades de seu contexto, apoiando-se na sua capacidade de construir estratégias múltiplas de sustentação de suas ações, uma vez que a universidade possui os mais avançados centros de estudo sobre o tema.

1.2 Drogas: concepções

*No fundo, boa parte do que achamos
que sabemos a respeito das drogas,
vício e escolhas possíveis está errada.*

Carl Hart⁹

É labiríntico buscar compreender o fenômeno das drogas. Muitas das escolhas para se dialogar sobre esta questão, embora possam ter significados/sentidos em contextos estritos, não cobrem a totalidade de sentidos atribuídos às vivências relacionadas às drogas, dada sua diversidade de ancoragens: pessoais, sociológicas, antropológicas, psicológicas e econômicas (TIBURI e DIAS, 2013). Segundo Hart (2014), neurocientista da Universidade de Columbia, fomos ensinados a pensar nas drogas como um problema de saúde mental ou criminal, onde os usuários de drogas são tratados como seres incapazes de assumir o controle do próprio corpo, necessitando de intervenções médicas para reabilitação ou tratados como marginais e neste caso precisariam de detenção judicial. No entanto, todos os problemas ocasionados pelas drogas deveriam ser compreendidos como um problema geopolítico que se manifesta em nível social e não serem encarados como caso psiquiátrico ou de polícia.

Geralmente quando o assunto são as drogas, as questões ideológicas vêm fortemente à tona. Há alguns anos as discussões sobre drogas vêm atraindo outras áreas do saber (juristas, antropólogos, cientistas sociais, médicos, enfermeiros, psicólogos,

⁹HART, C. **Um preço muito alto:** A jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 15.

profissionais da saúde em geral, economistas etc.), extrapolando a visão medicocêntrica da psiquiatria. Tal ampliação ocorreu devido ao momento histórico das últimas décadas, quando houve mudanças na produção capitalista e conseqüentemente grande aumento na produção, comercialização e distribuição de drogas (BRITES, 2006).

Para Soares *et al* (2009, p. 189), “(...) é imprescindível tomar como ponto de partida, as conseqüências do modo de produção capitalista, tanto no consumo de drogas, como também na sua produção e distribuição”, o que traz ao debate o consumo contemporâneo das drogas. Para o pensamento neoliberal a competição e busca de projetos individuais são comuns e os sujeitos são responsáveis pelo próprio sucesso ou insucesso. Quando estes não atendem às expectativas, não conseguindo alcançar os bens socialmente produzidos, carregam a culpa pelo fracasso. Entretanto, em nenhum momento é analisada a estrutura que compõe este contexto.

Passos e Souza (2011, p. 155), ao analisarem a atual estrutura da “guerra às drogas” na conjuntura neoliberal, dizem que

“A guerra às drogas se tornou ao mesmo tempo um exercício de controle social e uma estratégia para a ampliação da economia neoliberal a partir do exercício do poder e da violência. A economia neoliberal se fortalece através da intensificação de uma economia bélica, já que a guerra às drogas e a lógica de consumo não são lógicas opostas, elas se alimentam e se fortalecem mutuamente”.

Segundo Siqueira (2013), a lógica capitalista produz e alimenta uma perspectiva utilitarista da sociedade, na qual sujeitos, grupos sociais, organizações e quaisquer outros componentes deste quadro são classificados inclusive por nós mesmos de acordo com sua utilidade. Nesta lógica, os usuários de drogas pobres são tidos como inúteis por não produzirem riquezas e nem movimentarem o mercado formal. Ainda de acordo com o autor, o “Brasil é o país que mais mata usuários de drogas no mundo, ou porque estão ‘vivendo na rua’ ou, pior, ligados ao tráfico de drogas ou ao ‘crime’ ” (SIQUEIRA, 2013, p. 134).

A expressão de guerra às drogas foi mencionada pela primeira vez em 1971, pelo presidente dos EUA Richard Nixon e década após década vem se mostrando ineficaz, uma estratégia fracassada que criminaliza a pobreza e produz violência, mortes, prisões, estigmas, doença. A própria denominação de guerra às drogas, já denota uma moldura bélica, que se baseia no controle através do sistema penal e não de saúde. Segundo Karam (2013, p.35), “O fracasso, no entanto, nem é algo assim tão grave. É apenas um eloqüente sinal da inutilidade da proibição. Muito mais grave do que o fracasso são os imensos riscos, danos e sofrimentos causados pela proibição”.

O estudo divulgado pelo Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime – UNODC aponta que, somente em 2013, houve um aumento significativo na produção de drogas, sendo catalogadas mais de 97 substâncias que ainda não eram conhecidas e a estimativa é de que este número seja muito superior. Tal constatação contribui para a afirmação de que a atual política proibicionista não é adequada para resolver o caso das drogas, sendo que a quantidade de substâncias criadas está muito acima da capacidade do governo de contê-las (BRANDALISE, 2015).

A perspectiva de uma política de guerra às drogas é uma estratégia fracassada, evidenciada também pelos inúmeros estudos que apontam que o modelo proibicionista não soluciona a questão das drogas. No Brasil tal fracasso é apontado pelos relatórios nacionais e internacionais, que comprovam o aumento significativo do uso de álcool e outras drogas nas últimas décadas, especialmente entre adolescentes e jovens (COUTINHO, ARAÚJO e GONTIÈS, 2004; CARLINI *et al*, 2006; FORTE, 2007; ANDRADE, DUARTE e OLIVEIRA, 2010; ADADE e MONTEIRO, 2013; UNODC, 2013).

Neste contexto, vale recordar que o álcool e o tabaco são as substâncias mais danosas socialmente, pois estão respectivamente relacionados ao aumento de acidentes automobilísticos e ao aumento do câncer de pulmão, não são vistas como drogas; ao contrário, existe um forte apelo midiático e cultural incentivando o consumo do álcool para socialização. Em relação ao tabaco, não se veiculam mais propagandas ligadas ao uso, o que não significa a cessação total do incentivo ao consumo pela mídia (BUCHELE, COELHO e LINDNER, 2009).

Bucher (2007), afirma que não existem sociedades sem drogas, variando apenas as substâncias utilizadas devido à capacidade ou incapacidade da sociedade em lidar com tensões e disfuncionamentos. Ainda segundo o autor “as drogas, quando muito, revestem a carapuça de bode expiatório do moderno ‘mal-estar na cultura’, ao lado de outros fenômenos de marginalização social, como a delinquência, o alcoolismo, os suicídios, a violência urbana [...]” (BUCHER, 2007, p. 117). Na mesma linha de argumentação, Campos (2005, p.214), salienta que “o uso de drogas na maioria das vezes não ocasiona nenhum problema social/pessoal, sendo apenas uma questão de trajetória pessoal”.

Segundo Carneiro (2002), as drogas se fazem presentes no cotidiano das pessoas

“[...] as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias [...] não apenas o álcool, como quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos da

sociabilidade, da cura, da devoção, do consolo e do prazer. Por isso, as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades” (CARNEIRO, 2002, p. 117).

Para Tiburi e Dias (2013), para compreender a questão ambígua entre dor e prazer ocasionada pelas drogas será necessário em primeiro lugar vencer o moralismo. E para vencê-lo — e com ele a atual lógica de culpabilização do sujeito será necessário superar os reducionismos e os discursos simplórios antidrogas. Para tanto, Campos (2005, p. 214) tem proposto “construir uma educação sobre drogas a partir do entendimento ampliado, uma ‘drogalidade’ que também inclua a subjetividade, as fantasias, os valores, a busca do prazer, as normas, as representações pessoais e sociais”.

Em relação ao percurso para o estabelecimento da Política Sobre Drogas no Brasil, o processo foi extenso e ainda há muito a ser percorrido. Segundo Oliveira (2007, p. 178), “no Brasil, que, possivelmente, ocupa o primeiro lugar na produção legislativa do mundo ocidental, a criação de leis, geralmente, é obra de pouca reflexão, e, quase sempre, de poucos autores”. Estas pistas do silenciamento, ou da fala de poucos, indicam os passos institucionais que ainda fundamentam a política no Brasil.

O Brasil possui experiências recentes em relação às políticas sobre drogas. Até meados de 1900, não havia nenhuma legislação que restringisse o uso de drogas, que era comumente realizado em locais frequentados por filhos da oligarquia e jovens de classe média dentro de espaços restritos. Contudo, a partir de 1920 o governo começou a realizar o controle sobre ópio e cocaína nas classes sociais tidas como perigosas na época: pobres, imigrantes, pardos e negros. Assim, em 1921 o governo estabeleceu medidas punitivas para qualquer tipo de utilização de ópio, morfina, heroína e cocaína. Iniciavam-se neste momento as políticas sobre entorpecentes no Brasil (CHAIBUB, 2009).

Mais de meio século depois se institui a Lei n.º 6.363/1976, que proibia o plantio e a comercialização de qualquer substância catalogada pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde. Esta lei também enfatizava a importância do comprometimento individual e social ao colocar em seu Art. 1º “(...) é dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito e indevido de substâncias entorpecentes ou que determine dependência física ou psíquica” (CHAIBUB, 2009; GORGULHO, 2009).

Até 1998 as políticas públicas sobre drogas eram direcionadas pelo Conselho Federal de Entorpecentes (Confen), ligado ao Ministério da Justiça. Apenas em 1998 foi

criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), “que na sua origem, subordinava-se a Casa Militar da Presidência da República, que posteriormente foi transformada em Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República, sem perder seu caráter militarista” (KARAM, 2013, p. 79). A SENAD possuía um caráter executivo, realizando um trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas na tentativa de evitar a dependência, também tentava abordar estratégias de RD e inserção social dos dependentes. Nesta época, também foi criado o Conselho Nacional sobre Drogas (CONAD). A política sobre drogas nesta época era denominada Política Nacional Antidrogas (PNAD).

Em 2002 foi aprovada a Lei n.º 10.409/2002 em substituição à Lei n.º 6.363/1976. Houve várias críticas em relação à aprovação desta nova lei e muitos pedidos de vetos por distintos segmentos da sociedade. Tais críticas se embasavam na fragilidade da composição desta nova lei, que não abarcava as mudanças necessárias relacionadas à questão multifatorial do caso das drogas. Contudo, o pedido de veto não foi aceito na íntegra e foram vetados apenas alguns artigos, sendo retirada quase toda a política de prevenção, que era a parte mais crucial e se manteve a descrição dos crimes advindos do uso de drogas contidos na legislação anterior, o que tornou a aplicação da Lei n.º 10.409/2002 praticamente inviável (GUIMARÃES, 2007; CHAIBUB, 2009).

A despeito destas questões, mesmo com tais intercorências, para Guimarães (2007) houve avanços com a Lei n.º 10.409/2002, pois o alvo seria o crime organizado e não os usuários de drogas. Em 2004, houve uma reflexão sobre a PNAD que envolveu setores da sociedade brasileira, resultando na aprovação de uma nova política sobre drogas, aprovada por meio da resolução n.º 3, de 27 de outubro de 2005. Neste mesmo ano, a SENAD desvincula-se do Gabinete de Segurança Institucional e vincula-se ao Ministério da Justiça. A Secretaria sofre uma alteração passando a ser denominada como Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas com a missão de coordenar a Política Nacional Sobre Drogas que também passou por uma alteração na nomenclatura, por meio da articulação e integração entre governo e sociedade na tentativa de se pensar sobre drogas de maneira ampliada (GORGULHO, 2009).

Posteriormente, em 2006, a SENAD assessorou o parlamento na construção da Lei n.º 11.343/2006, que revogou as leis anteriores, instituindo o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas (SISNAD), estando em vigor até hoje (SENAD, 2010). Segundo documento elaborado pela SENAD, a Lei n.º 11.343/2006 colocou o Brasil em destaque no cenário internacional ao atentar para questões como prevenção ao uso indevido de drogas,

reinserção social de usuários e dependentes, além do reconhecimento da diferença entre usuário e traficante, os quais passariam a ser tratado de forma distinta. Entretanto, na prática, a legislação — que foi criada para superar trinta anos de leis obsoletas — demonstrou-se conservadora em alguns posicionamentos, deixando lacunas onde o usuário de drogas, mesmo ao oferecer eventualmente drogas e sem lucros, pode ser enquadrado como traficante (LINS, 2009).

Diante de tais fatos e falhas na legislação, existe a urgente necessidade de uma abordagem ampla que culmine com reflexão coletiva, onde os sujeitos se envolvam no processo político (CARLINI-COTRIM, 1992; ACSELRAD, 2005). Precisam ser considerados todos os aspectos do uso de drogas, valorizando a saúde, a ampliação de compromissos sociais, de direitos humanos e de democracia.

Assim, a partir de minha apresentação pessoal, do processo histórico de implementação da PRAE e das diferentes concepções sobre drogas na atual sociedade contemporânea, propomos com este estudo analisar os significados estudantis e institucionais atribuídos ao uso de álcool e outras drogas em uma universidade federal, com o intuito de elaborar um produto técnico (APÊNDICE 3), a ser implementado na universidade.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste estudo, refletimos sobre drogas através da perspectiva de alguns pressupostos teóricos, que sustentaram a discussão e a análise dos dados. Compreendemos que nossas escolhas impõem recortes muitos específicos que não apreendem a totalidade dos elementos que formam nosso universo de estudo. Assim, localizaremos a discussão sobre juventude, socialização, território, redução de danos, autonomia e salutogênia que nos auxiliam a dar alguns contornos a essa discussão.

2.1 Juventude e uso de drogas

O Brasil, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, possui cerca de 50 milhões de jovens o que corresponde aproximadamente a 25% da população brasileira, justificando a necessidade de estratégias específicas para esta população. Atualmente a definição de juventude ultrapassa algumas delimitações, que consideram os fatores estritamente interligados a biologia, idade ou a conceitos que enquadram esta fase como período de transição da adolescência para fase adulta, bem como discursos reducionistas que definem esta etapa como período ameaçador e de transgressões, compreendo que juventude se constitui em uma categoria social passível de direitos e deveres (BRASIL, 2013).

Em relação às políticas públicas voltadas para esta população, somente em 2005 foi implementado a Política Nacional de Juventude – PNJ, com intuito de melhorar a qualidade de vida dos jovens, visto que estes são os mais acometidos pelas desigualdades sociais, violências e falta de oportunidade de empregos. Contudo, ainda existe um denso caminho a ser traçado na garantia dos direitos a esta população (BRASIL, 2006). “É na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social” (BRASIL, 2013).

“O reconhecimento da diversidade juvenil, assim como a importância de políticas universais e específicas e a classificação de subgrupos etários foram se caracterizando como referência para a formulação de políticas de juventude em diferentes Ministérios e Secretarias do governo. Outra medida importante no esforço de tornar a política pública de juventude em uma política de Estado foi a promulgação, em julho de 2010, da Emenda Constitucional 65, que incluiu a palavra “jovem” no capítulo da Constituição Federal “Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso”. Essa alteração criou condições para que sejam aprovados os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, referentes ao Estatuto da

Juventude (PL 4.529/2004) e o Sistema Nacional de Juventude” (BRASIL, 2013, p. 10).

Segundo Soares *et al* (2009), quando se pensa em estratégias sobre drogas, sob perspectiva da saúde coletiva, é preciso compreender que a relação entre juventude e uso de drogas sofre a incidência de diversos outros determinantes. O argumento que enquadra os jovens como os principais usuários de drogas, simplesmente por classificá-los dentro de uma faixa etária de vulnerabilidades, desaparece. Obviamente existem características marcantes e relevantes em cada fase da vida, contudo não são fatores biológicos que determinam o padrão do uso de álcool e outras drogas (SILVEIRA, 2008; NERY FILHO *et al*, 2009).

“A juventude torna-se uma categoria social porque sua expressão não se circunscreve a um certo grupo de jovens. Para a saúde coletiva juventude pode ser conceituada como uma categoria que deposita na vida social um sujeito histórico capaz de oferecer respostas coletivas diferentes daquelas formatadas pelos padrões dominantes” (SOARES, 2011, p. 372).

Segundo Hobsbawm (1995), ligações com o universo cultural, político, econômico, social, afetivo ao qual o jovem se insere são entendimentos essenciais e se fazem fator primordial para a análise desta etapa da vida, pois não é possível entender estes períodos isoladamente, nos quais vários cenários e contextos se fazem presentes. O que o autor nos lembra é que a categoria juventude não existe por si só, não se consolida enquanto uma categoria universal, que pode ser apreendida em qualquer tempo e em qualquer espaço. Ou seja, quando falamos em juventude é sempre importante tentar localizar de quem estamos falando.

“(...) a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonistas do desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2006, p.8).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que o adolescente é aquele que tem até 17 anos, 11 meses e 29 dias, exceto algumas exceções que não nos interessam neste texto. Pois bem, poderíamos imaginar que a juventude seria o tempo posterior à adolescência, todavia, essas fronteiras além de serem difíceis de demarcar não podem ser consideradas de forma rígida. No geral, recebemos no *campus* Baixada Santista estudantes entre 18 e 22 anos, entretanto, temos observado o crescimento de ingressantes com 17 e acima dos 30 anos. A média de idade, portanto, pega o campo das definições clássicas de juventude, que são aqueles que não são mais adolescentes, mas ainda não ingressaram no mercado formal de trabalho e, ou mantêm laços de dependência, sobretudo econômica com figuras de ligação parental ou familiar (BIRMAN, 2006).

Essa aparente homogeneidade se desfaz no contato direto com os estudantes. Não vamos adotar aqui uma perspectiva teórica única, entendendo que o campo de discussão da juventude é amplo, variando da antropologia, da sociologia, da psicologia, da medicina, a/entre outras áreas. No entanto, algumas discussões importam para este trabalho. Elegemos Sarti (2004a; 2004b), Costa (2004) e Soares (2011) como autores que trazem questões importantes para nosso debate.

Outro fator marcante a ser observado nesta faixa etária é que os jovens raramente procuram uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para prevenção de agravos à saúde. Quando procuram esses equipamentos é para solucionar problemas pontuais, como atualização do calendário de vacinação, tratamento de alguma DST, ou para retirar insumos como anticoncepcionais e preservativos, o que dificulta o diálogo e intervenções na população jovem (SOARES *et al*, 2009).

A questão do uso/abuso de álcool e outras drogas, dada sua multidimensionalidade, pode tornar-se um campo minado à reflexão, por mais bem-intencionada que ela seja. Dependendo do recorte que se faça, corre-se o risco de perder a noção de unidade, ainda mais no nosso caso quando tentamos discutir uma relação entre juventude e drogas. Se culturalmente o uso de álcool e outras drogas pode ter uma série de sentidos para os sujeitos que deles se utilizam há que se considerar igualmente as estratégias ou significados que são socialmente construídos sobre este uso.

Para algumas culturas, existe uma simetria entre sentidos pessoais e significados sociais, para outras, o que observamos é a assimetria. Cada organização social põe em funcionamento políticas que normatizam as relações no que diz respeito ao uso dessas substâncias: os tipos liberados ou proibidos, os limites etários de consumo, as formas de comércio, as consequências às transgressões dessas prescrições entre outras questões igualmente importantes.

É nesse sentido que a divisão uso / abuso pode conter algumas armadilhas quando desconectadas de um olhar – como já assinalado – amplo, capaz de trazer à análise a multideterminada desse fenômeno.

2.2 Socialização

Nossa forma de inserção no mundo é necessariamente social. Sem a mediação de outro ser humano para a apropriação da cultura não temos acesso às formas de socialização que nos insere na categoria de humanos. Esta distinção implica a compreensão de que os conteúdos dos quais nos apropriamos para configurar os significados sobre nós e o mundo somente ocorre se pensarmos que eles ocorrem no interior de relações. São as relações que compõem o cenário no qual as disputas pela afirmação de significados sejam mediadas igualmente pelos sentidos pessoais que aquela experiência traduz. Na nossa cultura, existe uma trajetória prototípica que é baseada num *continuum* de referências que vão dando sustentação à vida (BERGER e LUCKMANN, 2013).

Essas referências, em geral, não se contrapõem, pelo contrário, são complementares e vão se revezando no tempo e no espaço. Estamos falando dos processos de socialização primária e secundária que na nossa cultura correspondem à família e posteriormente aos grupos sociais extensos (amigos, colegas, relações de trabalho, lazer, cultura, vizinhança etc.). Estamos propondo essa discussão porque o tema das drogas tem uma interface que nos ajuda a compreender o estudante universitário e o consumo de álcool e outras drogas.

A família é uma entidade de socialização que não é neutra. Ela incide de forma potente na formação do sujeito, iniciando-o em modos de vivência que podem ser baseados na tradição, na liberalidade ou na mistura de ambas posições sobre o mundo. Também é preciso lembrar, a partir de Freyre (2006), que a família traduz uma condição que é social, e, ao fazê-lo, contribui para a formação social. Se os costumes são variados, relativos a cada unidade familiar, essa diversidade não está isenta da manutenção da coesão social. Segundo Sarti:

“A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas, com as quais se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. Assim, é fundamentalmente como lugar de aquisição de linguagem que a família define seu caráter social. Nela, aprende-se a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Esse processo que se inicia ao nascer estende-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família” (SARTI, 2004a, p.17).

Nesse sentido é que observamos que, enquanto entidade responsável pela socialização primária dos sujeitos, a família é responsável pela produção dos limites e possibilidades que cada sujeito enfrentará quando multiplicar seu campo de referências de vida. Fiz esta referência para lembrar que, embora socialmente o abuso de álcool seja mal

visto, um dos primeiros cenários de apresentação a este uso é sob a tutela da família, quando esta mesma o reproduz no contexto de confraternização, desinibição, relaxamento etc. Se, no futuro, os filhos serão orientados a não abusar, na infância e parte da adolescência, a observação que fazem de suas figuras de referência diz exatamente o contrário. Como já reportamos, este aprendizado não é neutro no processo de desenvolvimento. Com isto não se pretende dizer que as famílias não podem beber ou estar em contextos onde a bebida é servida; estou propondo uma reflexão sobre uma das contradições mais candentes de nossa sociedade que é não vivenciar aquilo que coloca como pressuposto ético. Culturalmente, encontramos um ditado popular que expressa essa condição: “em casa de ferreiro o espeto é de pau”.

Para Sarti (2004b), o jovem não tem um lugar social definido e, em virtude disso, ocupa socialmente o que seria uma “projeção do mundo adulto”, dada pelas expectativas familiares. No tocante ao uso de drogas, a autora diz que existe uma tendência de encontrar no jovem o “indesejável na família”. Para ela, as projeções dos problemas familiares sobre os jovens levam à idealização do mundo familiar, ao mesmo tempo em que torna difícil pensar o conflito como algo inerente às relações nessa esfera.

A aprendizagem à introdução das experiências da vida, sobretudo na socialização primária, dependendo das relações de cada família e de seu contexto mediato e imediato, varia muito. Entretanto, estando em um país com estruturas sociais complexas que congrega a tradição com o moderno, a aprendizagem ao consumo de substâncias que não estejam no rol dos normativos (alimentação, medicação prescrita, entre outros) é bastante contraditória. Esta contradição se deve ao fato de que o abuso — possibilidade real de qualquer consumo — não é um dado do sujeito somente. Ela ocorre em diversas dimensões, contudo, como forma de marcar uma “culpa”, “responsabilidade”, “destino”, é ao sujeito que ela é endereçada.

Todas as forças que constituíram aquela relação de abuso são esvaziadas, inclusive a família em seu trabalho de socialização primária. E gostaria de ir além, pois não quero dizer que as famílias que fazem o trabalho de “introdução” consciente a qualquer consumo de substância estão livres do duplo vínculo que é gerado quando um de seus filhos esporádica ou regularmente se envolve em situações de abuso. O proibicionismo que interfere em nossas relações sociais passa a ser o critério de verificação dessas relações e então observamos novamente a culpabilização do sujeito. A imagem do sujeito que se joga de um trapézio sem saber se encontrará uma rede sob seu vôo é a que mais se adequa à imagem do

jovem, à medida que a socialização primária não responde mais ao mundo no qual ele está se inserindo.

O mundo da socialização secundária, ou o conjunto de relações significantes que contribuem com a sobrevivência social do jovem é em geral diverso. No entanto, o jovem não deixa de manter laços com seu universo de origem, de onde tira referências para ler e se situar nos novos campos. Estes progressivos contatos com universos que demandam comportamentos e percepções que não os tradicionais da família impactam o jovem de diferentes formas. Podemos observar as negações, as afirmações, a parcialidade de ambas. Podemos também encontrar respostas que conflitam, tais como a adesão a comportamentos que são pessoalmente negados, mas que funcionam em determinados espaços, enfim, as possibilidades de encontros e desencontros na socialização secundária são muitas.

Os autores que estudam o desenvolvimento Piaget (1974) e Vygotsky (2004), apontam que os processos de socialização não são entidades estanques. Existe um constante diálogo que se expressa por assimilações, contradições, conflitos e aceitações. O que não podemos deixar de observar é que as instituições compõem este rol, e, dessa forma, não podem agir como se estas questões não lhe dissessem respeito, devolvendo o “caso” à família, à política ou à saúde em sua dimensão reparadora.

A entrada dos jovens na universidade traduz bastante a imagem que tentamos desenvolver acima. Vindos de diversas origens (familiares, de classe, de cor, de gênero, de posição política, orientação sexual – religiosa, de posição histórica), estes estudantes – em sua grande maioria jovens – configuram uma condição peculiar: o choque entre a tradição na qual foram educados e as possibilidades de releitura do mundo que o acesso acadêmico oferece não pode ser desconsiderado.

A socialização que a universidade suporta enquanto instituição é diversa, rica de encontros e desencontros. Os dramas, pessoais e coletivos, que derivam, dessa socialização nos parecem que são significativos para entender a questão do uso / abuso de drogas. Como observamos no cotidiano, o uso de drogas tem significados potentes no que concerne a novas experiências preceptorias, ao entrosamento, à constituição de relações, à fuga da pressão que põe em funcionamento a máquina institucional.

Por um lado, o uso de álcool e outras drogas não pode ser significado *à priori* pela instituição, sobretudo quando pensamos em experiências pessoais. No entanto, a socialização que ocorre em seu interior – ou em função dela, nas redes que ligam os estudantes por serem

estudantes dela – demandam políticas que regulem essas experiências. Mas a que tipo de regulação estamos nos referindo? Se é impossível controlar os encontros e desencontros que motivam, contribuem, mantêm, o uso de álcool e outras drogas, a regulação em cascata – que tem uma precedência ligada à cultura do proibicionismo - certamente não responde à essa demanda.

Como a instituição é composta por todos, as políticas proibicionistas criam dois “mundos”: o mundo de nós e eles, portanto socializações apartadas, que não dialogam, não se conhecem, tornam-se impermeáveis. A discussão sobre a autonomia dos espaços estudantis, conduzida pela PRAE, foi clara nesse sentido: a universidade é operacional, como diz CHAUI (2014), ou seja, não considera os elementos que a constituem, sobretudo aqueles mais ligados à socialização informal, não técnica. Como discutiremos adiante, a possibilidade de uma regulação que comporte experiências diversas, possibilidades de respostas diversas, não se colocam como possibilidades de incidência na socialização estudantil, sobretudo no que concerne ao uso de álcool e outras drogas.

2.3 Território: importância do espaço para produção de saúde

Assumimos aqui o conceito de território para tentar compreender como se dão os processos de mútua constituição entre o espaço e os sujeitos. Compreender o espaço não só em sua constituição física pressupõe incorporar as redes de relações que sustentam aquela espacialidade. Nesse sentido, o espaço universitário não se restringe à localização da instituição universitária, mas compreende os significados que vão se compondo nas várias escalas que caracterizam a vivência universitária: o entorno, as repúblicas, as festas, os locais de encontros, os trajetos de ir e vir...

Haesbaert (2007) lembra-nos que o conceito de território nasce na geografia para dar conta das demandas por outras formas de compreender o espaço. De natureza fisicalista, o espaço geográfico demandava processos de compreensão que levassem em conta as dinâmicas relacionais entre o sujeito e o meio físico. É nesse sentido que o território proporciona essa ampliação na percepção do espaço. Segundo Haesbaert e Limonad (2007), ao definir território, assumem os pressupostos:

- “Primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.

- O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político e econômica” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007 p. 40).

Santos (2005a e 2005b) foi um dos teóricos que desenvolveu o conceito de território em sua relação com as formas de produção econômica. Para o autor, a produção do espaço não pode ser pensada sem que compreendamos sua sustentação política que, invariavelmente, sustenta redes de poder econômico e interferindo nas relações.

A saúde também se apropriou do conceito de território (MONKEN *et al*, 2008) para compreender os processos de saúde-doença que ocorrem em determinados espaços, sobretudo aqueles nos quais estratégias públicas de saúde são desenvolvidas. Nesse sentido, há uma ligação mais marcada entre produções de saúde e lugar, pois o território influencia no processo de construção das relações.

Para Monken e Barcellos (2005), o reconhecimento da dinâmica social, hábitos e costumes são de grande importância para a determinação de vulnerabilidades à saúde humana, originadas nas interações de grupos sociais em determinados espaços geográficos. Para esta pesquisa, vamos trabalhar com a fluidez entre as perspectivas: o território como ponto de intersecção de uma rede que em alguns momentos tem uma localização fixa e em outros não. Sob nossa percepção, a discussão sobre drogas no espaço universitário é traduzível nesses termos:

Como já discutimos anteriormente, na questão da socialização primária e secundária, a universidade não é sinônimo do espaço institucional no qual tem como correspondente seu endereço físico. O território da universidade é composto por todos os espaços onde os estudantes circulam e convivem cotidianamente. A vivência da universidade, ou a universidade, pode ser traduzida, conforme nos lembra Haesbaert (2007), pela ligação entre os pontos que os estudantes transitam em função de sua condição de universitários. Somente para citar alguns, poderíamos lembrar-nos do entorno da universidade, as repúblicas, os espaços de festas, os luaus, o CA, os outros *campi*, as visitas que eles fazem em função de trabalhos, estágios etc.

Desfazer esses nós e só olhar o estudante universitário como sendo aquele que partilha um determinado espaço físico em determinados momentos é alienar a condição peculiar de aprendizagem pelo qual estes estudantes estão passando. Tendo em vista essas questões, o território no qual estes jovens circulam e tecem redes nos interessa à medida que ele nos permite ou ajuda a compreender como o uso e os abusos de substâncias ganham sentidos e significados pessoais e sociais para estes sujeitos.

Essa discussão se ampara no relatório final sobre a autonomia dos espaços estudantis. (UNIFESP, 2013c). No Relatório, observamos que a própria constituição histórica da universidade e sua expansão tinham um projeto que aqui vamos chamar de pragmático, ou seja, a universidade em seu projeto de constituição nunca se preocupou com as relações que a constituíam a não ser aquelas relações ligadas à reprodução acadêmica. Este fato não é simples e tampouco não pode ser considerado menor na produção das relações universitárias.

Se a Escola Paulista de Medicina demandava espaços pragmáticos, pois seus estudantes provenientes de camadas sociais abastadas tinham meios externos para lidar com aquela condição, a expansão produzida no decorrer dos anos proporcionou o acesso de estudantes com múltiplas origens, com demandas distintas, mas herdeiros de uma forma de compreender o território ainda no passado. Esta anacronia não é apenas perceptiva, pois o território é vivo e impõe a presença de situações que produzem fissuras nesse modelo de perceber a universidade, as relações universitárias, o próprio território como se constitui.

Embora não seja uma discussão que faça a saúde emergir como um conceito de ligação, o território – suas ligações, trânsitos, pontos, fluxos, etc – nos ajuda a escutar as diversas produções de relações, que por sua vez, se tornam possibilidades de compreender a questão do uso e abuso de álcool e outras drogas.

No tocante ao cuidado, em seu aspecto formal, de política de saúde, ressaltamos a importância de descolar o modelo de atenção em saúde daquele que é oferecido pela política pública. Como referenciado por SOARES *et al*, (2009), a forma como o modelo de atenção pública atual não produz a aproximação desta camada populacional. Nesse sentido, pensando na construção de um continuum entre a política da universidade e a as políticas públicas de atenção à saúde, seria importante instituir formas de atenção que apostem nos fluxos, conforme nos conta Santos (2005). Se as relações mudam, conforme as interações e os territórios, diversas precisam ser as estratégias de atenção e cuidado em saúde.

2.4 Autonomia é co-responsabilização!

Falar em autonomia no nosso contexto social é bastante desafiador em razão da nossa história, marcada por uma relação de dependência política e econômica em termos de inserção mundial. Internamente, essa relação se expressa na manutenção de modalidades de estratificação social, política e econômica. Se do ponto de vista político-econômico essa relação de dependência marca relações de subordinação responsáveis pela sustentação do ciclo de relações do indivíduo com a sociedade, sabemos que nessas mesmas relações existem espaços de disputa entre a manutenção e a ruptura desse estado de coisas. É nesse sentido que a autonomia, além de não ser vivenciada como pressuposto das relações entre as pessoas é uma dimensão da ética pouco discutida e exercida (DUARTE, 2008).

De forma geral, não podemos entender a autonomia como uma fórmula, ou apenas como conceito. Autonomia é o que se deriva da relação entre as pessoas, uma forma de se relacionar com o outro, pautada no reconhecimento de que este outro e o sujeito se constituem mutuamente, ou seja, um não existe sem o outro. No ocidente, essa forma de reconhecimento tem um investimento muito grande a partir de certos processos educativos nos quais o conhecimento teria o poder de produzir o reconhecimento de que, embora diferentes, todos têm o direito à existência coletiva, à cidadania (FREIRE, 2008; CAMPOS e CAMPOS, 2012).

Como ressaltamos, nossa sociedade é marcada por um modelo de desenvolvimento hegemônico que não pressupõe a livre determinação do sujeito. A tutela do Estado em aliança ao capitalismo realiza a divisão de bens e serviços, para a manutenção da desigualdade, trabalha com a descaracterização da autonomia como pressuposto da relação entre as pessoas. A partir dessa observação, entendemos que os discursos oficiais se revezam em criar e recriar dispositivos que caracterizem a autonomia como uma condição menor, desvalorizada e perigosa no interior da relação entre as pessoas (DUARTE, 2008; CAMPOS e CAMPOS, 2012).

Compreendemos que ao falar de autonomia, estamos falando igualmente da heteronomia, ou seja, das relações históricas, econômicas, políticas e sociais que nos constituem e são constituídas por nós. É nesta relação que o pressuposto da realização de uma vontade absoluta, de uma independência total e irrestrita se desfaz. Processo contínuo de relação entre as pessoas, a autonomia pressupõe horizontalização das relações na apropriação do mundo. Para Freire (2008), essa horizontalização se traduz nas formas de apropriação do

mundo através do conhecimento. Quanto maiores forem as mediações que o conhecimento possa produzir entre as pessoas, maiores as possibilidades de que estas possam se reconhecer como parte de uma totalidade a despeito de suas diferenças.

Assim, muitas vezes os discursos tentam caracterizar a autonomia como independência total e irrestrita, uma condição em que tudo se pode, em que não existem limites. Essa posição põe socialmente em suspeita a capacidade do sujeito de se posicionar diante de questões postas em sua vida. Essa fissura, intencionalmente produzida, faz com que o Estado — traduzido pelos diversos discursos técnicos e políticos — tenha uma incidência no cotidiano dos sujeitos a partir da qual a relação entre aquilo que ele decide para si já não mais responde a sua trajetória, mas às necessidades de manutenção de um modelo de sociedade pautado pela produção da desigualdade (DUARTE, 2008; TIBURI e DIAS, 2013).

Para Campos e Campos (2012, p. 673), “(...) autonomia nunca é absoluta, ocorre sempre em coeficientes, sempre em alguma gradação”. Entendendo que o sujeito existe no convívio com o outro, a autonomia é a construção do coletivo, social e intersubjetivo. “A autonomia não é, pois, elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito” (CASTORIADIS, 1982, p. 126-127).

Pensando nas formas como a autonomia pode ser exercida em sociedade, Castoriadis, dá o nome de *práxis* a uma das dimensões da convivência humana. “Chamaremos de *práxis* a este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia” (CASTORIADIS 1982, p. 94).

Outra contribuição importante para seguirmos esta linha de pensamento vem de Campos e Campos (2012, p. 672):

“O sujeito é sempre co-responsável por sua própria constituição e pela constituição do mundo que o cerca. No entanto, autonomia depende de condições externas ao sujeito, ainda que ele tenha participado na criação destas circunstâncias. Depende da existência de leis mais ou menos democráticas. Depende do funcionamento da economia, da existência de políticas públicas, de valores veiculados por instituições e organizações. Depende da cultura que está imerso”.

A partir da discussão da autonomia do sujeito e considerando a questão da relação entre autonomia e heteronomia e o uso de álcool e outras drogas, Campos (2005, p. 224) diz que o “uso de drogas não é incompatível com a qualidade de vida (eu/grupo); pelo contrário, é

fator importante na qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade”, bem como “pessoas com relação problemática com as drogas são exceção e não a regra”.

É nesta complexa relação entre autonomia dos sujeitos e poder do estado que se concentra a atual política de guerra às drogas, neste contexto surge uma proposta com intuito de estabelecer diretrizes que garantisse a descriminalização dos sujeitos e o direito à vida. Para Acsehrad (2005), a proposta de educação para autonomia é essencial para se pensar em estratégias de RD. O princípio fundamental da autonomia em relação ao uso de drogas é o respeito à liberdade de escolha e a garantia dos direitos humanos.

2.5 Redução de danos: outro olhar sobre as drogas

A classificação de drogas como lícitas ou ilícitas é caracterizada por parâmetros que guardam pouca relação com os efeitos de cada substância. Nesta isenção de imparcialidade e um restrito embasamento científico, evidencia-se que tais classificações são antes um modo de controle social, baseado em preconceitos e discriminações — que se evidencia expressivamente contra os mais vulneráveis — do que propriamente uma classificação de risco à saúde. Em uma sociedade subjugada pelo capitalismo, acabam sendo os pobres, negros, mulheres, homossexuais e todos aqueles que não se enquadram dentro de padrões normativos pré-estabelecidos. Portanto, a guerra às drogas, não é uma guerra contra substâncias definidas como perigosas à saúde, é uma questão de poder que atualmente movimenta a estrutura neoliberal da atual sociedade contemporânea (PASSOS e SOUZA, 2011; TIBURI e DIAS, 2013; HART, 2014).

A expressão “guerra às drogas” surgiu nos Estados Unidos, traduzindo uma estratégia de controle social e ampliação da economia neoliberal. Segundo Passos e Souza (2011, p. 155), ao refletir sobre a constituição social desta expressão, salientam que:

“A guerra às drogas se tornou ao mesmo tempo um exercício de controle social e uma estratégia para a ampliação da economia neoliberal a partir do exercício do poder e da violência [...] A economia neoliberal se fortalece através da intensificação de uma economia bélica, já que a lógica de guerra às drogas e a lógica de consumo não são lógicas opostas, elas se alimentam e se fortalecem mutuamente”.

Portanto, refletir sobre a questão das drogas é também atentar para uma lógica de produção da subjetividade consumista. O primeiro movimento mundial de uma estratégia caracterizada por medidas para diminuir ou minimizar as consequências do uso prejudicial de drogas ocorreu na Inglaterra em 1926, com o relatório Rolleston. A partir dele, médicos foram

autorizados a prescrever legalmente opiáceos em pequenas doses para os dependentes desta substância. No entanto, somente na Holanda na década de 1980 houve o estabelecimento de um projeto de prevenção baseado em trocas de seringas, com o intuito de diminuir a alta transmissão de hepatite B entre os usuários de drogas injetáveis (QUEIROZ, 2001; NARDI e RIGONI, 2005, POLLO-ARAÚJO e MOREIRA, 2008).

No Brasil, uma estratégia parecida com a realizada na Holanda foi denominada de Redução de Danos e surgiu em 1989 no Município de Santos, como uma medida adotada para reduzir os altíssimos índices de transmissão de HIV entre os usuários de drogas injetáveis. Uma das principais ações realizadas era o programa de troca de seringas (PTSs), que consistia em distribuir seringas para os usuários destas substâncias e recolher as seringas utilizadas; a cada seringa entregue o usuário receberia uma seringa estéril. Devido uma ação judicial, esta estratégia não durou muito tempo e foi brevemente interrompida (NARDI e RIGONI, 2005).

Em 1990, ocorreu em Liverpool à primeira Conferência Internacional de Redução de Danos associados às Drogas, no ano seguinte a segunda conferência foi realizada em Barcelona com o intuito de difundir a prática e disseminar a estratégia de RD, bem como os princípios científicos que sustentavam a prática, o que culminou com a criação da Associação Internacional de Redução de Danos, com objetivo de fomentar conhecimento e suporte para os indivíduos que trabalhavam com RD (POLLO-ARAÚJO e MOREIRA, 2008).

Em 1994, dados do Ministério da Saúde indicavam que entre todos os casos de infecção por AIDS no Brasil, 25% estavam ligados à infecção pelo compartilhamento de seringas no uso de drogas injetáveis. Devido estes altíssimos números de incidência, por meio do Programa Nacional de DST e AIDAS, unido ao United Nations Drug Control Programme¹⁰ (UNDC) e ao Banco Mundial, através de um projeto para prevenção de DST/AIDS, a troca de seringas volta a funcionar legalmente e aos poucos a RD deixa de ser uma estratégia exclusivamente para proteção contra infecção por AIDS e gradualmente começa a ser incorporada em outras estratégias de proteção à saúde incluindo os usuários de drogas como protagonistas das ações.

Em 1996, na possibilidade de enfrentamento ao cenário instalado, criou-se a Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), que atuaria articulando os

¹⁰ Hoje denominada United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (POLLO-ARAÚJO e MOREIRA, 2008).

programas de RD e capacitando profissionais nesta área, mobilizando redutores de danos e usuários de drogas para que se organizassem e criassem ONG, uma importante estratégia de inclusão das minorias. Posteriormente, através de encontros nacionais, tanto presenciais quanto virtuais, estas diversas ONG se uniram e estabeleceram uma rede nacional de RD (PASSOS e SOUZA, 2011).

Posteriormente em 1998, à estratégia de RD passou por grandes avanços. Em Janeiro na cidade de São Paulo, foi fundada a Rede Latino-Americana de Redução de Danos (RELARD), em Outubro foi criada a Rede Brasileira de Redução de Danos¹¹ (REDUC), em Novembro a SENAD realizou em Brasília o I Fórum Nacional Antidrogas, além da aprovação de duas leis neste mesmo ano: a lei n 9.758, de 17 de setembro de 1997 que autoriza a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo a distribuir seringas descartáveis e a lei nº 11.063 que autorizou a Secretaria de Saúde de Santa Catarina a também distribuir seringas aos usuários de drogas injetáveis, assim outras leis foram sendo aprovadas, culminando com a criação da lei n 11.343/2006 que coloca em seu artigo 20:

“(...) constituem atividades de atenção ao usuário e dependentes de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem a melhoria da qualidade de vida e a redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas”.
(Lei 11.343, artigo 20, p.4).

Desde sua criação, a RD se estruturou como alternativa à lógica da abstinência — bastante embasada na política de guerra às drogas —, constituindo-se como estratégia de cuidado atrelada à defesa dos direitos e humanização dos sujeitos. Desde as primeiras iniciativas na cidade de Santos, o Brasil vem sediando muitas reflexões acerca desta estratégia (SANTOS, SOARES e CAMPOS, 2010; PASSOS e SOUZA, 2011). A RD auxilia na análise das relações existentes entre o uso de substâncias psicotrópicas e os múltiplos fatores e circunstâncias que envolvem este uso, focando sua atenção no uso prejudicial de tais substâncias e incentivando medidas que estreitem os riscos advindos deste uso (ADADE e MONTEIRO, 2013).

Assim, a literatura que foge ao discurso proibicionista começou a investir nos pressupostos e práticas da RD, levando em consideração as inúmeras possibilidades de abordagem sobre esta estratégia. Diversas áreas do saber como a antropologia, sociologia e as ciências sociais passaram a potencializar as discussões sobre esta outra possibilidade de olhar para as drogas.

¹¹ Hoje denominada Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos

Não podemos considerar a RD como um bloco monolítico de concepções teóricas e práticas. De fato, a RD engloba um conjunto de sujeitos, teóricos, ativistas e usuários que buscam construir outras formas de compreender a relação sujeito-drogas-sociedade para além do enfoque proibicionista (NARDI e RIGONI, 2005). Nesta produção, podemos identificar que essa relação tem como pressuposto a autonomia, como já apontamos, na relação com o outro. Isto implica desde a compreensão de que a trajetória do sujeito é singular até a intervenção nas diversas formas de dar suporte àquele que faz uso ou abusa de drogas. Esta mudança é radical na medida em que reconhece que não existe receita de intervenção nas questões ligadas ao uso/abuso de drogas; múltiplos são os fenômenos, múltiplas deverão ser as formas de se relacionar com o sujeito que faz uso de drogas (ADADE e MONTEIRO, 2013; BERGONI e ADORNI, 2010).

Assim, quando falamos sobre RD existe uma interligação com autonomia do sujeito, pois a estratégia da RD reconhece que é inevitável a extinção das drogas na sociedade. Desta forma, a garantia aos direitos do sujeito se faz de maneira que o mesmo tenha informações sobre a natureza das substâncias utilizadas, os efeitos de interações com outras drogas, criando condições de um uso seguro que minimize possíveis prejuízos decorrentes de um uso exacerbado tanto individuais como sociais —, respeitando as singularidades e proporcionando condições de acesso aos serviços de saúde (SANTOS, SOARES e CAMPOS, 2010).

Quando falamos de RD, portanto, não podemos deixar de reconhecer que se trata de um campo heterogêneo de concepções e práticas. Em uma revisão sistemática, os autores levantaram diversas relações entre termos (teóricos e práticos) que configuram diversas formas de compreender e vivenciar a redução de danos. Se historicamente a RD tinha uma proposta operacional ligada ao sujeito, hoje se observa uma difusão de possibilidades que ampliam seus sentidos.

Contudo, para fazer sentido para os sujeitos, as práticas educativas sobre drogas precisam ser reais e estar embasadas nas vivências concretas do cotidiano, através de trocas de saberes entre educadores e educandos (ACSERLALD, 2005; FREIRE, 2008; ADADE e MONTEIRO, 2013). Na nossa sociedade as drogas mais utilizadas e que acarretam mais danos sociais são as lícitas, como álcool, tabaco, calmantes e anfetaminas prescritas para emagrecimento. Contudo, tais substâncias não são vislumbradas como drogas.

Assim, uma figura se faz importante neste processo: o trabalho do redutor de danos, que tenta resgatar a condição de cidadania do usuário de drogas. Segundo Haiek (2008) “Redutor de Danos é indivíduo que vai a campo fazer contato com as pessoas da rede de interação social dos usuários de drogas” (HAIEK, 2008, p. 23). Nesta perspectiva o Redutor de Danos, possui um papel fundamental em relação à orientação e prevenção de agravos relacionados ao uso prejudicial de drogas, atuando de maneira próxima aos usuários destas substâncias realizando um potente papel educativo. Devido a importância das relações de aproximação entre usuários de drogas e redutores de danos, muitas vezes após treinamento os próprios usuários de drogas realizam esta função. Contudo, alguns itens devem prevalecer no perfil dos sujeitos que atuaram como redutores de danos como:

- “Inserção na comunidade;
- Pontualidade e profissionalismo;
- Saber ouvir;
- Não julgar e aceitar a opção pelo uso de drogas;
- Respeitar o sigilo e privacidade para conquistar confiança;
- Ter disponibilidade para acolher o usuário;
- Conseguir superar preconceitos;
- Não usar drogas durante o trabalho;
- Não usar drogas junto à rede que se quer acessar” (HAIEK, 2008, p. 23).

Assim, ao refletir sobre o potente papel do redutor de danos e sua importância de atuação no campo da prevenção relacionado ao uso de álcool e outras drogas, salientamos que RD não consiste somente na distribuição de seringas para usuários de drogas injetáveis. Atualmente a RD, engloba diversas medidas de proteção para quaisquer substâncias psicotrópicas como as drogas ingeridas (calmantes, antiparkinsonianos, analgésicos opóides, antiinflamatórios, alucinógenos encontrados na natureza como: lírio e cogumelos, maconha que pode ser usada em chás e as drogas sintéticas como LSD, o Ecstasy e o GHB), drogas inaladas e/ou aspiradas como (solventes, cocaína), fumadas (maconha, crack, tabaco) e para bebidas alcoólicas. A principal medida de RD para todas estas substâncias consiste na orientação adequada em relação aos efeitos e interações de cada droga (NIEL e SILVEIRA, 2008)

2.6 Salutogênia e drogas

A origem da palavra salutogênese vem do latim “salus” que significa: felicidade, saúde e bem-estar e do grego “gênesis” que significa: origem, início ou princípio. É um conceito fundamentado pelo pesquisador Antonovsky ao explicar os fatores protetores da saúde. Antonovsky (1996) nos ajuda a compreender esta questão, proporcionando uma mudança radical ao inverter a lógica do processo saúde-doença, o que transforma a forma de entender a saúde. Enquanto a patogênese procura desvendar a origem do adoecimento na tentativa de estabelecer medidas de prevenção à saúde por meio da prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária, a salutogenia expande o olhar para além do modelo centrado na doença e tenta se apropriar de mecanismos que possam favorecer condições de saúde. A salutogenia tenta desvendar os motivos que levam um indivíduo a ser e permanecer saudável olhando para “o todo”, por meio de uma lente holística que permite vislumbrar o ser humano integral.

Contudo, a perspectiva da salutogenia deve acompanhar a orientação patogênica e não necessariamente substituí-la, compreendendo que os indivíduos podem ser mais ou menos saudáveis e conseqüentemente mais ou menos doentes. A inovação no pressuposto salutogênico está no fato de que a partir desta constatação, poderíamos indagar: quais seriam os mecanismos para garantir que os indivíduos se mantenham mais ou menos saudáveis nesse dinâmico processo de bem e mal-estar no qual os sujeitos se inserem? (ANTONOVSKY, 1996).

Assim, ao levar em consideração que estamos cercados por estressores, defender o paradigma da salutogênese se faz necessário, no sentido de que não existe indivíduo totalmente saudável ou totalmente doente. Portanto, não se trata de abandonar a patologia, mas atentar aos seus limites que são muito tênues (GUNTHER e MACHADO, 2003).

A salutogenia foca atenção nos fatores que contribuem para a superação de dificuldades vividas, onde cada indivíduo pode acreditar que todos os pormenores vivenciados na trajetória da vida, pelo meio ambiente ou por suas experiências internas, possui uma lógica compreensível e a partir deste conhecimento, é possível reunir recursos e forças para superar os desafios que fazem parte deste processo. Desta forma, Antonovsky propõe alguns paradigmas centrais no conceito de salutogenia, o primeiro deles é o “sentido de coerência”, posteriormente os “recursos gerais de resistência”.

O “sentido de coerência”, parte do pressuposto que cada indivíduo possui mecanismos distintos em relação aos acontecimentos que podem advir na própria vida, ocasionando reações antagônicas, mesmo sendo expostas as mesmas condições externas como, por exemplo: falta de saneamento básico, violência, fome, sede ou outros agressores à saúde.

Assim para Nunes (2011) o “sentido de coerência” é um conceito que exprime uma característica intrínseca própria a todos os indivíduos, proporcionando diferenças ao lidar com tais mecanismos estressores. O “sentido de coerência” possui como base três componentes que estão interrelacionados: capacidade de compreensão, capacidade de gestão e capacidade de investimento segundo Carrondo (2006):

“A capacidade de compreensão é o componente cognitivo e refere-se à forma como a pessoa aprende os estímulos do meio interno e externo como informações ordenada, consiste, estruturada e clara. Para uma pessoa com elevada capacidade de compreensão os estímulos que venha encontrar no futuro são predictáveis, ordenados e explícitos.

Capacidade de gestão é a componente instrumental/comportamental e consiste na percepção que cada um tem de que os recursos estão disponíveis e são adequados para responder as exigências requeridas pela situação de estímulos. Estes recursos podem ser pessoais ou sociais, onde se incluem os contributos de pessoas significativas.

A capacidade de investimento é a capacidade de cada um para perceber que os acontecimentos da sua vida fazem sentido, e por isso encontra razão para nele investir a sua energia. Refere-se à amplitude com que a pessoa sente que sua vida faz sentido emocionalmente, que vale a pena investir nos problemas e nas necessidades. Esta é a componente motivacional do sentido de coerência, a qual é considerada pelo autor como a mais importante” (CARRONDO, 2006, p. 40).

Observa-se que “o sentido de coerência” é um estado de harmonia, que diretamente influencia o sistema imunológico e nervoso, ao investir nos recursos internos através do equilíbrio, tal medida pode proporcionar redução da tensão e do estresse, onde pessoas com uma capacidade maior para desenvolver tal atributo, optam mais facilmente por escolhas saudáveis como: exercícios físicos e dieta equilibrada. Ainda segundo Antonovsky (1987), o sentido de coerência desenvolve-se a priori na infância e juventude, estabelecendo-se na idade adulta por volta dos 25-30 anos, e com o passar dos anos vai tornando-se enrijecido o que acarreta em dificuldade de mudanças.

Devido esta característica justifica-se a importância em investir em fatores que contribuam para o afeto pela vida e proteção a saúde nos sujeitos universitários desta pesquisa, o que se alinha na perspectiva da autonomia em relação ao uso prejudicial de álcool e drogas. Outro ponto explorado por Antonovsky (1987) são os “recursos gerais de resistência” ligados a diversos fatores como: cultura, religião, condições financeiras, controle

emocional, características genéticas, suporte afetivo. Tais recursos contribuem para a constituição de resiliência que estabelecem condições para um “sentido de coerência” mais aguçado, constituindo-se um potente fator de proteção à saúde. Podendo ser agrupados segundo Long (2001) por características marcantes. Carrondo (2006) propõe a junção, a saber:

- “Ambientais e materiais: descreve o contexto em que o indivíduo nasce e se desenvolve, podendo envolver recursos materiais, educação, saúde, ocupação, localização geográfica, ambiente físico e níveis de poluição;
- Físicos e bioquímicos: refere-se a factores genéticos individuais e incluem características, tais como, a capacidade do sistema imunitário para combater a doença e se adaptar a um ambiente em mudança;
- Emocionais: refere-se à identidade do eu, à identificação do papel e à estabilidade da personalidade;
- Interpessoais ou relacionais: inclui a rede de suporte social do indivíduo. Por exemplo, o apoio obtido do cônjuge, de um amigo, colega ou religioso;
- Sócio-culturais: refere-se à forma como o indivíduo se adapta ao seu ambiente social. Inclui a cultura, o sistema de crenças, a língua, as normas e a extensão com que o indivíduo ou grupo está inserido na sociedade e que dá significado à sua existência” (CARRONDO, 2006 p.42).

Nesta perspectiva, propomos com este pressuposto uma base para discussões que envolvam jovens e uso de drogas, na perspectiva de trabalhar saúde por meio de um conceito ampliado, onde cada estudante seja protagonista de suas ações e estabeleça mecanismos de interação que sustentem ações de proteção baseadas no afeto pela vida, nas interações culturais, no convívio diário e na socialização. Nessa visão enfatiza-se a importância de estratégias que proporcionem resiliência por meio de atividades como: cantar, tocar um instrumento musical, fotografar, realizar atividades artesanais, aprender a cozinhar, estudar, investir nas amizades, praticar um esporte, possuir uma dieta saudável, interagir no meio em que convive, sonhar, amar, sorrir.

Tais princípios de lazer, socialização e convivência são fatores protetores e podem ser investidos por meio de ações promovidas pela UNIFESP, sendo um importante caminho ao refletir em pressupostos que diminuam o uso prejudicial de álcool e outras drogas. Contudo, tal diretriz instiga uma inversão de atuação, inclusive em relação aos papéis desenvolvidos pelos profissionais que lidam diretamente com os estudantes.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia desta pesquisa é qualitativa e pretende captar os significados/sentidos atribuídos a questão do consumo de álcool e outras drogas na universidade. Portanto, nosso interesse não reside na verificação de incidências e/ou prevalências, mas nas diferentes formas de compreensão/atribuição de significados relacionados às drogas, tanto por parte da instituição universitária quanto pelos universitários.

No processo de levantamento bibliográfico nos deparamos com uma vasta literatura sobre drogas com abordagem quantitativa e uma pequena produção de estudos de natureza qualitativa neste campo. As pesquisas qualitativas nos trazem dimensões da relação sujeito-drogas-sociedade que aprofundam questões importantes para a compreensão do fenômeno.

Por isso, a escolha pela pesquisa qualitativa incide na ampliação do acesso aos significados que constituem a realidade do tema. A pesquisa qualitativa possibilita a apreensão de valores, crenças, hábitos, costumes, fenômenos, opiniões, aspirações e atitudes, dados subjetivos que não podem ser quantificados, trazendo questões fundamentais quando se pretende trabalhar com significados/sentidos de um determinado tema (MINAYO, 2010).

Esta perspectiva nos ajuda a compreender os movimentos de forças que constituem a realidade, e, dessa forma, a melhorar a forma de responder às dinâmicas concretas que configuram o cotidiano acadêmico, “pois o que se busca é compreender o significado e as relações” (TANAKA e MELO, 2001, p. 27).

O local de realização desta pesquisa foi o *Campus* Baixada Santista da UNIFESP. Os sujeitos foram estudantes universitários deste mesmo local. Optamos por solicitar a colaboração dos estudantes do Instituto Saúde e Sociedade e do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar. Optamos também por selecionar estudantes que estavam no último ano de graduação, por entender que os mesmos já haviam percorrido a trajetória universitária e, portanto, possuíam um repertório vasto e qualificado. Isso poderia contribuir com as discussões relacionadas ao percurso acadêmico com suas variações e singularidades vivenciadas ao longo dos anos de graduação.

3.1 Etapas da pesquisa

A produção de dados dessa pesquisa foi realizada em três etapas: a) levantamento documental sobre álcool e outras drogas (relatório de gestão, jornais, sites, artigos e demais materiais impressos da universidade), datados a partir de 2010; b) realização de entrevistas semiestruturadas e c) elaboração de Diário de Pesquisa (DP).

a) Levantamento documental sobre álcool e drogas na UNIFESP

Consistiu da análise de documentos produzidos pela universidade e que fazem referência à questão das drogas, entendendo que estes documentos traduzem a política ou as políticas da universidade sobre o tema. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise de documentos permite ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. No nosso caso, devido às mudanças e discussões na política de atenção às drogas pelas quais a universidade vem passando, acreditamos que tal análise trouxe elementos de compreensão dos significados que pautam políticas e ações.

Para tanto, selecionamos documentos datados a partir da constituição da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em outubro de 2010, que abordam programas relacionados com a questão do consumo de drogas:

- 1) Relatório de Gestão da PRAE 2010/2013;
- 2) Relatório de Gestão da PRAE 2013;
- 3) Relatório de Gestão da PRAE 2014;
- 4) Plano de Desenvolvimento Institucional da PRAE 2011 – 2015;
- 5) Regimento da PRAE e dos NAEs;
- 6) Relatório da Comissão de Espaços Estudantis;
- 7) Objetivos e fluxos de atendimento da Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde do Estudante, atas e jornais de circulação interna;
- 8) Materiais de sites, artigos, jornais, bem como outros materiais impressos, produzidos por pesquisadores da UNIFESP.

Também incluímos elementos discutidos nos ciclos de debates e rodas de conversa que ocorreram em todos os *campi* da UNIFESP em 2014 e um evento que ocorreu em 2015, como forma de historicizar e registrar o processo de discussão de uma política relacionada ao álcool e outras drogas.

b) Realização de entrevistas semiestruturadas

Nesta etapa de produção dos dados, consideramos que a entrevista cumpre uma dimensão fundamental. Diversos autores discutem a importância da entrevista em pesquisas (MARCONI e LAKATOS, 1996; NEVES, 1996; BOURDIEU, 1999; BONI e QUARESMA, 2005). Bourdieu (1999) nos chama a atenção para o fato de que a entrevista é uma técnica que cumpre um requisito fundamental do processo sistemático de levantamento de informação, que é ser uma técnica rigorosa — que obedece a parâmetros sistemáticos de elaboração e aplicação — sem ser rígida, pois permite que ambos os sujeitos da investigação (pesquisador e participante) possam interferir na condução da entrevista de modo a ampliar, aprofundar, questionar, explicitar os movimentos que ocorrem no interior desse diálogo que é mediado por um roteiro ou objetivo geral.

Juntamente aos demais elementos levantados (fontes bibliográficas e outras), os diálogos mediados pelas entrevistas enriquecem a interpretação sobre a constituição dos sentidos e significados que buscamos compreender nesse estudo. Para Neves (1996, p.2), “nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados”.

Marconi e Lakatos (1996) e Boni e Quaresma (2005) nos ajudam a compreender os procedimentos necessários à sistematização da técnica de entrevista de modo a torná-la consistente com as finalidades do estudo e sua contribuição científica. Questões ligadas ao planejamento, à execução e à análise foram levantadas de modo a compatibilizar todas essas informações. Nesse sentido, diante das possibilidades de execução, tendo em vista nossos objetivos, optamos pela entrevista semiestruturada.

Elaboramos como forma de produção de dados um roteiro para a entrevista semiestruturada mediada por estímulos interativos¹² (APÊNDICE 1) de modo a manter a dinâmica de um diálogo. O processo de seleção inicial dos estudantes para a participação foi face a face (MARCONI e LAKATOS, 1996). Escolhemos aleatoriamente um estudante que a pesquisadora não tivesse contato direto por meio dos atendimentos clínicos no NAE. Por mais que a metodologia qualitativa se preocupe com a qualidade dos dados e, portanto a proximidade com os entrevistados não se faz um fator excludente. Nesta pesquisa optamos

¹² Os estímulos interativos consistem na apresentação de trechos de falas de representantes da universidade, charges e trechos de músicas, conforme o apêndice 1.

por escolher um estudante que não fosse intimamente próximo ao núcleo, ao ponto de produzir dúvidas em relação à validade e confidencialidade das informações, mesmo compreendendo que esta prática como já enfatizamos é comum nas pesquisas qualitativas.

Optamos também por não distinguir entre os estudantes que utilizavam ou não algum tipo de substância psicotrópica, pois nosso objetivo foi entender os significados atribuídos através das relações ao uso destas substâncias, independentemente se eram consideradas legais, ilegais, ou aquelas que por muitos nem são consideradas drogas (café, energéticos, chás que contenham cafeína e medicamentos em geral).

Contudo, mesmo sendo a escolha aleatória, devido à circulação dos mesmos espaços, de atividades de promoção realizadas na universidade e organização da semana de integração que recepciona os calouros, todos os integrantes do NAE possui condições de reconhecer grande parte dos discentes, bem como saber qual ano da graduação cada um destes cursa. Assim, abordamos um estudante e explicitamos a pesquisa e nossos objetivos. A partir deste estudante foi aplicada outra técnica, a bola de neve, na qual o estudante indicou mais dois estudantes para participar da pesquisa. Os procedimentos foram repetidos (explicação da pesquisa, objetivos, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1) e assim sucessivamente até que as informações fossem se repetindo, o que Minayo denomina como saturação da informação (MINAYO, 2010). Para Dewes (2013, p. 10)

“O método de amostragem da bola de neve pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma. Por exemplo, os moradores de rua conhecem outros moradores de rua e podem levar o pesquisador a encontrá-los”.

Após o aceite de participação no estudo, os sujeitos foram conduzidos até uma sala previamente reservada para que a entrevista transcorresse de forma a não ser interrompida e as questões ligadas ao sigilo das informações fossem garantidas. Seguindo os critérios de saturação de Minayo, realizamos dez entrevistas, sendo que abordamos aleatoriamente dois sujeitos, um do Instituto Ciências da Saúde e um do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar. Cada um destes indicou mais dois estudantes para participar da pesquisa, e assim sucessivamente (bola de neve).

Percebendo que as respostas se repetiam finalizamos o processo das entrevistas. Ao todo, sete estudantes pertencentes ao Instituto Saúde e Sociedade, sendo: um de educação física, um de nutrição, três de psicologia, um de serviço social e um de terapia ocupacional; e três estudantes do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar. Em

relação ao gênero, quatro estudantes eram do sexo masculino e seis do sexo feminino. Dos dez estudantes entrevistados, seis cursavam a graduação em período integral, dois no período vespertino e dois no período noturno. No capítulo de resultados e discussões, estes estudantes serão identificados de 1 a 10 (E01 a E10).

Em relação ao *clima* da entrevista, conforme sugerem Boni e Quaresma (2005) foi garantido que os sujeitos tivessem o máximo de acesso à informação sobre os procedimentos e se sentissem tranquilos para o diálogo, compreendendo que poderiam explorar as dimensões que quisessem sobre o assunto, na tentativa de aproximar a temática o máximo possível da realidade cotidiana destes estudantes.

c) Elaboração de Diário de Pesquisa

Com o intuito de trazer as singularidades do processo de pesquisar, utilizamos como um dos métodos de produção de dados o Diário de Pesquisa (DP). Este método é valioso, pois permite reflexão sobre a própria prática, o que ocasiona o posicionamento do pesquisador aclarando questões escondidas nas falas, contribuindo para maior compreensão do processo de pesquisar e das entrevistas (PEZZATO e L'ABBATE, 2011).

Segundo Lourau (1993, p. 51), o “diário de pesquisa reconstrói também possíveis fragilidades metodológicas e fracassos anteriores podendo possuir inclusive questões anteriores a pesquisa [...] tal técnica não se refere especificadamente à pesquisa, mas ao processo de pesquisar”. Nos DP estão contidas as impressões sobre diversos momentos do processo de pesquisa que puderam auxiliar na elaboração da interpretação sobre o conjunto de informações produzidas.

3.2 Organização e análise de informação

Realizamos uma leitura e releitura sistemática das informações que nos auxiliaram na construção das categorias de análise. As entrevistas foram gravadas e transcritas pela própria pesquisadora, como forma de garantir a fidedignidade das informações. Neste processo de construção, elaboramos uma tabela para organização dos dados (APÊNDICE 2),

que ajudou a evidenciar as questões mais significativas que emergiam nas falas dos sujeitos, nos documentos e DP. Na análise dos dados, tentamos nos aproximar dos sentidos e significados, assim flutuamos entre o concreto, teórico e prático, a fim de fazer interlocução e proporcionar uma reflexão sobre a temática.

A análise dos dados foi realizada a partir da análise do conteúdo, segundo Bardin (2011). Como nossa intenção foi evidenciar os significados, a proposta da análise de conteúdo contribuiu com a organização de núcleos temáticos ligados ao campo de discussão das drogas.

“Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2011, p. 37).

Procedemos à análise temática (MINAYO 2010; BARDIN, 2011) como forma de identificar os *feixes de relações* ligados ao conteúdo dos documentos e falas do sujeito identificando assim os significados atribuídos à questão das drogas.

Para organizar as informações obtidas, categorizando e analisando os dados, usamos o que Minayo (2010) chama de *triangulação dos dados*, que consiste na recategorização dos elementos levantados por métodos de coleta diferentes buscando produzir novas categorias de análise. A triangulação dos dados se caracteriza pelo cruzamento e combinação de múltiplas técnicas. Onde “os diferentes métodos, técnicas e estratégias são vistos aqui como ‘grades’ por meio das quais se podem observar e compreender a realidade” (MINAYO, 2010, p. 99).

Entendemos que, ao final, as informações obtidas pela análise dos documentos bem como dos discursos dos participantes e do DP nos ofereceram condições de constituir uma rede de significados em sua dimensão mais ampla, considerando as tensões existentes entre as vivências concretas das pessoas e as respostas institucionais. A identificação dos temas ligados ao campo das drogas permitiu a elaboração de aproximações das redes de significado que compõem, no coletivo da universidade, no entendimento sobre drogas.

Todos os estudantes assinaram o TCLE, devidamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo CEP sob o número 777.136 (ANEXO 2). Posteriormente tivemos de alterar o instrumento de coleta de dados e submetemos uma emenda que também foi aprovada sob o número 951.508.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise e discussão dos dados, organizamos três categorias, fazendo aproximações entre as entrevistas, o diário de pesquisa, bem como os documentos datados a partir da criação PRAE em 2010. Essas aproximações nos permitem colocar em perspectiva discursos e organizar as categorias de modo a configurar a discussão. Nesse sentido, nossas categorias não são apriorísticas, ou seja, elas emergiram do movimento evidenciado pelos discursos que traduzem as dinâmicas múltiplas da discussão em foco.

A primeira categoria apresentada será DROGAS NA UNIVERSIDADE: proibições, silenciamentos e diálogos, a segunda JUVENTUDE E UNIVERSIDADE e a terceira REDUÇÃO DE DANOS: dilema na universidade.

4.1 Drogas na universidade: proibições, silenciamentos e diálogos

Vista grossa? Punição? Descumprir leis? Autonomia universitária? Papel educativo? Redução de danos? Polícia? Política? Não polícia? Não política? Tratamento médico? Internação compulsória? Proíbe? Aceita? Criminaliza? São muitas as possibilidades de se lidar com a questão das drogas na sociedade...

Andrea Rabinovici¹³

Esta fala da PRAE/UNIFESP é clara ao trazer à reflexão os principais aspectos discutidos na atualidade em relação ao uso de álcool e outras drogas. Também é diretiva ao colocar que são muitas as possibilidades de abordagens sobre esta temática. Segundo Melo (2012) nem todas as possibilidades têm se demonstrado benéficas: a política de guerra às drogas que ainda predomina na sociedade é uma estratégia fracassada, confirmada através dos inúmeros levantamentos que apontam um aumento no consumo de drogas (CARLINI *et al* 2002; ANDRADE, DUARTE e OLIVEIRA, 2010), demonstrando que a ideologia a favor da proibição vem a cada ano produzindo inúmeros casos de desumanização, preconceitos, marginalização e mortes da parte mais vulnerável da população, especialmente os jovens pobres, negros e de periferia (BRASIL, 2006; PASSOS e SOUZA, 2011).

¹³Em entrevista. MAROLLA, L. Reitoria propõe o diálogo. **Entrementes**, edição especial 2, São Paulo, p. 2, jul. 2013.

Percebemos durante as entrevistas que falar sobre drogas invoca questões múltiplas que precisam ser analisadas em sua conjuntura. Assim, para compreendermos os significados atribuídos tanto pela instituição como pelos universitários acerca do uso de álcool e outras drogas, precisamos assimilar a política macrossocial que legisla acerca do uso de substâncias psicotrópicas, às quais as universidades são legalmente submetidas. Nesta perspectiva, muitos estudantes fizeram referência à questão legal das drogas, permitindo impressões muito valorosas ao colocar as marcas e vivências de uma incoerente legislação que não proporciona saúde. Um estudante do curso de serviço social coloca:

“Se as drogas são proibidas, não há como se fazer redução de danos, as pessoas vão seguir aspirando giz, aspirando mármore, vão continuar contraindo HIV pelo uso de seringa compartilhada, vão continuar nas mãos do tráfico. A maior guerra contra o tráfico é tirar poder do tráfico, tirar poder do tráfico é tirar das mãos exclusivas a comercialização e produção de drogas, então a questão não é só a maconha porque é “mais leve” do que as outras drogas, a sociedade tem muito a ganhar com a descriminalização e legalização do Estado, não é entregar para qualquer um a produção de maconha, mas o Estado pode fazer isso de forma segura com controle de qualidade e daí a política de saúde não seria demagógica, precisamos de uma política de saúde da realidade e não do mundo ideal” (E05).

Enfatizo a fala deste estudante ao dizer “Precisamos de uma política de saúde da realidade e não do mundo ideal”. Todo o percurso até o momento para o estabelecimento de uma política que promova saúde está ao contrário, causando injustiças, desigualdades e iniquidades. Segundo o jurista Pedro Abramovay, ao falar sobre o perfil de pessoas que estão sendo presas por crimes relacionados ao comércio e uso de drogas, diz que “este não é o perfil do traficante, é um perfil muito mais próximo do usuário. Só que são pessoas pobres — 80% destas pessoas só tinham até o 1º grau completo. O usuário pobre está sendo tratado como traficante e isto é uma injustiça brutal” (PRESTES, 2012).

“Eu nunca vou compactuar com leis que são injustas, e uma lei que criminaliza um usuário de drogas, que coloca no mesmo patamar que o estuprador em uma cadeia, um presídio, em privação de liberdade em um espaço que só consegue degenerar ainda mais o ser humano que qualquer outra coisa. Eu não vou me dobrar a esta lei e não vou entregar ninguém que esteja usando drogas em qualquer espaço, mesmo que seja dentro da universidade. Esta é minha posição” (E05).

Nesta linha de raciocínio Nery Filho (2013 s/ p.) diz que “(...) mais uma vez, a política míope, medíocre, que o Parlamento Brasileiro quer nos impor, longe de tudo que as ciências sociais, humanas e da saúde produziram ao longo das duas últimas décadas”. Relata que sua maior inquietação não é com a bancada evangélica, mas sim “inquieto-me, sobremodo, com os usuários e seus familiares pela pequena ou quase nula possibilidade de serem ouvidos”. Um estudante do curso de psicologia ao discursar sobre a proibição:

“Eu não acredito na proibição, porque não é proibindo que vá acabar com o uso, talvez gere até mais problemas proibirem porque não tem regulamentação, não tem

controle e nem fiscalização, eu creio que a legalização é a melhor maneira de lidar com isso, porque propicia também haver uma regulamentação do uso, você pode instituir algumas leis para consumo” (E02).

A criminalização e a marginalização não são compreendidas como formas de intervenção, pois quebram a lógica das múltiplas vias de atenção e cuidado, sendo mecanismos sociais de não-cuidado, mas com forte papel na manutenção das desigualdades. Segundo Campos (2005, p. 224) “estamos em uma política de produção e reprodução da dor e sofrimento. É uma política que não soluciona nenhum dos problemas que a droga causa que são muitos, e ainda agrava este problema”. Um estudante de psicologia diz:

“Eu sou a favor da educação, eu acho que não só dentro da universidade, mas da sociedade como um todo, o proibicionismo não funciona, porque as pessoas violam a lei e isto é fato, não adianta proibir, porque alguém vai violar e a situação vai continuar do mesmo jeito. Eu acredito que educando, que ensinando, trazendo à luz tanto aspectos positivos quanto negativos, o que este uso gera o que este abuso gera” (E03).

Chaibub (2009) postula que política sobre drogas deveria possuir um caráter muito mais educativo, não deveria denominar-se “política antidrogas” e sim “políticas sobre drogas”. Compreendendo que a questão das drogas tem múltiplas determinações, deveríamos trabalhar com as diversas políticas, na perspectiva da intersetorialidade: políticas de saúde, assistência social, educação, lazer, cultura etc. Esta mesma autora faz uma contundente reflexão:

“(…) é na complexa e contraditória relação entre Estado e sociedade que se situa o processo de regulação do uso, comercialização, tratamento e prevenção das drogas no Brasil, objeto de inúmeras normatizações, dentre as quais fazem parte a moral, os costumes, a religião, o direito e as políticas” (CHAIBUB, 2009, p.147).

A política proibicionista só contribui para o aumento do uso de substâncias psicotrópicas e aumento dos inúmeros problemas decorrentes do tráfico, o que leva à constatação de que a atual guerra às drogas só fracassou e necessita urgentemente derivar a uma política de inclusão e não de exclusão, marginalização e reprodução das incoerências/divergências de uma sociedade (HART, 2014; TISOTT *et al*, 2015). Segundo Carneiro (2002, p. 127), “A ideia de erradicação do consumo de certas substâncias é uma concepção fascista que pressupõe um papel inquisitorial extirpador para o Estado na administração das drogas, assim como de outras necessidades humanas”.

Constatamos também nas entrevistas que mesmo com heterogeneidade em relação ao uso de álcool e outras drogas, os estudantes entrevistados não acreditam que as atuais leis brasileiras, pautadas pelo proibicionismo, funcionem; ao contrário, acreditam que a única

maneira de diminuir os problemas ocasionados pelas drogas, seria através da educação para o uso, conversas, debates e diálogos sobre este tema.

“Algo importante nas entrevistas é a heterogeneidade expressa pela diferença dos estudantes entrevistados. Alguns utilizavam somente drogas lícitas como o álcool e o tabaco, outros ilícitas como a maconha, alguns relataram não utilizar nenhum tipo de droga. Contudo, alguns estudantes possuíam uma visão ampliada em relação ao conceito de drogas e reconheciam que todo mundo acaba utilizando algum tipo de droga, como: os medicamentos, café, etc. Entretanto, unissonamente todos pontuaram em algum momento da entrevista que a política proibicionista não resolve os problemas relacionados ao uso prejudicial que algumas pessoas sofrem o usar demasiadamente alguma substancia psicotrópica” (DP novembro, 2014).

Burgierman (2014, p.5) aponta, em uma recente edição da revista *Super Interessante*, que “É apavorante pensar que na verdade nossa vida continua cheia de obscurantismos e preconceitos, que muitos de nossos médicos, cientistas e governantes tomam decisões mais por certezas morais e covardia política do que pelo conhecimento científico”. Um estudante de psicologia ao refletir sobre o moralismo que abarca a questão das drogas coloca que:

“O uso de drogas faz parte da vida humana há muito tempo! É que muita gente tem aquela coisa de demonização das drogas, de que aquilo vai te destruir, que vai destruir a sua família. Isso é um discurso muito ouvido, eu acreditava muito nisto. Acho o álcool menos, o tabaco menos, mas as drogas ilícitas são muito demonizadas, como se fosse uma coisa de quem está perdido no mundo de quem não tem Deus, de quem não tem família estruturada” (E10).

Karam (2013) afirma que com o intuito de incentivar a abstinência, muitas campanhas colocam pessoas em situações de uso prejudicial de drogas, como se tais pessoas representassem a totalidade dos consumidores. Segundo a autora, “A demonização das substâncias proibidas apresenta-as como um mal em si mesmas, sem que sejam consideradas as diferentes formas em que o seu consumo pode se dar” (KARAM, 2013, p. 50). Um estudante faz uma reflexão muito coesa:

“Daí o café ninguém questiona, por que o café ajuda na produção, eu acho que é um pouco por isso. Mas eu acho que, em vez de ficar proibindo algumas drogas e outras não, seria mais interessante cada vez mais a gente ter uma sociedade que soubesse usar qualquer tipo de substância” (E10).

Segundo Carneiro (2002), a construção social que estabelece algumas substâncias como legais e outras como ilegais são baseadas em conceitos capitalistas, pois a proibição ocasiona lucros. Ainda segundo Carneiro (2002), ao refletir sobre as drogas, diz que “as drogas são produtos da cultura, são necessidades humanas, assim como os alimentos ou bebidas, podendo ter um bom ou mau uso, assim como ocorre com os alimentos”. Sendo que “A diferença é que um viciado em açúcar não corre o risco de ir preso, mas apenas perder a saúde na obesidade ou diabetes” (CARNEIRO, 2002 p. 127).

Campos (2005) afirma que:

“A modernidade demonstrou-se incapaz de cumprir promessas e, ao que tudo indica, na trilha atual, ela será cada vez mais incapaz de fazê-lo. [...] Apesar do fantástico progresso científico e técnico que tornou possível, ela não conseguiu tornar realidade os valores de igualdade, fraternidade e liberdade, de democracia e vigência dos direitos humanos que levantou como bandeira” (CAMPOS, 2005 p. 37).

Mesmo constatando o fracasso das atuais políticas públicas sobre álcool e outras drogas, mesmo com avanços na perspectiva intersetorial relacionada a esta questão, ainda existe um árduo caminho para uma educação para autonomia, onde as múltiplas questões envolvidas neste processo sejam verdadeiramente levadas em consideração (FORTE, 2007). Um estudante reflete:

“(...) quanto à gente tem drogas que são ilícitas e também outras drogas que são lícitas, acho que ambas têm consequências, então diante de drogas lícitas como o álcool, que por ser lícita muitas pessoas não consideram como droga, você pode fazer uso, você está dentro da lei, você tem autonomia para fazer uso ou não, mas isto não deixa de ter consequências caso ocorra o abuso deste uso e a mesma coisa acontece com outras drogas, mas que são ilícitas. Então, o peso moral para que elas não sejam permitidas, é muito maior do que de fato ela ser catastrófica e trazer problemas muito grandes para a sociedade. Traz, creio que sim, mas até que ponto ela pode ser vista como a vilã da situação” (E03).

Assim, uma vez que as leis são soberanas, qual seria o papel da universidade pública nesta temática? Por excelência, a universidade possui um caráter abrangente, não se restringindo somente às especificidades do saber. A universidade pública, além de cumprir um importante papel acadêmico, também estabelece em seu tripé questões de pesquisa, ensino e extensão, o que proporciona uma maior interlocução com a sociedade (LACERDA e MARIANO, 2013). A seguir destacamos uma fala da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UNIFESP ao falar sobre o papel da universidade e a questão das leis brasileiras neste contexto:

“Na universidade que é pública, “opções” como descumprir leis desaparecem. O papel educativo se sobressai e, espera-se que haja amplo e democrático debate, contemplando os muitos pontos de vista, provenientes de especialistas ou não, de dentro e de fora da universidade. Seja qual for, além de educar, a universidade deve respeitar a legislação vigente e buscar a segurança e integridade de seus alunos em suas atividades acadêmicas” (UNIFESP, 2013a, p.1)

Neste sentido, existe uma lacuna entre a legislação e as possibilidades de elaboração de uma política que assegure a integridade dos estudantes. Quais medidas podem ser adotadas para estabelecer mecanismos que garantam a autonomia e ao mesmo tempo respeitem a legislação vigente? São desafios ao se refletir sobre a questão do uso de álcool e outras drogas no contexto universitário. Ao falar em autonomia, muitos estudantes fizeram uma importante reflexão ao colocar como a universidade lida com essa questão no ambiente universitário.

“É claro que em todas as instituições existem suas regras e seus limites que estão instituídos, mas ficam claro nesta disputa as forças se conflitando, autonomia do indivíduo, autonomia da instituição, até onde um vai uma, até onde vai outra. Isto é uma negociação constante, uma coisa bem dinâmica e complicada, não é fácil porque tem o poder político em jogo, tem o poder pessoal. Polemica esta questão, daria para conversar horas sobre isso” (E02).

De forma geral, autonomia é pouco discutida e vivenciado pelas pessoas. Não podendo ser confusa com liberdade absoluta e irrestrita, autonomia é co-responsabilização (CASTORIADIS, 1982). Ao referir sobre autonomia, também nos referimos a condições econômicas, históricas, sociais e políticas que são constituídas por nós e nos constituem (CAMPOS e CAMPOS, 2012). Discussão que se acentua no caso das drogas, pois existem as imposições das leis do Brasil.

“Autonomia tem o limite das leis do nosso país, que proíbe o uso de drogas. Então, é uma autonomia que não é garantida de fato, talvez nem seja autonomia, a gente pode dentro da universidade, que acredito ser o momento para se discutir muito coisas, de se rever muitas coisas, inclusive leis, e movimentar neste sentido de ter uma educação em relação ao uso de drogas” (E03).

Realizando pesquisas em relação a esta temática, encontramos movimentos de universidades que também se preocupam com uma política interna relacionada ao uso de drogas, dentre estas a Universidade Federal de Uberlândia a partir de 2013 estabeleceu uma comissão, composta por docentes, discentes e técnicos que se dedica a elaborar uma política de drogas para universidade. Este ano iniciaram um circuito de debates para refletir também sobre a Política Nacional de Drogas. A Universidade Federal de Goiás também preocupada com estas questões, após estudo apresentaram uma proposta de uma política institucional sobre drogas. Contudo, a maior parte das discussões e proposta de reflexões fomentadas pelas universidades sobre as drogas são relacionadas às políticas gerais, o que obviamente é fundamental para mudanças de pré-conceitos e paradigmas. No entanto, um primeiro passo precisaria ser estabelecido ao se definir uma política interna.

“A universidade deve promover iniciativas preventivas, tornando-a um espaço protetivo no que tange à ampliação da rede social, dos horizontes culturais, das alternativas de prazer e lazer e da divulgação de informação sobre riscos associados ao uso de substâncias psicoativas, permitindo reflexão sobre escolhas” (AZEVEDO, 2013).

Na UNIFESP, durante muito tempo houve um silenciamento em relação à política interna sobre álcool e outras drogas, mas com a criação da PRAE começam a surgir possibilidades de diálogo. Contudo, diálogo e silenciamento não são movimentos estáticos e isolados, como se ao terminar um começasse o outro; ao contrário, existe um potente diálogo no silenciamento e um silenciamento nos diálogos, como se fossem processos co-

constituintes, mútuos e maciços. Tal constatação aponta a necessidade de um olhar mais detalhado para compreendermos tais movimentos.

Começaremos a falar a partir do *silêncio* porque este evidencia uma contradição nesse campo. Silêncio? Sobre drogas existe uma série de discursos — públicos e privados — que colocam este tema em voga. Esta aparente discussão sobre drogas produz inúmeras interrogações que não têm respostas/produções visando dar sustentação a outras possibilidades de pensar. Assim, são nestas lacunas, silenciamento, espaços e hiatos que percorremos discursos — políticos, morais, legais e dos sujeitos. Praticamente todos os estudantes do *campus* Baixada Santista entrevistados fizeram menção ao silêncio relacionado à questão das drogas, como pode ser observado a seguir:

“Não temos nenhuma aula que trate destas questões”(E08).

“Eu lembro da palavra maconha ter sido dita somente no primeiro ano por um professor de IS, foi só desta vez”(E06).

“(...) as únicas discussões em sala de aula são relacionadas às desigualdades sociais acarretadas pelas drogas...” (E05).

“(...) a gente trabalhou a questão prisional, fala um pouco aí de drogas, mas não nesse sentido, e nada relacionado à universidade” (E04).

“(...) mas nunca houve ou não me lembro de nenhuma roda de conversa com essa temática ou algo que fosse no sentido educativo para os próprios estudantes” (E10).

“(...) a única discussão é aquela do dia a dia e que vai muito de pessoa para pessoa que vai usar...” (E07).

Esses discursos apontam que existe uma lacuna que merece ser investigada diante deste tema tão complexo, envolto ainda em estigmas, preconceitos, mitos e verdades. Durante as entrevistas, analisando as falas dos sujeitos, percebemos que esta temática gera impacto junto aos estudantes, que, aliás, enfatizaram a importância da discussão e reflexão sobre álcool e outras drogas como forma de (re)pensar o padrão normativo socialmente aceito. Também percebemos que esta discussão contribui com o processo de autoconhecimento, uma vez que eles próprios podem fazer uso de drogas ou se relacionam com pessoas que o fazem.

As entrevistas também apontam a importância da universidade neste processo de construção sobre um novo parâmetro de drogas na sociedade, especialmente na própria comunidade universitária. Esta demanda pelo diálogo nos pareceu importante porque revela

uma espécie de “recusa” a modelos de inteligibilidade prontos, como se os estudantes — dada sua condição social — quisessem construir parâmetros de sociabilidade mais condizentes com suas vivências concretas, levando em consideração o outro. Estas afirmativas de ausência de diálogo sobre drogas são instigantes na medida em que o *campus* Baixada Santista possui a maioria dos cursos da área da saúde, e que a PRAE tenha iniciado um processo de reflexão que ainda não ocasionou repercussão na vida cotidiana dos estudantes.

Faço uma pausa aqui para esclarecer uma questão importante. Mesmo com o êxito das entrevistas, saliento que nossa primeira opção conjecturada foi a realização de grupos focais, justamente por entender que este tema é complexo, acreditávamos que o diálogo em grupo favoreceria a discussão, proporcionando uma reflexão mais ampla. Contudo, esta experiência foi o primeiro percalço significativo que esta pesquisa nos proporcionou, pois não conseguimos realizar os grupos focais como inicialmente havíamos planejado. Os estudantes convidados a compor o grupo focal cursavam o último ano da graduação. A seguir trouxemos um trecho do DP que descreve este momento:

“Aguardamos ansiosamente até o horário previsto para o início do grupo focal, e ninguém chegou, estipulamos um tempo de tolerância de mais trinta minutos na esperança que os estudantes chegassem, depois atribuímos mais quinze minutos e quando percebemos já havia passado mais de uma hora do horário previsto e para nossa tristeza nenhum estudante apareceu para o grupo” (DP Outubro de 2014).

Neste momento, algumas dúvidas emergiram em relação à melhor estratégia de coleta de dados para elaboração desta pesquisa. Começamos a ponderar quais os motivos que ocasionaram estes desencontros, originando a dificuldade de reunir jovens universitários no diálogo de um tema tão próximo à vida acadêmica. Resolvemos fazer uma nova tentativa de realização de grupos focais, que também fracassou. Todavia, as premências do tempo de pesquisa fizeram com que algumas incertezas fossem sendo clareadas e fomos encontrando questões potentes na discussão deste assunto. A seguir um trecho do DP, demonstra o movimento na tentativa de realização dos grupos focais:

“A partir do momento que cogitamos pesquisar os estudantes dos últimos anos da graduação e contemplar todos os cursos, imaginamos que seria uma tarefa árdua, entretanto, não achávamos que seria tanto. Após, esta primeira frustração resolvemos continuar tentando realizar os grupos, novamente fizemos todos os trâmites necessários. Previamente realizamos todos os contatos e confirmamos a participação, para garantir que o número necessário de estudantes seria desta vez assegurada, confirmando a efetividade do grupo focal. Chegando a data previamente agendada, organizamos todo o ambiente e documentos. No horário previsto três estudantes apareceram, logo em seguida veio outro e algum tempo depois mais um. Estávamos com cinco estudantes. Uma expectativa tremenda para que chegasse mais um para começarmos o grupo, pois seguindo a metodologia prevista o grupo focal deveria ter de seis a doze participantes, portanto, cinco sujeitos inviabilizariam a discussão em grupo. Enquanto aguardávamos, servimos os quitutes e dialogamos um

pouco, o tempo passou e não chegou mais ninguém. Também não conseguimos realizar este grupo focal, mas conseguimos perceber alguns significados ou ao menos algumas hipóteses. Acreditamos que pelo fato do tema ser delicado e complexo, alguns estudantes possam ter ficado receosos e resolveram não participar” (DP Outubro de 2014).

Nossa dificuldade em realizar o grupo focal poderia ser compreendida como o fracasso de nossa proposta metodológica inicial e/ou um indicador de que a temática não fosse tranquila de ser discutida pelos estudantes em grupo, tanto em função das inquietações do tema, das proibições envolvidas e as demandas que ela expressa. Foi nesse sentido que buscamos uma referência que nos ajudasse a ler essas questões. Foi com Orlandi (2005) que compreendemos que o silêncio, em todas as suas manifestações, é um potente marcador de sentidos e significados. O que também nos faz refletir sobre o não pertencimento da discussão fomentada pela PRAE. Essa descoberta contribuiu com o manejo metodológico e com a leitura dos discursos derivados das falas institucionais e dos estudantes.

A temática das drogas está posta socialmente, sobretudo do ponto de vista moral, político e legal — como uma questão *negativa* a priori (HART, 2014). Essa questão não pode ser ignorada porque incide sobre comportamentos e percepções. O silêncio e/ou o silenciamento passa a fazer parte do jogo de prescrições que mantém a temática longe de problematizações que possam movimentá-la. Vejamos alguns movimentos através dos discursos estudantis que apontam falhas no diálogo sobre drogas:

“A gente nunca trabalhou esse tema especificamente, não que eu me lembre! Sei que tem palestra... A semana canábica. Mas, na formação, nunca vi. Não me lembro de nada... A gente trabalhou a questão prisional. Fala um pouco aí de drogas. Mas não nesse sentido... E nada relacionado à universidade. Só questão extra, de tráfico, de direitos humanos, de ver a pessoa sob outro olhar, mas falando do traficante, não das drogas. De como trabalhar essa questão, somente um olhar mais humano sobre aquela população. E ainda assim, muito pouco. Muito vagamente” (E04).

Nesta fala, fica evidente que há um silenciamento, ou uma não apropriação sobre a temática das drogas na UNIFESP *campus* Baixada Santista. Tiburi e Dias (2013) no livro *Sociedade Fissurada* fazem uma importante reflexão sobre o moralismo que abarca a questão das drogas, que nada mais é que uma moral petrificada e que, portanto, “Pensar eticamente a questão das drogas é tarefa urgente no contexto de moralismo ditatorial que tem validade como falsa consciência, a ideia de uma verdade aceita por todos e que vige apenas porque repetidas vezes sustenta as coisas como elas são” (TIBURI e DIAS, 2013 p. 127). Nessa perspectiva, um estudante faz a reflexão que muitas vezes a universidade prefere ignorar um problema a lidar com questões que envolvam aspectos legais, que possam levar a problemas jurídicos:

“Acho que no Programa de Educação e Trabalho – PET, chegamos a discutir em algum momento, especialmente o movimento de braços abertos em São Paulo, mas nunca houve ou não me lembro de nenhuma roda de conversa com essa temática ou algo que fosse ao sentido educativo para os próprios estudantes, eu não me lembro!” (E10).

Percebe-se por esta fala a omissão que paira nesta temática, onde as drogas são abordadas como se fossem uma questão que *a priori* deva ser tratada fora dos muros da universidade. Ainda existe uma lacuna na vivência concreta, cotidiana, ao se abordar a questão do uso de drogas no período universitário. Destaca-se: “(...) não temos nenhuma aula que trate destas questões. A gente sabe que existem pessoas que usam, pessoas que conhecem, quem vende, mas... Conversar? Pelo menos neste *Campus*, aqui na Ponta da Praia, nunca conversamos” (E08). Esta outra fala também versa sobre o preconceito existente:

“(...) as pessoas, por preconceito, não têm informação, às vezes não ficam falando, falam quando estamos juntos fumando as drogas, mas assim dentro da universidade levantar esta questão é raro eu acho que é muito importante discutir esta questão. Por que tem muitas vezes, que dependendo do estado que a gente está, queremos é falar com alguém, mas a gente fica com vergonha” (E06).

Este discurso reitera a discussão, ao afirmar que o único diálogo existente na universidade são aqueles do convívio diário de quem usa drogas. Obviamente existem discussões internas realizadas, mas muitas vezes isoladas, pois não são contempladas na grade curricular e não envolvem a maioria dos estudantes. Além disso, ao revelar que ainda existe muito preconceito, principalmente em relação aos usuários de maconha.

Para alguns autores, a maconha sempre está nos parâmetros inversos ao álcool e ao tabaco, como o “típico exemplo de substância que é vítima da moralização” (TIBURI e DIAS, 2013 p. 37), o que por sua vez dificulta o diálogo com a instituição. É também relevante a falta de informação dos estudantes.

Em outro trecho da entrevista constatamos:

“(...) São poucos debates, por ser um espaço universitário, naturalmente há mais debates, mas não existe nenhuma aula que aborde especificadamente a questão das drogas, as únicas discussões em sala são relacionadas às desigualdades sociais acarretadas pelas drogas. A guerra as drogas é uma expressão discutida, naturalmente estas questões relacionadas às drogas vão aparecer no decorrer do curso, entretanto não há nenhum espaço destinado a estas questões no curso. Nenhum espaço onde se faça este debate. O meu acúmulo é muito mais extra universidade do que no espaço da universidade. O espaço que seja institucionalizado não existe” (E05).

Novamente existe neste discurso a percepção de que a problemática do tema das drogas não é abordado na universidade, ou ainda não fazer sentido para os estudantes, pois a maioria dos debates relacionados às drogas vem sendo direcionada às desigualdades sociais e

pouco se discute sobre o consumo de drogas pelos próprios estudantes. Salientamos a fala de um estudante do BICT-Mar que diz:

“Aqui na Ponta da Praia não, nada. Nenhum espaço. A única discussão é aquela do dia a dia e que vai muito de pessoa para pessoa que vai usar se está no ciclo de amigos que usam ou não, acho que esta discussão acaba acontecendo em outros lugares e não na universidade” (E07).

Outras falas também conferem que falta diálogo sobre o uso de álcool e outras drogas pelos universitários da UNIFESP – *campus* Baixada Santista, como relatado por este sujeito.

“Acho importante que este assunto esteja presente na formação, não só no início, mas que possa ser um espaço das pessoas pensarem sobre o próprio uso e não só no outro. Às vezes, pensamos muito no outro, no paciente e não refletimos sobre como estamos lidando com estas questões com a gente mesmo, mas eu acho que o papel da universidade deve ser este de acolher, se o uso de drogas tiver trazendo algum tipo de sofrimento, tentar ver, entender e não, por exemplo, se está bêbada não pode assistir à aula” (E10).

É notória a importância de haver espaços de reflexão internos, onde o consumo de drogas pelos universitários seja refletido através de uma postura acolhedora. Segundo esta fala, não adianta refletir somente no uso do outro, no caso os pacientes, mas seria fundamental entender como os jovens universitários lidam com a questão do álcool e outras drogas. Este discurso ratifica a importância de entender os significados que os universitários atribuem ao uso de álcool e outras drogas na universidade.

“A gente vê um pouco sobre drogas em saúde mental, ainda tem este detalhe, não sei se tem. Depois a gente viu este assunto relacionado às questões prisionais, que levanta estas questões do tráfico, mas relacionados às drogas de um modo geral, mas nada de drogas e universidade” (E06).

Aqui o estudante exprime o atual conceito da sociedade que trata as questões das drogas como caso de saúde mental e não de política de saúde. Esta fala em especial é muito significativa, pois aponta que o *campus* da Baixada Santista, com predominância de cursos da área da saúde, não reserva nenhum momento curricular onde exista um diálogo qualificado sobre uso de drogas. Segundo as entrevistas, a palavra maconha, por exemplo, foi mencionada uma única vez, em um curso com duração de quatro anos. O que causa preocupações, pois, além de não ponderar sobre o próprio uso, estes estudantes serão futuros profissionais, e provavelmente estarão envolvidos nesta questão tão intrínseca e atual da sociedade. Outro estudante diz:

“(...) certamente na universidade o debate é um pouco mais livre do que fora dela. Acho que fora dela não há debate, na verdade o que há é muita reprodução nas versões que os meios de comunicação e instituições têm sobre isso. Há muito mais reprodução, claro que na universidade também existe, mas há espaços como este, por exemplo, há espaços de audiência pública, mesmo sendo muito restrito no

ambiente da universidade há mais debate. Agora como eu disse, é quase similar com o que existe fora” (E05).

Algumas pesquisas chegaram à conclusão da extrema necessidade em incorporar educação sobre drogas na grade curricular dos universitários, conforme relatado por Kerr-Corrêa *et al* (1999) e Portugal *et al* (2008). Já a pesquisa de Wagner e Andrade (2008) conclui que existe a necessidade de mais estudos e orientação em relação aos universitários e as drogas. Araújo, Gonttiès e Nunes Júnior (2007) apontam, ao pesquisar as representações sociais sobre a cocaína entre universitários, a necessidade permanente de inclusão de disciplinas que possibilitem debates. Silva *et al* (2006) também indicam a necessidade da criação de disciplinas nas universidades para a discussão sobre drogas e a redução da carga de estresse sobre os estudantes.

Enquanto escrevo este texto, ouço uma reportagem na TV sobre um estudante quartanista da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) que morreu por overdose alcoólica ao participar de uma competição de quem consegue beber o maior número de doses de vodca. Além dele, outros seis estudantes passaram mal e três destes se encontravam internados. A imagem abaixo traz a divulgação do evento no qual o estudante da UNESP faleceu por overdose alcoólica



Figura 14: Foto da divulgação da festa ‘Open Bar’ de várias bebidas (Foto reprodução do facebook) G1.com.br

A foto a seguir, traz a imagem da divulgação da primeira festa de recepção aos calouros na UNIFESP Baixada Santista que ocorreu em 25 de março de 2015 e como se observa é uma festa *open bar*, regada ao consumo livre de álcool, parecida com a festa na qual o estudante da UNESP faleceu. Esta festa não ocorreu no espaço físico da universidade,

entretanto, foi divulgada para os calouros durante a semana de integração, os ingressos estavam à venda no pátio da instituição e também foi amplamente divulgada no facebook. A questão neste caso não é a realização da festa ou sua divulgação, mas o fechar dos olhos da universidade para ações educativas, pois ao proibir o consumo de álcool internamente há a tentativa da instituição se eximir de possíveis problemas legais.



Figura 15: Divulgação da festa de recepção aos calouros 2015/ UNIFESP Campus Baixada Santista Fonte: facebook - Unifespianos

Tragédias envolvendo universitários e drogas não é fato novo em nossa sociedade. Em 2013, outro universitário morreu após passar mal em outra festa *rave* (OLIVEIRA, 2013). No começo do ano passado um estudante da USP se afogou ao ingerir uma droga similar ao LSD¹⁴, o 25B – NBOMe, uma droga nova no Brasil (PAGNAN e TUROLLO, 2014). Contudo, a discussão interna sobre medidas preventivas em relação ao uso de drogas é geralmente silenciada até que uma nova tragédia apareça na mídia, como por exemplo, o estudante morto por overdose na UNESP. Rapidamente iniciam-se as discussões rasas sobre o caráter ‘autodestrutivo’ dos jovens. Arguições voltadas em torno do consumo exacerbado e prejudicial de álcool e outras drogas ressaltam a importância da prevenção ao uso indevido de drogas e proteção aos jovens nesta faixa etária mais crítica, ou no período mais crítico – o período universitário (SERRANO, 2015).

Contudo, ao abordar a questão do uso de drogas por universitários, as universidades apresentam uma preocupação muito mais legal do que moral e ética ao proibir festas dentro da área física da universidade, como forma de isentar-se de possíveis problemas

¹⁴LSD é uma substância alucinógena sintetizada artificialmente e uma das mais potentes com ação psicotrópica que se conhece, seu efeito chega a durar de 4 a 12 h, provocando alucinações, distorções perceptivas, perda da discriminação do tempo e do espaço etc. (SENAD, 2010, p. 28)

jurídicos. Uma matéria da Carta Capital traz à tona este assunto, e refletindo sobre os casos trágicos diz:

“A proibição, entretanto, é mais que um ato preventivo, pois contém a incapacidade dessas instituições em cumprirem plenamente seu papel. [...] Ao jogar o problema para fora dos portões, demonstrando maior preocupação com sua responsabilidade jurídica e patrimonial, a universidade abdica de seu papel pedagógico” (SERRANO, 2015, s/ p.).

A fala de um estudante remete a este tipo de discurso:

“Eu acho que a universidade respeita nossa autonomia, simplesmente por que ela não faz nada a respeito, a faculdade sabe o que acontece, mas não faz nada a respeito. Sabe-se que tem e rola boatos de muita coisa envolvendo a Silva Jardim, então eu acho que a universidade da autonomia sem ser responsável daí acaba tirando o seu dá reta” (E07).

Mesmo sabendo do interesse da UNIFESP iniciado em 2013 para discutir questões relacionadas à construção de uma política interna sobre drogas, tais reflexões ainda não são reais na vida dos estudantes, por mais que a universidade comece a sinalizar um potente movimento nesse sentido. Este movimento ainda se demonstra frágil, pois combina discursos sobre “seguir a lei”, com “cuidado do usuário”, entre outros, sem revelar uma posição institucional clara. Como se observa nas falas anteriores, tais discussões ainda não possuem sentido para os estudantes, tampouco houve referência deste processo de discussões iniciado pela Reitoria. Apenas um estudante fez referência a um jornal interno da UNIFESP de edição especial sobre drogas. “Eu vi este jornal!” (E10).

É evidente que esta Reitoria deu um passo avanti, abriu discussões e reflexões. Entretanto, a questão é mais ampla e precisa ser questionada em sua raiz e a discussão necessita ser ampliada e incorporada na grade curricular de todos os *campi* da universidade. Enquanto na UNIFESP se concentram posições distintas e muitas vezes antagônicas o direcionamento quanto à definição de uma política interna sobre drogas ficará comprometido. Obviamente existem polarizações em relação ao uso de drogas, entretanto cabe a universidade discussões qualificadas e criação de mecanismos de proteção à saúde dos estudantes. Uma política centrada no proibicionismo não alcança significados positivos, pois, ao proibir e penalizar o uso de drogas gera-se outras formas de consumo, que em certas condições podem até ser mais perigosas. Um estudante diz: “Uma política que eu acho que seria certo? Acho que a política proibicionista não funciona, por que as pessoas burlam e ninguém fica sabendo” (E08).

A questão colocada aqui, não é o fato de proibir o consumo de álcool, a questão central nesta decisão é o proibicionismo como forma de fechar os olhos para uma questão que

continua ocorrendo dentro dos muros da universidade ou que mesmo fora dela continua moralmente sendo responsabilidade das universidades. Segundo Serrano (2015, s/ p.), no artigo jornalístico, (sindicância)

“A universidade, ao proibir, refrear e desestimular a autonomia dos jovens, moldando seres alienáveis, perverte seu papel pedagógico e decreta a ruína enquanto potência educadora. Na medida em que opta por colocar para fora de seus portões, ao invés de absorvê-lo e resolvê-lo de forma adulta, intramuros, escancara sua incapacidade de guiar os jovens na direção de uma formação adulta e verdadeiramente cidadã e reflete um sistema pedagógico-educacional declaradamente falido”.

Outra fala corrobora com este posicionamento ao colocar que as proibições impostas pela lei e acatadas pelas universidades são muitas vezes uma maneira de fazer “vistas grossas” ao real problema ocasionado pelas drogas.

“Sinceramente eu não sei. Eu nunca pensei sobre isso... Acho que proibir não vai adiantar. Não vai adiantar nada, mas, liberar, já é liberado... As pessoas só fazem vista grossa... Então, não tem política... Para mim não tem política aqui” (E04).

A fala acima reflete que o proibicionismo não equaciona a situação. O entrevistado enfatiza a importância de uma política institucional clara que auxilie na condução de questões como, por exemplo, o uso de drogas dentro do espaço físico da universidade. Não falamos aqui em aprovar, legalizar ou ser favorável ao uso de drogas. Ao contrário, nem os estudantes questionam os males ocasionados pelas drogas, mas com certeza a proibição como política só agrava a situação: ocasiona óbitos, destrói a autonomia, a democracia e acaba com o diálogo.

Estudantes também fazem referência à falta de clareza de uma política sobre drogas na UNIFESP, falta informação e educação. Salientam também que esta questão é complicada, e que a princípio a universidade não precisaria ser a favor ou contra, mas deveria refletir sobre tais questões. Nesta fala os estudantes não esperam que ocorra a liberação do uso de álcool e outras drogas *a priori*, mas esperam prioritariamente que exista acolhimento, que exista orientação e compreensão:

“Eu não tenho muita clareza da política da Unifesp, por exemplo, em relação ao uso de drogas. Sei que é proibido, mas não tenho muita clareza da política. Mas assim, eu acho que é um debate difícil, a princípio eu acho que não precisaria ser permitido o uso de drogas tanto lícitas como ilícitas dentro da universidade... A princípio, não precisa permitir ou apoiar o uso de drogas, mas eu acho que, por exemplo: Como lidar se um estudante vem alcoolizado para assistir aula ou sobre o efeito de alguma outra substância? Acho que precisaria ter uma postura de acolhimento de entender o motivo deste uso, se está sendo um uso abusivo. É importante fazer isso que a gente está conversando, rodas de conversa ou sei lá se rodas de conversa é o melhor dispositivo ou se é outra coisa, se passar filme sobre o uso de drogas e discutir, enfim fazer um ciclo de debates sobre isto” (E10).

A dificuldade em estabelecer uma política clara em relação ao uso de drogas não é exclusividade da UNIFESP, outras universidades também possuem dilemas semelhantes. Zalaf e Fonseca (2007), ao pesquisarem o programa de prevenção e acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas da USP, também referem à preocupação da universidade sobre a temática das drogas. As inúmeras intervenções acontecem, quando há dificuldades, mas não há uma política clara em relação aos encaminhamentos referentes à prevenção e ao tratamento.

Além da falta de clareza de uma política interna na Unifesp, outras falas fazem referência ao despreparo institucional para lidar com o caso de drogas:

“Soube também de casos de segurança da UNIFESP de agirem de forma repressora com estudantes que estavam fumando fora da UNIFESP. Não dentro, fora dos muros da UNIFESP e os seguranças saíram de dentro da UNIFESP, foram até a calçada e reprimiram até agressivamente” (E05).

Dentro da cadeia de procedimentos institucionais, a labilidade da política universitária fica clara na ação dos servidores terceirizados; uma estudante relata um caso onde os seguranças da universidade, tiveram uma abordagem despreparada para com os estudantes que estavam usando drogas em espaços extra-universidade:

“Eu lembro que teve uma situação que tinha estudantes fumando maconha ali no pastel, do outro lado da rua e parece que o segurança veio interferir, disse que não podia, que não podia fumar ali. Mas estava fora da universidade e na hora que o estudante foi entrar, ele não estava mais fumando... tinha acabado de fazer uso, mas o segurança não queria deixar ele entrar, eu lembro desta situação. Não sei se talvez tenha a ver com uma visão preconceituosa do segurança ou se tem a ver com uma política institucional, mas se está política não está muito clara de qual é, acaba abrindo espaço para as pessoas agirem de acordo com o que elas acreditam e aí abre espaço para situações de discriminação. É isso, é proibido de usar, mas a pessoa fez uso fora do lugar e está entrando para assistir uma aula. E o problema é que não existe nenhum direcionamento claro, eu acho que, por exemplo, os seguranças têm um papel que às vezes eles fazem transparecer políticas que não são ditas. Porque é isso, se você tem um papel lá na entrada e se a política não está clara ele vai agir com a cabeça dele, todos nós fazemos isso e aí abre margem para estes tipos de ações de descriminalização, e que não é culpa dos seguranças, mas que a instituição permite ao não deixar claro qual é a política da Unifesp em relação a isso, e não discutir. Então, se a política é de acolhimento, isso tem que ser dito para todos os funcionários, porque precisa ser estendido para toda a comunidade” (E10).

A história nos aponta que nunca houve uma política que garantisse efetivamente a saúde dos estudantes, ao contrário, muitos problemas são decorrentes da falta de política e da proibição como estratégia central. Não adianta proteger a integridade dos estudantes intra-muro e ignorar o que ocorre fora dos *campi*, negligenciando o papel pedagógico da universidade.

“Eu sou a favor da educação, eu acho que não só dentro da universidade, mas dá sociedade como um todo, o proibicionismo não funciona, porque as pessoas violam

a lei e isto é fato, não adianta proibir, porque alguém vai violar e a situação vai continuar do mesmo jeito. Eu acredito que educando que ensinando, trazendo a luz tantos aspectos positivos quanto negativos, o que este uso gera o que este abuso gera” (E03).

Portanto, existem duas questões importantes a serem analisadas. De um lado, o silenciamento histórico por parte da universidade em discutir sobre o uso interno de álcool e outras drogas, ou fazê-lo por uma perspectiva moralista e, por outro lado, a iniciativa da Reitoria em discutir sobre álcool e outras de uma forma que aparentemente é lábil, ou seja, não revela de fato uma posição. Em não o fazendo, sugere que pode existir um *jogo* de posições conforme o interlocutor. Sendo assim, observamos que para os estudantes, essa posição gera desconfiança e medo de expor suas reais vivências e percepções sobre o tema.

Assim, tentamos compreender por meio do discurso dos estudantes qual política sobre drogas faria mais sentido na UNIFESP, levando em consideração suas vivências cotidianas. As respostas foram surpreendendo, posto que, os estudantes foram precisos em afirmar como se faz necessária uma política de acolhimento para suas demandas e que a universidade repense a postura proibitiva adotada.

“Eu acho que ao invés de ficar proibindo algumas coisas, a gente precisa aprender a usar estas coisas. Assim como comer, ninguém fala de proibir o McDonald’s que já está mais que provado que faz mal para saúde se consumido em excesso. Acho que a gente precisa aprender a usar, acredito que estas políticas de proibição só aumentam a curiosidade e instigam por que é proibido” (E10).

Nosso objetivo aqui foi o de marcar essa dinâmica: a ausência significativa de reflexão que predomina nos discursos oficiais e morais sobre as drogas e a presença clara de vivências e questões concretas que demandam respostas por parte de todos. O silenciamento e o proibicionismo só ocasionam maiores problemas, pois ao ignorar o consumo (e as demandas que estão ligadas a ele) principalmente dos estudantes universitários, impossibilita-se a reflexão, os processos educativos e a possibilidade do uso consciente — inclusive em relação aos possíveis prejuízos de um uso abusivo. Terminamos a reflexão desta categoria com uma música dos Titãs chamada “Diversão”.

*A vida até parece uma festa,
Em certas horas isso é o que nos resta.
Não se esquece o preço que ela cobra,
Em certas horas isso é o que nos sobra.
Ficar frágil feito uma criança,
Só por medo ou por insegurança.
Ficar bem ou mal acompanhado,
Não importa se der tudo errado.
Às vezes qualquer um faz qualquer coisa
Por sexo, drogas e diversão.*

*Tudo isso às vezes só aumenta
A angústia e a insatisfação.
Às vezes qualquer um enche a cabeça de álcool
Atrás de distração.
Nada disso às vezes diminui
A dor e a solidão.
Tudo isso, às vezes tudo é fútil,
Ficar ébrio atrás de diversão.
Nada disso, às vezes nada importa,
Ficar sóbrio não é solução.
Diversão é solução sim,
Diversão é solução pra mim.*

4.2 Juventude e universidade

“Eu acredito que primeiro tem uma diferença entre o uso e o abuso, eu acho que o uso não só no meio dos universitários, mas no meio da juventude como um todo. Eu acho que o uso é de fins recreativos, tem uma questão muito mais social e muito mais recreativa do que qualquer outra coisa, mas o que eu vejo de agravante não só no meio universitário, mas no meio da juventude em geral é o abuso” (E03).

Na maior parte das vezes, o uso de drogas não acarreta nenhum problema individual ou social. É certo que existem extremos negativos por meio do uso abusivo de tais substâncias, indivíduos que utilizam de uma maneira autodestrutiva e incontrolada (ACSELRAD, 2005; CARNEIRO, 2005; CARNEIRO, 2009). Contudo, segundo Carneiro (2009, p.14) “O excesso é sempre uma fronteira difícil de calcular precisamente nas idiossincrasias de cada um, de cada sociedade em particular, nas fases da vida, nas formas de se auto-conhecer”. Segundo o autor, os excessos são consequências de uma lógica capitalista, não são características exclusivas das drogas. Um estudante diz: “(...) vai num olhar bem da cultura de cada pessoa, vai neste sentido, todas as drogas causam prejuízo para a saúde e para as pessoas que estão ao redor, vai muito nesta direção” (E02).

Segundo Hari (2015), muitas das questões ensinadas em relação às drogas são construções históricas que não procedem. Em suas pesquisas, constatou que os seres humanos necessitam estabelecer conexões e conviver em sociedade para encontrar equilíbrio, saúde e felicidade. Ao se aprofundar na temática percebeu que as drogas não ocasionam vícios, para este autor, o que ocasiona dependência é a desconexão e solidão na qual muitas pessoas se encontram pelos motivos mais distintos (vulnerabilidades sociais, prisões, abusos), portanto tratar o vício é restabelecer conexões. Segundo Silveira (2008, p.8) “O uso de drogas pode ser associado à necessidade de alívio da angústia inerente à condição humana. Quando se pensa

em prevenção, o desafio é encontrar outras maneiras de tornar essa angústia suportável, visando transformação e não alienação”.

Ao analisar as entrevistas, muitos foram os significados atribuídos pelos estudantes em relação aos motivos que os levam a utilizar álcool e outras drogas. Um estudante de serviço social faz este destaque:

“Acho que fazem uso pelos mais diversos e diferentes motivos, agora a motivação individual de cada um a utilizar eu não saberia dizer, deve ter gente que usa para produzir melhor, porque acredita que deve expandir a consciência e produzir melhor, ou quem tem uma produção artística, ou também para se desestressar porque o ambiente da universidade também é muito opressor, muito desigual. Nas festas e aí sim, o uso é prejudicial” (E05).

A contribuição deste discente sintetiza que as pessoas fazem uso pelos mais variados motivos, como expressões das diversas realidades que precisam ser sentidas e vivenciadas no ambiente universitário, o que ratifica as mesmas informações da literatura, apontando que não existe apenas um motivo para o uso de drogas, que o uso acontece de formas múltiplas e com os mais variados intuitos (SILVEIRA, 2008).

Também houve apontamentos em relação à intensa produtividade da acadêmica, onde a universidade prima excessivamente pela excelência. Um estudante de psicologia relata as cobranças impostas, trazendo à reflexão a questão do desempenho acadêmico fortemente enraizado na UNIFESP. Segundo relatos, para corresponder às expectativas impostas, muitos estudantes recorreram à anfetamina¹⁵.

“A ritalina aumenta o desempenho, então muitos estudantes estão achando que precisam ter desempenho. Está coisa da produtividade está cada vez mais forte na academia, por que têm que publicar a todo o momento, estudantes são cobrados. Tem que participar do projeto de extensão, fazer Iniciação Científica, ser monitor, o ideal é que você faça tudo e não dá. Mas as pessoas ficam acreditando que precisam e às vezes acham que se não está conseguindo, não questiona está lógica de não dá. Acha que então precisam tomar um remédio, por que todo mundo dá conta de fazer e o problema então está em mim. Acho que isto é muito importante de se discutir, por que às vezes pode dar uma luz para alguém que acha que a culpa está nela e não esta necessariamente” (E10).

Além de anfetaminas como a ritalina, outras substâncias que estimulam o Sistema Nervoso Central (SNC) como, por exemplo, a cafeína são utilizadas pelos estudantes para aumentar a concentração e a capacidade de produção na tentativa de corresponder as expeditivas impostas pela universidade. Diz um estudante de terapia ocupacional:

¹⁵ Anfetaminas são substâncias sintéticas, que aumentam a atividade de determinados sistemas neuronais, causando aceleração dos processos psíquicos causando entre outros sintomas (diminuição do sono e apetite; sensação de maior energia e menor fadiga etc.). Prescrita para vários distúrbios, principalmente, falta de concentração, conhecido como TDAH – Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade–(SENAD, 2010).

“A pessoa fica utilizando drogas e ela quer parar, mas não consegue por que tem dar conta de ficar acordado para estudar, eu conheci uma menina no primeiro ano, ela não bebia e não fumava, mas era viciada em cafeína, ela dizia eu só vivo a base de café, enfim este assunto das drogas é um assunto que deveria ter abertura” (E06).

Além do café ou de produtos que contenham cafeína como energéticos, refrigerantes a base de cola e chá preto, existem também relatos do uso de cocaína¹⁶, que por também ser um estimulante do SNC é utilizada pelos estudantes como podemos observar no relato a seguir:

“Sim com certeza, por que é um assunto que você fica sem graça de falar com o professor, tem a cocaína também, tem pessoas que utiliza e causa muitos problemas, porque a cocaína é utilizada para estudar” (E06).

Assim, nestas lacunas entre produtivismo e educação, fica a reflexão de qual o verdadeiro papel das universidades na formação dos estudantes, questão que extrapola a academia e coloca a universidade como promotora de saúde. O I levantamento sobre uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 maiores capitais brasileiras (ANDRADE, DUARTE e OLIVEIRA, 2010), aponta que os universitários são os maiores consumidores de álcool e outras drogas. Essas constatações são realizadas por meio de levantamentos nacionais, a partir destas constatações, medidas são pensadas para evitar que os jovens se ‘autodestruam’. Seguindo esta linha de raciocínio o relatório de gestão da PRAE 2010- 2013, ao descrever as ações da CAISE, aponta que:

“Sendo a população estudantil universitária composta por jovens cuja faixa etária está associada a uma condição saudável, as ações procuram focar nos princípios de promoção e prevenção em saúde. Para isso, procurou-se desenvolver mecanismos diagnósticos e de análise de cada população universitária em específico (nos diversos *campi*), com suas particularidades, para que as ações tenham caráter mais efetivo. Desta forma, conhecendo sua população e os grupos vulneráveis em seu interior, foi possível colaborar com o Sistema Público de Saúde no sentido de atuar neste grupo alvo de forma a prevenir o desenvolvimento de doenças ou agravamentos para níveis de maior complexidade” (UNIFESP, 2013b, p. 17).

È nítido neste trecho a preocupação de identificar diagnósticos que *a priori* estão estabelecidos e o anseio por catalogar doenças e vulnerabilidades mais prevalentes nesta faixa etária, medidas que contribuem até certo ponto. Para se trabalhar uma questão radicalmente é preciso sair da superficialidade, do facilmente diagnosticado e adentrar-se nos significados atribuídos por esta população em relação ao conceito de saúde. Outros significados também foram atribuídos aos motivos que levam os estudantes a utilizarem substâncias psicotrópicas,

¹⁶ cocaína é uma substância psico-estimulante extraída das folhas de uma planta originária da América do Sul, popularmente chamada coca (*Erythroxylon coca*). A cocaína pode ser consumida de diferentes formas. Pode ser aspirada sob forma de um sal, o cloridrato de cocaína, popularmente conhecido como “pó”, “farinha”, “neve” ou “branquinha”. Este sal é solúvel em água podendo ser consumido pela via intravenosa (SILVEIRA, 2008).

uma destas constatações foi uso de drogas como refúgio, onde os estudantes utilizam drogas para refletir e se autoconhecer. Um estudante de terapia ocupacional diz que:

“A maioria usa por um mecanismo de fuga, ainda mais em relação ao álcool. Em relação à maconha eu vejo de outra maneira, porque pode ter pessoas que utilizam para ficar bem, para tranquilizar o dia a dia que é tão corrido. A maconha nem sempre é um mecanismo de fuga neste sentido, é mais para se sentir melhor. Enfim, um momento de introspecção” (E06).

Contudo o significado preponderante nas falas dos estudantes foi relacionado à socialização. Berger e Luckmann (2013), ao falar sobre os processos de socialização secundária, nos fazem entender sobre a importância desta interação para construção do sujeito. A maioria dos estudantes entrevistados fez associação da socialização como um dos principais fatores relacionados ao uso de drogas. Um estudante do BICT – Mar ao falar sobre os motivos que movem o uso de drogas no meio universitário faz menção à socialização secundária ao colocar:

“Em minha opinião, muitas vezes é pelas amizades pelo grupo. Acho que a influência de um para o outro é o que mais influencia no uso de drogas. Agora por que os estudantes começam a usar? Não faço ideia! Quando eu escuto da maioria das pessoas aqui da faculdade que usam maconha, estas coisas. É mais pela curtidão, por se estar dentro de um grupo, diversão, sair um pouco do cotidiano, acho que seria mais para se sociabilizar” (E08).

São estas interações, laços afetivos e de amizades que mantêm a sobrevivência dos jovens. Assim a socialização secundária ocupa um papel central na vida destes. A socialização primária, que é a família, fica em segundo plano. Um estudante de psicologia diz:

“No meio acadêmico ele tem um significado mais recreativo, normalmente o consumo de drogas mais normal e mais comum dentro da universidade é o álcool e a maconha. Não dentro do espaço físico da universidade, mas nos lugares e meios onde frequentamos, elas têm determinados fins, mas principalmente os de lazer” (E02).

Observa-se que o convívio com pessoas que usam drogas acaba proporcionando o aumento do uso e abuso de substâncias psicotrópicas, ou seja, a influência do grupo é fator disparador no uso de drogas. Com o intuito de se ‘entrosar’ os jovens podem tornar o uso de substâncias psicotrópicas em um uso abusivo. Segundo Cavalcante, Alves e Barroso (2008) é nesta fase da vida que os jovens formam sua personalidade, necessidade de interação e de aceitação grupal. Outro estudante corrobora com esta afirmação ao dizer:

“(…) o que eu vejo dos amigos de quem está próximo, que é muito mais uma questão de socialização mesmo, que acontece dentro da universidade que o momento de estar ali com a galera, de estar junto com os amigos, de conhecer pessoas novas dentro da própria universidade é um momento de sociabilidade, acredito que é isso” (E03).

Esta referência ao uso de substâncias psicotrópicas como fator necessário e/ou justificativa para conhecer pessoas novas, descontração e ‘curtir’ o momento dentro da

universidade, pode demonstrar a necessidade de conexões estudada por Hari (2015). Laranjo e Soares (2006) discutem que os estudantes de moradia universitária percebem que os processos de socialização e interação estão relacionados ao abuso de drogas e identificam tais abusos como algo corriqueiro em repúblicas. Um discurso corrobora com esta pesquisa ao afirmar:

“Conviver com quem usa ir para lugares onde as pessoas usam passar a conviver com pessoas que fazem uso de drogas. Então, eu sei de muita gente que não usava daí entrou em repúblicas que a galera usava e passou a usar. Tu não fazes uso, daí vai pra festa vai curtir a noite e usa naquele dia. Também existem aqueles que não usavam, mas pela convivência com outros começaram a utilizar. Quando você tem acesso fácil à droga, é mais provável que você utilize” (E04).

Cursar uma universidade e morar sozinho ou em repúblicas ocasiona uma sensação de liberdade, momento que proporciona grande amadurecimento, tanto de pensamentos, como de atividades corriqueiras que anteriormente eram realizadas pelos pais. A família é uma entidade de socialização que não é neutra (SARTI, 2004a). Por vezes essa situação proporciona abstinência em relação ao uso de drogas no período em que o jovem se encontra na casa dos pais e, posteriormente, ao morar sozinho o uso pode se tornar prejudicial. Podemos observar o discurso de um estudante do curso de psicologia:

“A gente em geral é um momento de descoberta de muitas coisas, de limpar sua casa de pagar aluguel, de chamar o encanador quando a privada dá problema... Enfim, várias coisas. Eu acho que no geral aumenta o uso, especialmente por ser um *campus* na Baixada Santista e os estudantes geralmente mudam de casa. Saí de casa, vem de São Paulo ou de outros lugares e fazem repúblicas, então o fato da gente não estar na casa dos nossos pais, acho que deixa a gente mais tranquilo e livre para ter experiências até de uso mais abusivo por que não tem um olhar de vigilância dos pais se preocupando se você vai chegar muito tarde em casa. Eu acho que está liberdade de estar morando fora da casa dos pais também acaba ajudando a liberdade um pouco” (E10).

Acompanhado deste amadurecimento, vem à sensação de liberdade, de testar os limites e busca por novas aventuras e experiências. Morar longe da supervisão paterna, em muitos casos acaba potencializando um uso de drogas abusivo (PICOLOTTO *et al*, 2010). Diz o estudante de terapia ocupacional:

“Muitos já entraram fumando, mas mesmo estes fumavam muito menos porque moravam com os pais. Tenho amigos que utilizavam drogas e ter aumentado muito o uso na universidade, chegando a um ponto que este consumo interferiu na vida pessoal, acadêmica, em vários fatores e em vários aspectos da vida, pelo fato de muitas vezes não estar morando com os pais, entendeu? “De usar tanto que em algum ponto chegava a fazer mal, conheço vários casos assim na verdade” (E06).

Tal constatação é também identificada no discurso de um estudante do BICT-MAR:

“(...) acho que alguns estudantes já usavam drogas, mas a maioria passou a usar depois que entrou na universidade. E o motivo é que antes estavam mais perto do pai

e da mãe, daí havia um controle maior. Agora quando você está na universidade e mora em república, ninguém tem controle sobre você. Eu penso que é isso” (E09).

Outra entrevista, marca a interação de socialização com o consumo de álcool, destacando que o não uso de substâncias psicotrópicas acaba sendo um fator de exclusão, pois quem não usa tais substâncias, mesmo que inconscientemente é afastado dos grupos

“Eu acho que seria para se sociabilizar, para se envolver com outras pessoas por que talvez a pessoa que não beba se sinta mais excluída das rodas e conversas. Quando os amigos bebem, se envolvem mais, ficam brincando entre eles e talvez a pessoa que não beba fique fora disso, fica só observando enquanto as outras pessoas que bebem interagem mais. Tem o lado mais social. Também dá para você ver, as pessoas que fumam maconha, por exemplo, tem uma afinidade muito maior entre elas e do mesmo modo as pessoas que ingerem álcool” (E07).

A necessidade de interação jovial é verídica, contudo quais os motivos levam a necessidade de interação ser somente baseada no uso de álcool e outras drogas, ligando momentos de lazer e descontração unicamente ou predominantemente com o uso destas substâncias? Outras estratégias também propiciam integração, descontração, afetividades e lazer, como o esporte e atividades culturais que possuem um papel importante nesta análise.

Partindo do pressuposto que saúde é determinada por processos múltiplos, compreendemos que as manifestações artísticas, como, por exemplo: aulas de dança, música, fotografia e artesanatos, proporcionem condições de integração e permanência. As relações sociais e o uso que se faz dos espaços cotidianos também têm participação significativa na saúde dos sujeitos, podendo ser fatores protetores da saúde. Nesta perspectiva a UNIFEP tenta incentivar a socialização através de projetos culturais, uma das coordenações ligadas a PRAE, a CCEL possui entre seus objetivos:

- “Desenvolvimento de um programa de acesso e difusão de práticas culturais, esportivas e de lazer do corpo discente da UNIFESP; a partir das concepções de lazer, direito social e promoção de saúde e qualidade de vida;
- Discussão e elaboração de propostas de ação junto à comunidade acadêmica, em especial, aos Centros Acadêmicos e Associações atléticas dos *Campi*;
- Incentivo e difusão de atividades esportivas e de lazer, como elemento complementar às ações de atenção à saúde” (UNIFESP, 2013a).
-

Neste sentido, entender o conceito dos fatores protetores da saúde se faz essencial e para isso, investir na salutogenia se faz necessário. Antonovsky (1996) propõe outro olhar para a saúde, por meio da inversão do processo saúde-doença. Salientamos que trouxemos apenas neste momento tal pressuposto para discussão por entender que este conceito é amplo e embasa veladamente outros pressupostos ora discutidos na análise dos dados. Nesta perspectiva a salutogenia se alinha no campo de discussão sobre álcool e outras drogas ao

colocar que não existem sujeitos totalmente saudável nem totalmente doentes. Trazendo essa concepção para nossa própria experiência no *campus* Baixada Santista, percebemos a urgência de vida e de movimento entre todos os membros da comunidade acadêmica. Assim alguns mecanismos podem auxiliar os estudantes a exercerem sua potencialidade de saúde, estabelecendo coerência entre aspectos físicos, biológicos, psicológicos e sociais.

Contudo, mesmo que as questões culturais sejam fortes aliadas na proteção à saúde e contribuam com a resiliência, ainda existe a necessidade de superação do conceito socialmente estabelecido que normatiza momentos de diversão e socialização com a necessidade de alteração da consciência. Salientamos que a questão central não está relacionada ao uso ou não de drogas, mas o engessamento que estabelece tais movimentos conectados somente ao uso de tais substâncias. Entre os jovens, principalmente entre os jovens universitários, existe uma postura que centraliza as afetividades, descontração e interação no beber, como se o álcool fosse o principal responsável em unir as pessoas. Adentrando na discussão sobre socialização, juventude e drogas, analisar o consumo de álcool nesta faixa etária é primordial, devido esta ser a principal substância utilizada por este público (WAGNER e ANDRADE, 2008; LEMOS, 2007).

Outro discurso reafirma a socialização por meio do uso substâncias psicotrópicas como: álcool e maconha:

“E principalmente com o uso do álcool e maconha que são as drogas que eu tive mais contato. O álcool especificadamente, ele fica como centro de reuniões. Quando a gente fica mais adulta, acho que passa a ser o café! Mas é assim, vamos sair para tomar uma cerveja, especialmente cerveja ou então outras bebidas nas festas. Eu acho que o álcool tem esta função de juntar as pessoas ou uma desculpa para juntar pessoas e têm esta coisa do lazer, e os efeitos de desinibição, faz a pessoa achar as coisas mais engraçadas (tanto o álcool como a maconha), é como se tornasse aquela reunião ou encontro mais prazeroso” (E10).

Trouxemos no título desta pesquisa a separação “álcool e outras drogas”, tal fragmentação não foi realizada no intuito de caracterizar as drogas como legais e ilegais no sentido de enquadrá-las em concepções morais, onde algumas drogas são aceitas e incentivadas socialmente e outras duramente condenadas. Nosso intuito foi apontar que tais distinções legais não condizem com os problemas reais ocasionados por cada substância psicotrópica. Portanto, esta desanexação foi justamente para destacar a importância do álcool no período da juventude. Um estudante do curso de educação física coloca:

“Em relação ao álcool o que acontece é que as pessoas querem se divertir, elas querem ficar “louconas” e tudo mais. Isto acontece para esquecer um pouco da faculdade e festeja” (E01).

Outros estudantes destacam o uso do álcool como mecanismo de interação, principalmente se as festas forem organizadas pela Atlética¹⁷, muitos discursos apontam que nestas festas ocorre a maioria dos problemas devido ao uso prejudicial do uso de álcool ocasionando violências físicas, verbais e sexuais, principalmente se as festas forem no formato *Open Bar*. Um estudante de psicologia coloca esta questão ao dizer:

“O álcool está sempre nas festas, principalmente nas festas organizadas pela Atlética que promove a maioria das festas open bar e o centro acadêmico, o álcool circula muito” (E02).

Estas festas são consideradas um lugar onde não existem limites nem cerceamentos, pois são organizadas pelos próprios estudantes, sem necessitar de consentimento e orientação por parte da universidade. Acontecendo em espaços físicos que não pertencem à instituição. Assim, o abuso de drogas, brigas e preconceitos são mais acentuados nestes locais, proporcionando um território onde o aumento do uso de drogas se potencializa. Um estudante coloca isso ao dizer:

“Eu parei de ir às festas da Atlética, por que começou a ter umas brigas que mano! Briga de álcool mesmo, das pessoas ficarem muito alteradas e eu não comentei ainda, vou comentar. Eu falei do tabaco, do álcool, da maconha, da cocaína, mas também têm as outras substâncias psicoativas, o LSD que é muito utilizado, então a mistura destas drogas todas em uma festa só... Imagina! Pode acontecer de tudo!” (E06).

Em relação ao formato *Open Bar*, os ingressos de entrada são mais caros e o consumo de bebidas alcoólicas (cerveja, vodca, energéticos, *whisky* cachaça, etc.) é livre, ocasionando uma quantidade maior de intercorrências devido ao abuso de álcool.

“Eu acho que o consumo de álcool aumenta muito, porque têm uma coisa assim, quando a festa é open bar geralmente ela é mais cara (uns R\$35,00), pra quem não é associado de nada. Então você tem que fazer valer os R\$35,00 que você pagou. Então, você tem que beber R\$35,00! Têm que beber mais, por que é mais cara. As festas que não são open bar eu bebo antes e às vezes acontece de algumas pessoas beberem tanto que, nem conseguem ir para a festa depois. Mas em geral não é a maioria. A maioria bebe antes e chega meio alegre para não precisar gastar dinheiro na festa, por que as bebidas são caras, mas eu acho que quando é open bar aumenta bastante o consumo por causa disso, eu preciso fazer valer o que eu gastei no ingresso mais caro” (E10).

¹⁷A Associação Atlética Acadêmica IV de Junho, fundada em quatro de junho de 2008, tem como objetivo promover a prática esportiva, o lazer e o entretenimento aos estudantes da universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista. – Fonte facebook /Atlética

Algumas pesquisas usam a definição de ‘*beber em binge*’¹⁸ para um uso abusivo de álcool, que para homens é definido como beber cinco ou mais doses em um curto período de tempo, ao menos uma vez durante as duas últimas semanas e para mulher a quantidade de doses é definida em quatro doses ou mais durante este mesmo período (LARANJEIRA *et al*, 2007)

“Ah, por exemplo, uma pessoa da minha república, ela entrou na faculdade, bebe bastante e uma vez bêbada voltando de bicicleta, caiu, foi acordar na Santa Casa amarrada, não sabia o que tinha acontecido, não lembrava que tinha caído, não lembrava nada” (E04).

A amnésia alcoólica devido ao beber em *binge* é uma ocorrência muito corriqueira relatada pelos jovens. “O álcool causa muito mais problema, o povo sai chapado, vomitando para todos os cantos, é bonito e legal. No outro dia está todo mundo rindo e comentando” (E06).

“Já vem na minha mente exatamente, por que é bonito beber e encher a cara nas festas da atlética, por que nas festinhas de república também tem isso e o baseado é mal visto, se você acende um baseado na porta da faculdade todo mundo te olha torto. O álcool causa muito mais problema, o povo sai chapado, vomitando para todos os cantos e é bonito e legal. No outro dia está todo mundo rindo e comentando, agora quem fuma o baseado é mal visto. Nossa aquela menina é estranha, é muito quieta, têm problemas, é louca. Só que a maconha não prejudica ninguém enquanto o álcool causa diversos problemas” (E06).

A socialização acontece em múltiplos contextos, contudo, alguns lugares foram apontados como mais propícios ao aumento do uso de drogas. Foram relatados a abertura de alguns bares em torno da unidade da Silva Jardim, as festas e praia “(...) agora que existem alguns bares próximos da universidade, o consumo aumentou bastante, porque está na nossa cara” (E02). Outro estudante de psicologia diz:

“Os bares, especialmente os aqui por perto da universidade, já é convencional que sempre tenha um bar perto de uma universidade. Então acho que os bares aqui por perto e as festas. As festas em si ou então no esquentas, que pode ser tanto nas repúblicas como na frente das festas. As pessoas ficam na centralidade de beber, mas eu vejo uma reunião de pessoas, é como se fosse uma pré – festa, só que para justificar este pré – festa eles resolvem beber, isso quando as festas não são open bar, daí o consumo ocorre lá. Mas eu acho que é isto, os bares aqui e as repúblicas quando vai ter uma festa e as festas em si” (E10).

Outro local onde o consumo aumenta expressivamente é nos esquentas para as festas e nos luaus. Para Monken e Barcellos (2005), reconhecer o território com suas interações, costumes, hábitos, originados através da interação dos grupos, portanto no caso

¹⁸Beber em ‘*binge*’ é definido na literatura como um uso excessivo de álcool em um curto período de tempo. Na literatura internacional é definido como ‘*bingedrinking*’ (LARANJEIRA *et al*, 2007).

dos universitários e drogas, os locais seriam a praia, festas e bares com intuito de produzir saúde e produzir processos de prevenção ao uso de drogas que sejam significativos.

“Tem os luaus, sempre vinculado aos momentos de lazer, de descontração, integralização e socialização entre os alunos, de confraternização de uma maneira geral. Luaus, na praia normalmente acontece o uso de maconha, e assim das coisas que eu estou mais próximo, o álcool e a maconha são as duas substâncias mais comuns, existe também relatos de outras substâncias que circulam no meio, mas nunca tive muito contato” (E02).

Outro estudante relata:

“Eu acho que em festas tem um momento onde isso é muito mais feito pelas pessoas, acredito ser pelo ambiente mesmo, pela permissividade do ambiente, do momento das pessoas que estão ali, da influência das pessoas daquele momento. Por ser uma hora recreativa que os estudantes tiram, acho que é isso” (E03).

Este depoimento aponta o território de confraternização, caracterizado através de brincadeiras e descontração, como um ambiente comum nas festas e nos luaus, como lugares onde o uso de drogas é potencializado. Faz referência ao aumento do uso de drogas durante o período universitário devido à convivência com pessoas que fazem uso constante de drogas e também se refere ao lugar, que acaba influenciando o uso de drogas.

“Nas festas com certeza, nas festas por que eu acho que as pessoas vão nas festas para encher a cara mesmo e lá eles acham que podem fazer o que quiser, utilizar a quantidade que quiser por que eles estão na festa para isso. Eu acho que nas festas este uso se potencializa e isto é em todas as festas da atlética ou externa tanto faz. Por que não é só o pessoal daqui que usa, pessoas de outros locais também usam, sei lá. Por que pessoas de outras faculdades também participam das festas e também vão usar lá, então não é só nas festas da atlética, independe da festa, sendo festa este uso é potencializado” (E07).

O uso é potencializado nas festas de uma maneira geral, sempre que houver um lugar de encontro ou socialização a quantidade de consumo de álcool aumenta substantivamente. Outro ambiente muito citado como lugar que predispõem ao uso abusivo foi a praia

“Eu vou falar na praia! Na praia, pela universidade está em uma cidade litorânea é que isso ajuda bastante, nós combinamos de ir á praia. A maioria das reuniões noturnas se dá em torno da praia, mas acho que nas festas também. Principalmente nas festas organizadas pela atlética, se bem que acho que todas as festas universitárias se fazem um uso abusivo” (E06)

Assim, o território que deveria possuir um maior investimento nas relações é o Edifício Central, construído definitivamente em 2013, pois é o local onde se concentram as atividades do Instituto de Saúde e Sociedade, e por onde circulam a maior parte dos estudantes, técnicos, docentes e terceirizados do *campus*, esta unidade situa-se longe da praia e possui uma disposição arquitetônica mal planejada, com espaços subutilizados, dificultando interação e pertencimento do local.

“Eu acho que aqui na Silva Jardim temos um problema muito grande, temos áreas comuns grandes, amplas, mas as cadeiras, por exemplo, estão bem coladas umas nas outras, não tem espaço de convivência. Se tivesse uma cantina talvez às relações fosse diferente, eu fiquei até pensando. Estão fazendo o projeto do Bloco três, eu acho que seria superimportante se tivesse um profissional que atentasse para a saúde mental que aquela arquitetura pode produzir. Por que aqui na Unidade Central, a arquitetura do *campus* da Silva Jardim, não propicia espaço de encontros e permanência, parece que é um lugar bem de passagem, você precisa entrar. Aí não têm um lugar que você possa entrar e ficar, ouvir, conversar. Você precisa entrar, uma coisa meio que produção! Você entra na aula, se tem alguma coisa para fazer faz, senão vai embora, não convida a socialização, a fazer outros movimentos que também pode ser de produção de conhecimento, de trocas. Em geral acho que a arquitetura convida mais para está coisa da produção e de ir embora depois que terminou. Não causa pertencimento” (E10).

A disposição física do espaço do *campus* parece influenciar a geração de comportamentos, emoções, sensações e pensamentos nos estudantes que frequentam o lugar cotidianamente.

“Acho que possa ter um espaço de encontros que não seja permeado pelo uso de drogas, por exemplo. Não acho que seja ruim, mas acho que às vezes a gente só conhece um jeito de se encontrar. E aí pode existir outros jeitos, eu acho que tem uma questão aqui. Não sei se estou tendo uma visão muito fechada, mas eu não fiz um debate, acho que precisaríamos fazer” (E10).

Em nenhum momento existe a negação em relação à importância da formação curricular para constituição de bons profissionais. Entretanto, muito se aprende no convívio diário das relações, que acontecem em todos os espaços, principalmente em espaços fora da sala de aula. Um documento da universidade, que condensou discussões sobre autonomia dos espaços estudantis concluiu após uma série de eventos esta importância no espaço físico nos processos de socialização.

“Portanto, podemos concluir ao final das diversas reuniões e do evento realizado no decorrer das atividades desta comissão, que o ponto de maiores evidências é o de que a UNIFESP, como um todo, possui uma grande complexidade de administração e manejo de seus espaços físicos, refletindo assim nos espaços estudantis. Problemas como ausência de locais para o exercício de atividade extracurricular (tal como atividades culturais, políticas e esportivas) são um dos pontos mais citados nos debates com alunos e entidades estudantis” (UNIFESP, 2013c).

Inevitavelmente muitos jovens universitários utilizaram substâncias psicotrópicas, contudo segundo Silveira (2008, p.8) “A diferença é que se eles puderem fazer isso após uma avaliação dos riscos envolvidos ou seja, estando conscientes das possíveis consequências. Se a experiência do prazer e o registro dos limites estiverem bem estabelecidos para aquela personalidade, é muito mais provável que o indivíduo consiga cuidar de si sem perder o eixo em uma ruptura”. Nesta perspectiva que propomos outro olhar sobre drogas, estudantes e universidade.

4.3 Redução de danos: dilema na universidade

Como analisado nas categorias anteriores, a UNIFESP passa por um processo de reflexão sobre álcool e outras drogas com o intuito de estabelecer uma política interna sobre o uso destas substâncias. Este percurso é desafiador e se movimenta ciclicamente na tentativa de produzir mudanças significativas no convívio cotidiano dos estudantes. Refletimos também sobre fatores relacionados ao período da juventude. A partir deste cenário, analisaremos a estratégia da RD como um caminho para educação sobre álcool e outras drogas, principalmente relacionado aos universitários.

Ao refletirmos sobre os resultados das entrevistas, alguns dados se sobressaíram. Singulares definições do termo RD foram apresentadas pelos discentes entrevistados, significados esses que variavam de definições muito bem contextualizadas a definições que reproduziam o senso comum, ou até mesmo o desconhecimento total sobre o conceito de RD. Diz um estudante do curso do BICT - Mar:

“Não sei o que é Redução de Danos! Redução de Danos? Nunca ouvi esta expressão. Nunca! Não saberia te dizer nada, nem um exemplo. Nunca ouvi nada sobre Redução de Danos. Nada mesmo” (E08).

Neste discurso, o discente relata não conhecer a estratégia de RD ou não conseguiu sistematizar conceitos que fazem parte desta política. RD extrapola medidas preventivas ou de saúde, sendo também uma importante estratégia de lutas pela descriminalização e direitos humanos dos usuários de drogas. É considerada uma notável medida de saúde pública e de proteção à vida, implicando intervenções singulares, que podem variar de estratégias que orientem a um uso protegido, redução do uso, substituição do uso de uma droga por outra ou até mesmo incentivo à abstinência (PASSOS e SOUZA, 2011).

Contudo, mesmo a RD sendo uma prática difundida e comprovada cientificamente, sua incorporação ainda enfrenta muitas críticas da parte mais conservadora da sociedade, principalmente em relação à RD para drogas ilícitas. Para o álcool, as medidas são naturalmente mais incentivadas, pois, ainda devido preconceitos e estigmas, muitas pessoas atribuem a RD somente o uso de seringas e preservativos para os ditos ‘drogados’ que se encontra em condição de vulnerabilidade (BASTOS e ELIZE, 2005). Outro discurso, de um estudante do BICT – Mar menciona uma medida de RD para o álcool, mesmo sem ter apropriação da estratégia da RD:

“Redução de danos? Nunca ouvi. Nunca ouvi falar de redução de danos. Nunca! Só se for à lei seca, que seria uma Redução de danos, pois diminui o uso de álcool. As pessoas bebendo menos ao dirigir esta reduzindo os danos. Mas nunca ouvi nada

sobre isto. Nenhuma matéria do BICT, extensão nadinha. Agora têm alguma coisa ambiental que faz um projeto com cigarro, mas não com redução de danos, mas simplesmente por não jogar a bituca de cigarro no chão. Não por serem drogas, só para limpar a praia. Só uma questão ambiental. Eu estou no último ano e nunca tive nenhuma abordagem sobre drogas” (E09).

Medidas de RD para prevenção relacionada ao uso prejudicial de álcool são incorporados mais naturalmente na vida cotidiana, por mais que tais medidas ainda exijam muito incentivo e divulgação para realmente fazer sentido nas ações corriqueiras, por ser uma substância legal, até os comerciais de bebidas alcoólicas colocam a frase “se beber não dirija” ao final das propagandas. Portanto, medidas como estes ‘slogans’ ou a lei seca, são mais facilmente classificadas como medidas de RD, por aquelas pessoas que não possuem apropriação da estratégia de RD como um direito a vida (FONSECA, 2012).

O reducionismo do discente no conhecimento desta estratégia demonstra também que a universidade tem falhado em cumprir seu papel pedagógico, pois, todos os estudantes entrevistados são do último ano de graduação. Isso demonstra que medidas educativas, especialmente voltadas à prática de RD precisam de alguma maneira fazer parte do conteúdo institucional abordado, para que os mesmos possam ser adeptos e propagadores de medidas de proteção à saúde. Outro estudante, também demonstra desinformação:

“Não sei se conta, mas tem aquela campanha de se você for dirigir não beba, por que incentiva as pessoas a beberem menos ou terem consciência e não beber se for dirigir e acho que para as outras drogas tipo maconha é muito difícil por que são drogas pesadas, muito difícil um programa de redução” (E07).

Como observado nas categorias anteriores, ainda existe um denso percurso para se afirmar um posicionamento institucional em relação às políticas da UNIFESP em relação às drogas. Constatação também suposta pela falta de apropriação da RD pelos estudantes, o que era esperado devido à falha da universidade em abordar a temática das drogas como requisito fundamental na formação dos discentes. Compreendemos também que ao reconhecer a estratégia da RD e incorporá-la como política institucional, a universidade estaria publicizando que o uso de drogas acontece, podendo ser esporádico, ou continuamente e é inerente a condição humana, e, portanto, estudantil. E mais, coloca a universidade em um dilema ético/jurídico, pois mesmo o álcool sendo uma droga lícita, seu uso é vetado dentro da universidade.

Contudo, extrapolando os aspectos jurídicos, primeiramente a UNIFESP deveria possuir uma definição clara de qual política será adotada nas condutas dos casos que envolvem uso de álcool e outras drogas na instituição. Levando em consideração o antagonismo interno de posicionamentos, cabe a UNIFESP como universidade de referência

em relação a esta temática, optar de qual lado se firmará na conduta e nas discussões para estabelecimento de uma política interna.

Outros estudantes também conseguiram expressar à ideia de RD, mesmo não possuindo apropriação teórica para realizar uma definição formulada, como pode ser observado no discurso de um discente do curso de psicologia:

“Redução de Danos? Acho que no caso das drogas é você usar uma droga menos nociva, por exemplo, a maconha pra ajudar uma pessoa a se livrar de uma droga mais potente como o crack e cocaína. Se a pessoa já é tóxico dependente é muito mais difícil ela conseguir largar de vez algumas drogas, às vezes ela não tem vontade porque ela faz da droga um suporte e aí você arranca aquele suporte dela, que traz prejuízos também, mas por outro lado traz benefícios e aí a Redução de Danos é você dar algo menos nocivo pra ela conseguir lidar com as situações do dia a dia” (E04).

Neste discurso, o estudante define redução de danos como uma estratégia de substituição de uma droga mais “potente” como a cocaína e crack, por outra mais “leve”, como a maconha. Tal definição não está incorreta (SOUZA e MONTEIRO, 2011). Contudo, RD abrange várias medidas de cuidado, podendo em determinadas ocasiões trabalhar a redução de riscos através do incentivo ao uso de substâncias menos danosas. Mas RD é principalmente outra maneira de enxergar as drogas, e uma alternativa que tenta restabelecer afetos, direitos e cidadania. É uma forma estruturada da realidade, composta por estratégias que fogem as regras coercitivas da contemporaneidade. Alternativa que tem como princípio norteador a autonomia dos sujeitos. É também co-responsabilização, onde o protagonismo do usuário deve estar em jogo, onde a abstinência pode até ser o fim, mas as escolhas caberão ao sujeito (BASTOS e ELIZE, 2005; PASSOS e SOUZA, 2011). Um discente do curso de terapia ocupacional relata:

“Às vezes você para de beber, mas não para o cigarro por que é o mais difícil e a redução de danos está aí. Você para com esse cigarro e às vezes a maconha auxilia, em vez de ficar ascendendo cigarro o tempo todo vou fumar um baseado ao dia. Aí é uma forma de diminuir e tem pessoas que optam vou só beber, vou só fumar o cigarro e maconha ou eu acho que tem várias dessas estratégias eu só vou fumar e beber e vou parar com a maconha, eu acho que é um pouco disso só que às vezes sozinho a gente não consegue. Falta orientação” (E06).

Nesta fala a RD também foi ligada a substituição do uso de uma droga por outra substância psicotrópica. Esse conhecimento mesmo simplista demonstra que ainda falta orientação em relação à prática da redução de danos, que tal movimento é ligado somente às práticas do consumo de drogas, deixando de lado a concepção de que RD é uma política que deveria vigorar em detrimento da política proibicionista. Contudo, algo nos chama atenção neste discurso, este discente deixa explícito que cada indivíduo possui uma maneira de

relação com as drogas. Trago um trecho do diário de pesquisa que faz uma menção a este aspecto:

“O primeiro sujeito a ser entrevistado foi um estudante do curso de educação física, neste início da experiência de pesquisar eu estava ansiosa. Reconheci aquele sentimento de que algo importante estaria a começar. O estudante a ser entrevistado, ou melhor, com quem iria dialogar, entrou na sala. Cumprimentei-lhe e automaticamente olhei para sua mão, pois, algo me chamou atenção, ele estava segurando uma meia dúzia de bis e uns dois bombons. Achei aquilo curioso, fiquei pensando se este comportamento era rotineiro, pois o estudante estava bem acima do peso ou se os chocolates seriam uma maneira de deixá-lo mais tranquilo para as entrevistas” (DP Novembro de 2014).

De outra perspectiva, alguns estudantes possuíam um discurso preciso acerca da definição e reflexão da estratégia da RD, demonstrando que tinham conhecimento e atribuíam credibilidade a esta política, um estudante de psicologia diz:

“(...) Redução de danos é um conjunto de estratégias que usamos principalmente para informação e conscientização das pessoas para reduzir os danos que a substância pode causar no organismo e causar menos prejuízo a saúde e daí tomar várias precauções durante o uso de substâncias: não misturar drogas, comer antes de consumir drogas, tomar água se hidratar, estar com pessoas de confiança. Várias pequenas estratégias que são feitas para reduzir as consequências durante o uso de drogas” (E02).

Este estudante possui um conhecimento assertivo em relação às práticas de redução de danos, e são principalmente estes pequenos cuidados que a universidade deveria investir como estratégia de proteção ao uso de álcool e outras drogas. Se bem orientados estes estudantes seriam potentes na construção e disseminação de estratégias de RD em festas e em locais onde o uso de álcool e outras drogas é potencializado. Outra fala também demonstra conhecimento em relação às práticas de RD:

“A redução de danos abrange várias questões, eu acho que a redução de danos não precisa acontecer somente quando exista um uso abusivo ou uma dependência. Eu sei que existe uma lei, não sei se é uma lei municipal ou estadual, que não é cumprida, mas diz assim: Que nas baladas deveria haver um bebedouro de água, por que se você consome o álcool com a água reduz os danos, então na balada deveria oferecer água de graça, ou na forma de bebedouro ou fornecendo as garrafinhas, isso nunca acontece, eu nunca vi. Mas acho que é uma lei de redução de danos que não é só redução de danos do usuário que é crônico, que é usuário abusivo. Serve “também para o uso que é recreativo, que é mais social, acho que é possível ter esta medida de redução de danos” (E10).

Também obtivemos falas que apontam resistência em relação à estratégia da RD. Tal incredulidade é expressa através de discursos que reproduzem o senso comum, tal incompreensão pode ser devido à falta de orientação. Mesmo com a importância da RD, ainda existe muito desconhecimento da sociedade em relação à incorporação destas medidas na vida prática, o que acaba refletindo em alguns discursos (BASTOS e MONTEIRO, 2005).

Segundo Tisott *et al* (2015), ainda existe muitas dificuldades na implementação da RD, seja por desconhecimento, medo, preconceitos ou falta de interesse sobre a temática.

Mesmo com tais dificuldades em relação à política sobre drogas, há no país projetos descentralizados, com propostas inovadores que vem demonstrando resultados, como o “Programa de Braços Abertos” em São Paulo, o “Programa Atitude” em Pernambuco, o Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas na Bahia, O centro de convivência é de lei também em São Paulo com o ‘Projeto Respire”, a rede de atendimento de saúde mental em Bernardo do Campo que realiza um trabalho de transversalização da atenção à saúde mental, “Projeto Segunda Chance” realizado por uma ONG Grupo Cultural AfroRegga e, programa “Crack, Álcool e outras Drogas”, da Fundação Oswaldo Cruz, a “Comissão Global sobre Política de Drogas”, entre outros espaços para discussões (CARVALHO e PELLEGRINO, 2015) .Um estudante de educação física aponta que:

“(...) muitos vêm a universidade como festa, a maioria vem para estudar, mas alguns acham que a universidade é só festa, festa e festa. Cada dia a festa é em um lugar diferente, então acho que não mudaria muito reduzindo ou não, não faria muita diferença não” (E 01).

Este posicionamento demonstra um padrão normativo socialmente estabelecido, que coloca alguns sujeitos no caso estudantes, como indivíduos “perdidos”, como se socialização e a realização de festas fosse à contramão do que seria exigido de um estudante universitário. O que vai ao encontro do discurso de guerra às drogas. Refletindo sobre os discursos, outro fator que merece atenção, é que muitas vezes a RD não é incorporada na vida dos estudantes, por falta pertencimento. Um estudante de psicologia coloca esta questão ao dizer que para ser efetiva qualquer ação precisa ter significado para os estudantes.

“(...) até por experiência própria, por ter conhecimento, tem que ter bastante significado para as pessoas que fazem uso mais constante de substâncias. Eu mesmo tenho informação, mas nem sempre a coloco em para prática, mas é importante estar sempre batendo nesta tecla, reforçando estas estratégias, estes pequenos cuidados para reduzirmos o prejuízo e os agravos que podemos sofrer. Mas é um tanto complicado” (E02).

Contudo, os estudantes devem ser os principais protagonistas na estratégia da RD, principalmente em relação aos universitários. Como se percebe nesta fala, os mesmos são potentes em ideias. Aqui percebemos a importância da co-responsabilização e de trazer os sujeitos para próximo das reflexões, como protagonistas de vivências e experiências. Os estudantes possuem repertório vasto para colaborar com questões práticas que possam ser incorporadas como medidas de proteção que sejam benéficas. Como coloca Freire (2008), o

saber transcende as informações e precisa ser incorporado por meio de medidas que façam parte da vida dos sujeitos.

“Eu acho que seria necessário, mas eu não sei qual seria a melhor forma! Por que a gente está cansada de ver tentativas de discussão com espaços esvaziados e daí por vários motivos. Uma coisa que eu tenho percebido ao menos que têm dado certo é fazer coisas no horário do almoço. Por que a gente fica por aqui, e a maioria das aulas costumam começar às 14:00h. As aulas terminam 12:00h e começam as 14:00h e a gente não demora tudo isso para almoçar. Então fica um período meio vago” (E10).

Esta questão de pertencimento é muito importante, atualmente a UNIFESP vivencia uma baixa adesão em questões que envolvam os estudantes. Um reflexo deste posicionamento é a baixa adesão de discentes no Conselho de Assuntos Estudantis da universidade, assim como em outros movimentos chamados pela PRAE ou até mesmo pelos próprios NAES. Outro discurso, também coloca que mesmo com orientação muitos estudantes vão usar substâncias psicotrópicas até os limites fisiológicos na tentativa de testar-se. Contudo, a diferença nestes limites é a informação, onde todos deveriam ter consciência dos efeitos e das interações que cada substância ocasiona para fazer um uso consciente de drogas, na tentativa de minimizar prejuízos.

“Então, muitas pessoas vão para as festas para “despirocar” mesmo, para “entornar o caldo”, para beber até não conseguir mais. É isso, está dado, claro que têm que fazer uma política de redução de danos neste sentido, mas vai ter um sucesso relativo. Bem relativo, pois tem pessoas que vão tomar tudo que puder até cair, porque é isso que elas querem. A questão aqui na minha visão, ela tem o direito de fazer isso, sabendo o que ela está fazendo. Enfim, sabendo que se ela fizer tudo isso ela pode ter estas e aquelas complicações, o que eu acredito é o que eu chamo de educação para autonomia. Assim, você quer se ferrar? Ferre-se. Mas, sabendo que você está se ferrando, você quer cheirar tantas carreiras ou tantos pinos de cocaína, muito além do que seu corpo aguenta, saiba que está indo para além do que seu corpo aguenta” (E05).

Educação para autonomia é um conceito defendido por muitos autores, um discente ao dialogar sobre a RD coloca “eu acho que falar de redução de danos é uma porta de entrada, não é uma saída. São portas que estão sendo abertas no sentido de discussões” (E06). Que o uso de drogas demasiado proporciona riscos é fato, nem os próprios estudantes, encobrem estas constatações, como pode ser observado:

“Há danos! Ninguém diz que não! Todos sabem que há risco à saúde devido ao uso de drogas, mas se você puder reduzir os danos, como por exemplo, evitar contrair HIV pelo uso de uma seringa compartilhada, melhor. Se você puder não correr o risco de estar aspirando mármore, pó de granito em vez de cocaína melhor. Esta é a questão” (E05).

Em outra fala, um estudante coloca que dependendo do modo de usar, o consumo de drogas causa prejuízo, “(...) porque, dependendo do jeito que a gente usa, chega uma hora que prejudica você sabe que vai ser prejudicial para a pessoa que está utilizando e não para

aquela que está te apontando te excluindo” (E06). Os estudantes revelam maturidade ao encarar que existem danos com uso abusivo de drogas, não negando os malefícios que algumas substâncias podem causar, pois utilizar ou não álcool e outras drogas é opção de cada indivíduo, envolto na cultura de cada um. Os limites são construções históricas, portanto a proibição é uma questão social e não de saúde. Entretanto, reduzir os riscos tanto para o indivíduo que não utiliza drogas de uma maneira prejudicial, quanto para aquele que faz um uso abusivo é uma alternativa coerente, que incentiva a autonomia e reduz complicações. Considera-se aqui que RD não extingue a abstinência em relação ao uso de drogas, apenas a encara como uma opção que precisa ser idealizada pelo indivíduo que faz o uso de tal substância (CARNEIRO, 2009).

No levantamento de questões teóricas ligadas à RD no contexto da discussão sobre uso de drogas, observamos importantes discussões. Conforme já discutimos, há um consenso entre os autores quanto à falência do modelo repressivo no cuidado à pessoa que faz uso de drogas, todavia, os modelos operacionais de cuidado variam sensivelmente entre eles (MELO, 2012; CHAIBUB, 2009; ADADE e MONTEIRO, 2013; PASSOS e SOUZA, 2011). Esta observação é importante porque reflete a distribuição dos significados que emergiram nas entrevistas com os estudantes. Para eles, a RD tem distintos significados – seja pelo conhecimento, desconhecimento ou pela crença em sua eficácia (parcial ou nenhuma).

Do ponto de vista da construção de uma política de atenção ao uso de drogas, na hipótese de se privilegiar esta dimensão de cuidado, essa pulverização de concepções e práticas precisa ser refinada trazendo todos os atores envolvidos nesse processo. Isso quer dizer que uma estratégia importante como a RD pode ser instrumentalizada pela instituição e não produzir ações efetivas de cuidado, dependendo de como é pensada, posta em ação e vivenciada pelos sujeitos.

Contudo, a RD ainda é um dilema para as universidades, embora muitas delas, como a UNIFESP, sejam receptivas a implantação de pequenas medidas de proteção que possam fazer diferença ainda reforça predominantemente medidas proibitivas e fiscalizadoras dentro e fora do espaço físico das universidades, o que dificulta o diálogo, como demonstrada neste trecho de entrevista da Pró-Reitora:

“Se nós acreditamos que o debate é legítimo e necessário, isso não quer dizer que nós ignoramos as leis brasileiras. Ter autonomia universitária não significa estarmos acima das leis. Elas devem ser respeitadas e cumpridas. Aqueles que acreditam que o uso das drogas deva ser legalizado, ou descriminalizado, têm todo o direito – e, por que não, o dever – de batalhar para que isso aconteça. Mas, enquanto as drogas

forem proibidas, devemos estar cientes das consequências e penalidades” (UNIFESP a, 2013, p.2).

Como já sinalizamos, institucionalmente, a política de drogas da universidade é oscilante e em muitos momentos adota o discurso da legalidade para tratar essas questões. Ora, o discurso da legalidade – embora a própria RD tenha respaldo legal ou perspectivas de análise legais – não é um discurso que coadune com os pressupostos da abordagem, pois pressupõe a ruptura com os padrões de previsibilidade, concepção de saúde, bem-estar, mal-estar, entre outros, que fundamentam o discurso da legalidade ou legalista (MELO, 2012). Ao *fechar* com esse discurso a universidade se exime de sua função social que, entre outras, é criar mundos possíveis, mundos qualitativamente diferentes do que temos hoje; a posição legalista é confortável e sempre está à espreita para a inviabilização e ou problematização de possibilidades de gestão em relação a RD.

Entendemos, portanto, que quando os jovens se encontram, tanto em festas, praias, repúblicas ou outros espaços com intuito de socializar-se, fora do olhar dos “adultos”, a escolha de utilizar ou não alguma substância psicotrópica caberá exclusivamente a cada um deles, momento onde a autonomia se expressa firmemente. A educação sobre drogas que cada uma adquiriu ao longo da vida fará a total diferença nestas escolhas, cada jovem deve ser protagonista da sua história, o que não significa agir de maneira irresponsável, pois autonomia é co-responsabilização, levando sempre o outro em consideração (CASTORIADIS, 1982). Devido esta característica grupal de socialização da juventude, os mesmos são potentes formadores e multiplicadores de informações. Se bem orientados, serão fortes educadores de ações protetoras da saúde e de estratégias de RD.

Visivelmente a UNIFESP incentiva o diálogo, mas não se posiciona claramente. Quando a questão é a temática das drogas, não bastam boas intenções é necessário um posicionamento que defenda a vida e que se posicione em algum dos lados.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar reintegrar o conjunto de informações que foram produzidas, gostaríamos de retomar as motivações que nos fizeram estudar os significados estudantis e institucionais acerca do uso / abuso de álcool e outras drogas no contexto da Universidade Federal de São Paulo – *campus* Baixada Santista. Intentamos também memorar nossa hipótese inicial que apontava a diversidade institucional e experiencial no entendimento do consumo de álcool e outras drogas que ficam submetidas ao discurso oficial, como possível configuração historicamente reiteradora das posições hegemônicas que poderia comprometer as políticas mais assertivas e eficazes em relação à educação sobre drogas.

O estudo relacionado tanto ao consumo do álcool e outras drogas no contexto universitário é rico em relações que são “entrecortadas” ou “atravessadas” outros elementos que tornaram nosso estudo rico e ao mesmo tempo limitado. Do ponto de vista mais macro, quando observamos esta temática, é possível compreender sua inserção histórica, social, material, política, institucional. Este aspecto sempre esteve presente para nos lembrar que estamos produzindo um material com um limite de percepção marcado: estamos falando do proibido, daquilo que fomos ensinados a negar, a não “encarar de frente”. Mesmo tentando ultrapassar este processo educativo, talvez, de alguma forma, essa visão possa ter emergido em algum momento do texto.

Poucos estudos têm abordado o cotidiano dos estudantes universitários, sobretudo no tocante à relação com o uso / abuso de álcool e outras drogas. Mais desafiador ainda foi produzir um material de orientação qualitativa, seara na qual tais estudos são reduzidos, condicionando uma abertura potente a outras formas de compreender o fenômeno. Trazer a instituição para dentro do debate foi igualmente desafiador. Acostumados a não olhar muito para a esfinge que nos contém, o enigma do deciframento nos trouxe a ampliação do olhar sobre o “nós” que conforma a universidade.

Com esta pesquisa pudemos perceber a importância dessa reflexão. Ao analisar os significados estudantis atribuídos ao uso destas substâncias, muitos aspectos emergiram. Significados que variava do uso quase militante, uso como forma de refúgio, para aguçar a criatividade, como estimulante para ficar acordado e dar conta das demandas da universidade. Contudo, o significado que se evidenciou de maneira mais expressiva foi o uso como forma de socialização e lazer. Nos discursos dos estudantes, pudemos perceber que o uso de álcool e

outras drogas acontecem de maneira potencializada e muitas vezes de forma prejudicial em festas, luaus e encontros esportivos realizados, sobretudo pela Atlética.

Os jovens, ao interagir e socializar, utilizando algumas substância psicotrópica em excesso pode servir de estímulo para outros jovens utilizarem as mesmas substâncias – isso faz parte da autonomia de cada sujeito. No entanto, se bem orientados, os mesmos jovens podem desenvolver comportamentos que reduzam sua própria exposição a condições de vulnerabilidade. É esta interface – *a possibilidade de uma exposição que gere agravos a si ou ao outro* ao lado da *tentativa de empoderamento de sua trajetória apostando na corresponsabilização* – que, nos parece, serve como argumento àqueles que desacreditam nos processos educativos e de intervenção no tocante ao uso / abuso de álcool e outras drogas.

Reafirmamos o pressuposto da autonomia do sujeito por meio de estratégias que defendem o direito a vida como a estratégia da RD, da importância no território para produção de saúde, nos processos de socialização fortemente expressos como o principal motivo do uso de drogas e que permeiam as relações durante a juventude, especialmente as relações universitárias. Acreditamos que todos estes movimentos relacionados ao uso de drogas, precisam ser interligados a ideia da salutogenia, conceito que pressupõe que ninguém é totalmente saudável ou doente no qual a heterostasia, sofrimentos e dores são inerentes a condição de seres humanos.

O olhar salutogênico para o campo das drogas instiga mecanismos que proporcionem resiliência e que reconheçam que cada indivíduo possui mecanismos distintos para lidar com as dificuldades ocasionadas diante a trajetória de vida. Contudo, este olhar aposta que todas as pessoas possuem força interna que ocasiona afeto e fortalecimento para continuar o percurso. Assim, proporcionar saúde seria aumentar a coerência, resiliência e autonomia dos estudantes universitários no que tange ao uso de álcool e outras drogas. O processo ansiogênico de apostar na proibição, que é a contraface da autonomia, responde melhor a contextos sociais como o nosso, nos quais o apelo à tradição mostra-se como parte de uma rede que sustenta outras estruturas sociais, portanto, não é somente às consequências que se olham quando se proíbe o uso.

Em relação aos significados institucionais relacionado a este tema, evidenciamos que mesmo com a iniciativa de diálogo fomentado pela PRAE a partir de 2013, ainda existe um silenciamento que transcende a iniciativa de diálogo. Praticamente todas as entrevistas, apontaram que nunca este tema foi abordado de modo abrangente em nenhuma escala formal

no *campus* Baixada Santista nem por nenhum docente em sala de aula, houve discursos que relatavam um projeto de extensão relacionada a este tema. Entretanto, os estudos sobre esta temática ficavam, na maioria das vezes, restritos aos participantes deste projeto. Evidenciou-se assim que o repertório de cada estudante é constituído através dos laços de socialização, formado principalmente nos territórios como (festas, luaus, jogos) onde o uso destas substâncias é acentuado.

Observamos que institucionalmente o silêncio posto a partir do debate não nos parece um “dado” ou um momento. Produzir afirmações numa seara minada, como a do álcool e das drogas, é assumir uma posição social que receberia incidência não só do próprio contexto universitário – que por si só conteria posições contraditórias. Para tanto, a construção de uma “resposta”, caso apontasse para encaminhamentos considerados progressistas, receberia a atenção e o escrutínio público que talvez a própria universidade não assuma como unidade, quiçá como política.

Também salientamos que repensar a questão sobre o uso de drogas e universidade extrapola uma questão de gestão e necessita do protagonismo de vários atores: docentes, técnicos, terceirizados e estudantes. Concluímos assim este estudo afirmando que é de extrema importância para a universidade assumir um posicionamento frente às polarizações expressas pelos pesquisadores da UNIFESP. Isso, pelo que pudemos estudar, não implica em assumir um único viés de estudo/atenção. Pelo contrário, enquanto centro de produção de conhecimento, a universidade pode apostar em várias possibilidades de encaminhamento, uma vez que – enquanto instituição pública de ensino – seu compromisso imediato é com o estudante e mediato, com a sociedade. Nesse sentido, apostar na variação de estratégias quer dizer que, com processos contínuos de monitoramento e avaliação, sejamos capazes de fazer e refazer experiências que se mostrem pertinentes ao nosso público e à sociedade de forma geral.

Também concluímos que a universidade poderia investir em algumas medidas como:

- Capacitar estudantes para serem redutores de danos, agindo em festas e em outros locais onde o uso de drogas seja significativo;
- Investir em capacitação profissional para servidores (docentes e técnicos), para atuarem como redutores de danos de forma contínua, devido o envolvimento destes profissionais no cotidiano dos estudantes;

- Realizar ação junto às atléticas de orientação e conscientização e fornecer água para as festas (universidade poderia fornecer garrafas de água ou comprar bebedouros e doar para as atléticas);
- Orientar seguranças quando medidas a serem adotadas em caso de uso de drogas dentro do espaço físico da universidade ou nas redondezas da universidade.

No espaço do estudo, essas “recomendações” retornam à questão dos significados estudantis e institucionais uma vez que pretende sinalizar que o movimento de discussão aliado à ação ainda parece possibilitar encontros, por mais que desencontros possam ocorrer nessa trajetória.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. A educação para autonomia: construindo um discurso democrático sobre drogas. In: **Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, p. 1-12, 2013.

ANDRADE, A. G.; DUARTE, P. C. A. V.; OLIVEIRA, L. G. **I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**. Brasília: SENAD, 2010.

ANTONOVSKY, A. **Unravelling the mystery of health: how people manage stress and stay well**. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

ANTONOVSKY, A. The salutogenic model as a theory to guide health promotion. **Health Promotion International**, n. 1, p. 13-17, 1996.

ARAÚJO, L. F.; GONTIÈS, B.; NUNES JÚNIOR, J. Representações sociais da cocaína: estudo comparativo entre universitários das áreas de saúde e jurídica. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 315-323, 2007.

AZEVEDO, R. C. S. Uso de drogas por universitários: 48,7% dos estudantes já experimentaram drogas ilícitas, o dobro da taxa da população brasileira. **Rev. Ensino Superior/UNICAMP [online]**, Campinas, São Paulo, n. 11, out.-dez. 2013. Disponível em <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/uso-de-drogas-por-universitarios>>. Acesso em 11 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 6 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, F.I.; ELIZE, M. F. Políticas de redução de danos: comparando as experiências americana, britânica e brasileira. In: ACSELRAD, G. **Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 35 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

BERGONI, M. L.; ADORNI, D. S. A prevenção às drogas como garantia do direito à vida e saúde: uma interface com a educação. **Cad. CEDES**, Campinas, São Paulo, v. 30, n. 81, 2010.

BIRMAN, J. Tatuando o desamparo. In: CARDOSO, M. R. (org.). **Adolescentes**. São Paulo: Escuta, 2006.

BONI, V. B.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGES, D. R.; SAMPAIO, L. O.; NADER, H. B. Histórico da formação médica na Escola Paulista de Medicina e suas perspectivas na Universidade Federal de São Paulo. In: PUCCINI, R. F.; SAMPAIO, L. O.; BATISTA, N. A.(orgs). **A formação médica na Unifesp: excelência e compromisso social**. São Paulo: Editora Unifesp, 2008.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRANDALISE, C. 97 novas drogas por ano: Produção de substâncias sintéticas cresce a números alarmantes. No Brasil, o usuário é do Sul e do Sudeste, recém-saído da faculdade e de classe média alta. **Revista Isto É**, 30 jan. 2015. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/402297_97+NOVAS+DROGAS+POR+ANO>. Acesso em 7 jul. 2015.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 7.234 de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, 20 jul. 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 7 jul. 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Políticas públicas de juventude**. Brasília, DF, 2013.

BRITES, C. M. **Ética e uso de drogas** – uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. 2006, 148 f. (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2006.

BUCHELE, F.; COLEHO, E. B. S; LINDNER, S. R. A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso de drogas. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 267-273, 2009.

BUCHER, R. Ética da prevenção. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. especial, p. 117-123, 2007.

BURGIERMAN, D. R. Histórias que precisamos contar. **Revista Super Interessante**, out. 2014. Disponível em <<http://super.abril.com.br/cotidiano/historias-precisamos-contar-826561.shtml>>. Acesso em 7 jul. 2015.

CAMPOS, M. A. Por uma atitude transitiva na educação sobre drogas. In: ACSELRAD, G. **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CAMPOS, R. T. O.; CAMPOS, G. W. S. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In CAMPOS, G. W. S. et al (orgs.). Tratado de saúde coletiva. 2 ed. Rio de Janeiro, Hucitec, Fiocruz, p. 669- 688, 2006.

CARLINI, E. A. *et al.* **I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no**

Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2001. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2002.

CARLINI, E. A. (supervisão) *et al.* **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil:** estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país - 2005. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2006.

CARLINI-COTRIM, B. H. **A escola e as drogas:** realidade brasileira e contexto internacional. 1992. (Doutorado em Psicobiologia Social) – Departamento de Psicobiologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 1992.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, São Paulo, v.6, p. 115-128, 2002.

CARNEIRO, H. **Pequena enciclopédia de história das drogas e bebidas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

CARNEIRO, H. As drogas e a história da humanidade. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, ano v 6, p. 7-10, 2009.

CARRONDO, E. M. **Formação profissional de enfermeiros e desenvolvimento da criança:** contributo para um perfil centrado no paradigma salutogénico. Universidade do Minho. (tese de doutoramento). Portugal, 2006.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, L. S.; PELLEGRINO, A. P. Políticas de drogas no Brasil: a mudança já começou. **Instituto Igarapé. Artigo estratégico** 16, p. 42, 2015.

CAVALCANTE, M. B. P. T.; ALVES, M. D. S.; BARROSO, M. G. T. Adolescência, álcool e drogas: uma revisão na perspectiva da promoção de saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 555-59, 2008.

CHAIBUB, J. R. W. **“Entre o mel e o fel: Drogas, modernidade e redução de danos”** - Análise do processo de regulamentação federal das ações de redução de danos ao uso de drogas. 2009, 238 f. (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, 2009.

COLETIVO DAR - DESENTORPECENDO A RAZÃO. Centro Acadêmico faz nota contra Proibição do Alcool na UNIFESP, 2012. Disponível em <<http://coletivodar.org/2012/02/centro-academico-faz-nota-contraproibicao-do-alcool-na-unifesp/>>. Acesso em 6 jun. 2015.

COSTA, J. F. Perspectiva da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo – Instituto Cidadania, p. 75-88, 2004.

COUTINHO, M. P. L.; ARAÚJO, L. F.; GONTIÈS, B. Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Paraná, v. 9, n. 3, p. 469-477, 2004.

DUARTE, N. **A individualidade para si**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2008.

FORTE, F. M. P. Racionalidade legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas: uma provocação necessária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 193-208, 2007.

FONSECA, C. J. B. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. **Psicologia & Saberes**, n. 1, v. 1, p. 11-36, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

GORGULHO, M. (entrevista). Álcool e outras drogas: a perspectiva dos direitos humanos dos usuários. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, ano 6, n. 6, p. 7-10, 2009.

GUIMARÃES, I. S. A nova orientação político-criminal para o crime do uso de droga. **Revista CEJ**, Brasília, v. 11, n. 37, abr./jun. 2007.

GUNTHER, I. A; MACHADO, S. S. Revisitando a saúde: da visão patogênica à visão salutogênica de estresse. In: TRINDADE, Z. A.; ANDRADE, A. N. (orgs.). **Psicologia e saúde**: um campo em construção. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 1-15, 2002.

KARAM, M. L. Direitos humanos, laço social e drogas: por uma política solidária com o sofrimento humano. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Drogas, Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: CFP, p. 33-52, 2013.

KERR-CORRÊA, F. *et al.* Uso de álcool e drogas por estudantes de medicina da Unesp. **Rev. Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 95-100, 1999.

HAIEK, R. Redução de danos para drogas injetáveis. In: NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. **Drogas e redução de danos**: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo: PROAD/UNIFESP/MS, 2008.

HART, C. **Um preço muito alto**: A jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HARI, J. Descoberta a provável causa do vício. E não é o que você pensa. **Brasil Post**, 19 jun. 2015. Disponível em <http://www.brasilpost.com.br/johann-hari/descoberta-a-provavel-cau_b_7597010.html>. Acesso em 28 jul. 2015.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: HAESBAERT, R.; BANDEIRA, F. G. (orgs.). **Identidades e território**: questões e

olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, p. 13-22, 2007.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Etc. Espaço tempo e crítica. Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas e outras coisas. n 4, v 1, p. 39-52, 2007.

LACERDA, E.; MARIANO, J. Política Institucional sobre drogas e outras dependências é apresentado. **Jornal Universidade Federal de Goiás**, Goiânia, jun. 2013.

LARANJEIRA, R. *et al.* **I Levantamento Nacional sobre os padrões de Consumo de álcool na População Brasileira**. Brasília: SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2007.

LARANJO, T. H. M.; SOARES, C. B. Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas. **Rev. Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. 1027-1034, 2006.

LEMO, K. M. *et al.* Uso de substâncias psicoativas entre estudantes de medicina de Salvador (BA). **Rev. Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 34, n.3, p. 118-124, 2007.

LINS, E. V. A nova lei de drogas e o usuário: a emergência de uma política pautada na prevenção, na redução de danos, na assistência e na reinserção social. In: NERY FILHO, A. *et al* (orgs.). **Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LONG, S. I. (2001). Occupational stress in men and women: a comparative study of coping resources. Master's Dissertation. Rand Afrikaans University. Retrieved [2004-02-06] from <http://o-etd.uj.ac.za.raulib.ran.ac.za>.

LOURAU, R. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MAROLLA, L. Reitoria propõe o diálogo. **Entrementes**, edição especial 2, São Paulo, p. 2, jul. 2013.

MELO, R. M. DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS; Análise crítica no âmbito das ciências criminais, 2012,135p. (Tese de doutorado) – Programa de Pós –graduação em direito, Universidade de São Paulo – USP – SP, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MONKEN, M. *et al.* O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: MIRANDA, A. C. *et al* (orgs.). **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 23-41, 2008.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, jun. 2005.

NARDI, H. C.; RIGONI, R. Q. Marginalidade ou cidadania? A rede discursiva que configura o trabalho dos redutores de danos. **Rev. Psicologia em Estudo**, Maringá, Paraná, v. 10, n. 2, p. 273-282, ago. 2005.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, n. 3, 1996.

NERY FILHO, A. *et al* (orgs.). **Toxicomanias**: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

NERY FILHO, A. Que Deus nos ajude. **Conversando com Antonio Nery Filho [blog]**, 6 maio 2013. Disponível em <<https://conversandocomnery.wordpress.com/2013/05/>>. Acesso em 1 ago. 2015.

NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. **Drogas e redução de danos**: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo: PROAD/UNIFESP/MS, 2008.

NUNES, L. A. S. O sentido da coerência como conceito operacionalizador do paradigma salutogenico. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4, 2011. Congresso Português de Sociologia. **Anais...**Portugal, 2011.

OLIVEIRA, E. P. Sistemas penais e a nova Lei de drogas: do uso, da pena e de outras questões. **PANÓPTICA - Direito, Sociedade e Cultura**, São Paulo, v. 2, n. 7, p. 178-196, 2007.

OLIVEIRA, W. Laudo sobre a morte do estudante paraibano será antecipado. **Diário de Pernambuco**, 5 fev. 2013. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?p=2714>>. Acesso em 8 jul. 2015.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

PAGNAN, R.; TUROLLO, R. J. R. Estudante encontrado morto uso drogas e se afogou na USP, diz Laudo. **Folha de São Paulo**, 16 out. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1533238-estudante-encontrado-morto-usou-droga-e-se-afogou-na-usp-diz-laudo.shtml>>. Acesso em 8 jul. 2015.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de guerra às drogas. **Rev. Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 154-162, abr. 2011.

PEZZATO, L. M.; L'ABBATE, S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1297-1314, dez. 2011.

PIAGET, J. **Epistemologia genética e pesquisa psicológica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

PICOLOTTO, E. *et al*. Prevalência e fatores associados com o consumo de substâncias

psicoativas por acadêmicos de enfermagem da universidade de Passo Fundo. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 645-654, maio 2010.

PORTUGAL, F. B. *et al.* Uso de drogas por estudantes de Farmácia da universidade Federal do Espírito Santos. **J. Bras. Psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 127-132, 2008.

POLLO-ARAÚJO, M.; MOREIRA, F. G. Aspectos históricos da Redução de danos. In: NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. **Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde**. São Paulo: PROAD/UNIFESP/MS, 2008.

PRESTES, F. Pedro Abramovay: “Usuário pobre está sendo tratado como traficante”. **Sul21**, Porto Alegre, 23 jul. 2012. Disponível em <<http://www.sul21.com.br/jornal/pedro-abramovay-o-usuario-pobre-esta-sendo-tratado-como-traficante/>>. Acesso em 7 jul. 2015.

QUEIROZ, I. S. Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 2-15, 2001.

RODRIGUES, J. *et al.* **A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre história e memorial**. São Paulo: Unifesp, 2008.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, v.1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005a.

SANTOS, M. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005b. Disponível em Disponible en:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SANTOS, V. E.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 995-1015, 2010.

SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 3 ed. Brasília: SENAD, 2010.

SERRANO, P. E. Universidade: paternalismo x liberdade. **Carta Capital**, 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/universidade-paternalismo-x-liberdade-2605.html>>. Acesso em 8 jul. 2015.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004a.

SARTI, C. A. O jovem na família: o outro necessário. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo – Instituto Cidadania, p. 115-29, 2004b.

SEIFFERT, O. M. L. B. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): de uma escola livre

de medicina a universidade da saúde. In: MOROSINI, M. (org). **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SILVA, L. *et al.* Fatores associados ao consumo de álcool e drogas entre estudantes universitários. **Rev. saúde pública**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 280-288, abr. 2006.

SILVEIRA, D. X. Reflexões sobre a Prevenção do Uso indevido de Drogas. In: NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. (orgs.). **Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde**. São Paulo: PROAD/UNIFESP/MS, 2008.

SIQUEIRA, D. Uso de drogas e redução de danos: práticas cidadãs. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. Drogas, **Direitos Humanos e Laço Social**. Brasília: CFP, 131-135, 2013.

SOARES, C. B. *et al.* Juventude e consumo de drogas: oficinas de instrumentalização de trabalhadores de instituições sociais, na perspectiva da saúde coletiva. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, Botucatu, São Paulo, v. 13 n. 28, p. 189-199, jan.-mar. 2009.

SOARES, C. B. Juventude e saúde: Concepções e políticas públicas. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (orgs.). **Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

SOUZA, K. M.; MONTEIRO, S. A abordagem da redução de danos em espaços informativos não formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v. 15, n. 38, p. 833-844, jul./set. 2011.

TANAKA, O. Y.; MELO, C. **Avaliação dos programas de saúde do adolescente: um modo de fazer**. São Paulo: EdUSP, 2001.

TIBURI, M; DIAS, A. C. **Sociedade Fissurada** – Para pensar as drogas e a banalidade do vício. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

TISOTT, Z. L. *et al.* Álcool e outras drogas e a implantação da política de redução de danos no Brasil: revisão narrativa. **Rev. Atenção à Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 43, p. 79-89, jan. 2015.

UNODC — UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Relatório Mundial Sobre Drogas**. Viena, 2013.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Político Pedagógico**. Campus Baixada Santista. Santos, São Paulo: Unifesp, 2006.

_____. **Portaria n.º 2251, de 28 de dezembro de 2010**. São Paulo: Unifesp, dez. 2010.

_____. **Estatuto e Regimento Geral da Unifesp**. São Paulo: Unifesp, 2011a.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. **Plano de desenvolvimento Institucional 2011-2015**. São Paulo: Unifesp, 2011b.

_____. Reitoria da Universidade Federal de São Paulo. **Universidade Federal de São Paulo: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Unifesp, 2011c.

_____. **Informativo Plural da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**, ano 1, v.6. Drogas na universidade: Vamos conversar? São Paulo: Unifesp, set. 2013a.

_____. **Relatório de Gestão 2010/2013. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE**. São Paulo: Unifesp, 2013b.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Relatório de Autonomia dos Espaços Estudantis**. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2013c.

_____. **Informativo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. A UNIFESP recebe, com festa, novos estudantes. Ano II n 9, fev.-abr. 2014.

WAGNER, G. A.; ANDRADE, G. A. Uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários brasileiros. **Rev. Psiquiatr. Clín.**, São Paulo, v. 35, n. esp. 1, p. 48-54, 2008.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. **Teoria e metodologia em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

ZALAF, M. R. R.; FONSECA, R. M. G. S. Na boca do CRUSP: programa de prevenção e acolhimento em caso de uso problemático de álcool e drogas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 650-654, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente estudo com o título **“SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS ATRIBUIDOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL”** tem por finalidade compreender os significados atribuídos ao uso de álcool e outras drogas por parte dos estudantes da universidade Federal de São Paulo e como o uso de álcool e outras drogas aparece na política institucional. Utilizando como metodologia a pesquisa qualitativa. O levantamento de dados se dará através de entrevistas semi - estruturada, onde haverá a reflexão sobre a temática. Você, na condição de estudante, está sendo convidado a participar desta pesquisa. A participação é voluntária e você não é obrigado (a) a participar deste estudo, tendo o direito de retirar o consentimento da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo. Você poderá fazer qualquer pergunta de esclarecimento acerca do estudo e da sua participação nele, e se tiver alguma dúvida, ela será esclarecida no decorrer do trabalho.

A entrevista semiestruturada será posteriormente transcrita e analisada, porém o anonimato será preservado e seu nome ou qualquer outro dado que o(a) identifique não será revelado, nem mesmo a fase de conclusão e divulgação deste estudo. Todos os dados do estudo serão guardados em local seguro. Na possibilidade de algum risco, como desconforto psicológico para o sujeito da pesquisa, o participante terá assistência permanente durante o estudo, ou mesmo após o término ou interrupção do estudo. Não haverá benefícios diretos para o participante, pois iremos realizar apenas algumas discussões, pautadas em temas geradores com intuito de melhor compreender o significado do uso de álcool e outras drogas pelos estudantes. Entretanto acreditamos que a partir dos desdobramentos da pesquisa, as informações serão utilizadas junto aos sujeitos, na construção de estratégias sobre educação sobre drogas ligadas à vida acadêmica, bem como a formação de estudantes universitários como agentes redutores de danos.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Esse estudo tem como investigador a mestrandia Karla Helene Marques Lima, cel. (13)98216-9866 como orientadora a Prof.^a Dr.^a Rosilda Mendes, tel. (13) 3878-3846 e como co-orientadora a Prof.^a Dr.^a Cristiane Gonçalves da Silva, tel. (13) 3878-3846 as quais podem ser encontradas, respectivamente, no Prédio Central da universidade Federal de São Paulo - *Campus* Baixada Santista, das 08:00h às 17:00h de segunda à sexta, situado na Rua Silva Jardim, 136, Vila Mathias – Santos/SP – CEP 11030-400. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Botucatu, 572 – 1.º andar – cj.14, das 09:00h às 13:00h, tel. (11)5571-1062, FAX: (11)5539-7162 – Email: cepunifesp@epm.br.

Acrescentamos que, após a conclusão da pesquisa, comprometemo-nos a divulgar os resultados, assim como apresentá-los em seminários, congressos e eventos afins. Bem como que a divulgação parcial dos dados poderá acontecer durante a condução desta pesquisa e reafirmamos que o seu anonimato será preservado e nem seu nome ou qualquer outro dado que o identifique será revelado. Informamos que não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira à sua participação. Se

existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. O pesquisador se compromete a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.

Consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, recebi as informações sobre os objetivos e a importância do estudo **“SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS ATRIBUIDOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL”** e ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas, sendo também voluntária e terei a liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga prejuízo para a minha vida pessoal. Esse termo foi elaborado em duas vias devidamente assinadas, sendo que uma ficará com você e outra conosco.

Assinatura do pesquisador

Data: __/__/__.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Data: __/__/__.

Assinatura da testemunha
(caso necessário)

Data: __/__/__.

ANEXO 2 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS ATRIBUÍDOS AO USO DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Pesquisador: Karla Helene Marques lima

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33142414.6.0000.5505

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Paulo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 777.136

Data da Relatoria: 03/09/2014

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer CEP. 719.847 de 16/7/2014

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer CEP. 719.847 de 16/7/2014

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme parecer CEP. 719.847 de 16/7/2014

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer CEP. 719.847 de 16/7/2014

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Trata-se de respostas de pendências apontadas no parecer inicial

Recomendações:

sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

pendências apontadas no parecer inicial:

1. Toda pesquisa envolve riscos, sejam eles psicológicos, constrangimento ou divulgação de seus

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14

Bairro: VILA CLEMENTINO

CEP: 04.023-061

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)5539-7162

Fax: (11)5571-1062

E-mail: cepunifesp@unifesp.br

Continuação do Parecer: 777.136

dados.

Adequar projeto e TCLE. Esclarecer que, caso seja necessário, o participante terá assistência permanente durante o estudo, ou mesmo após o término ou interrupção do estudo.

2. De acordo com o projeto, "a partir dos desdobramentos da pesquisa, as informações serão utilizadas junto aos sujeitos, na construção de estratégias sobre educação sobre drogas ligadas à vida acadêmica, bem como a formação de estudantes universitário como agentes redutores de danos." Incluir estes possíveis benefícios no TCLE.

3. No TCLE, fornecer telefone de contato dos pesquisadores, bem como horário de disponibilidade dos telefones do pesquisador e do CEP.

4. Incluir no TCLE campo para o nome do pesquisador e do participante da pesquisa. Incluir campo de nome, assinatura e data para testemunha, caso seja necessário durante o processo de consentimento (ex. deficientes visuais).

5. Apresentar TCLE como documento a parte do projeto, contendo paginação do tipo "1 de 1".

6. No trecho do TCLE "Acrescentamos que, após a conclusão da pesquisa, comprometemo-nos a divulgar os resultados (...)" acrescentar que também durante a condução da pesquisa os resultados parciais poderão ser informados.

7. Incluir no TCLE a sentença "Esse termo foi elaborado em duas vias devidamente assinadas, sendo que uma ficará com você e a outra conosco."

8. Não foi apresentada resposta da Instituição (autorização) à solicitação do orientador para condução da pesquisa. Favor incluir documento.

respostas: nova versão de TCLE apresentada bem como carta de autorização da instituição.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14

Bairro: VILA CLEMENTINO

CEP: 04.023-061

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)5539-7162

Fax: (11)5571-1062

E-mail: cepunifesp@unifesp.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO PAULO - UNIFESP/
HOSPITAL SÃO PAULO



Continuação do Parecer: 777.136

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (anualmente), e o relatório final, quando do término do estudo.

SAO PAULO, 03 de Setembro de 2014

Assinado por:
José Osmar Medina Pestana
(Coordenador)

Endereço: Rua Botucatu, 572 1º Andar Conj. 14
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-061
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5539-7162 **Fax:** (11)5571-1062 **E-mail:** cepunifesp@unifesp.br

Página 03 de 03

APÊNDICES

APÊNDICE 1- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Título da Pesquisa:

SIGNIFICADOS ESTUDANTIS E INSTITUCIONAIS ATRIBUÍDOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Orientador (a): Prof. Dr. Rosilda Mendes

Co-Orientador (a): Prof. Dr. Cristiane da Silva Gonçalves

Mestranda: Karla Helene Marques Lima

PARTE I

IDADE: SEXO: () Feminino () Masculino

CURSO: () Integral () Vespertino () Noturno

RESIDE: () República () Sozinho () Parentes () Família

1-) Para você, qual seria o significado do uso de drogas no meio acadêmico?

2-) Existe alguma situação ou evento em especial, que você perceba que há um aumento significativo no uso de álcool e outras drogas? Por que você acha que isso acontece?

3-) “Redução de danos abrange uma série de estratégias que tem por objetivo reduzir os riscos (ao consumo de substância psicoativas. ” (ENTREVISTA DARTIU XAVIER DA SILVEIRA – JORNAL ENTREMENTES, ED 2, JULHO, 2013). O que você entende sobre redução de danos? Você acredita que esta prática faria diferença no meio ou danos) relacionados universitário?

4.) “Vista grossa? Punição? Descumprir leis? Autonomia universitária? Papel educativo? Redução de danos? Polícia? Política? Não polícia? Não política? Tratamento médico? Internação compulsória? Proíbe? Aceita? Criminaliza? São muitas as possibilidades de se lidar com a questão das drogas na sociedade...” Fala da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, para o jornal Entrementes da Unifesp. Em sua opinião, qual política de drogas faz mais sentido dentro da universidade?

5.) Em uma entrevista ao jornal *entrementes* da Unifesp, a Pró – Reitora de Assuntos Estudantis, fez a seguinte fala sobre autonomia universitária.

AR – Se nós acreditamos que o debate é legítimo e necessário, isso não quer dizer que ignoramos as leis brasileiras. Ter autonomia universitária não significa estarmos acima das leis. Elas devem ser respeitadas e cumpridas. Aqueles que acreditam que o uso das drogas deva ser legalizado, ou descriminalizado, têm todo o direito – e, por que não o dever – de batalhar para que isso aconteça. Mas, enquanto as drogas forem proibidas, devemos estar cientes das consequências e penalidades (MAROLLA, 2013). Para você o que é ter autonomia?

6.) Existe uma música de (Gabriel – O Pensador) , chamada CACHIMBO DA PAZ, selecionamos um trecho que diz assim.

(...) Foi mandado pro presídio e no caminho assistiu um
Acidente provocado por excesso de cerveja
Uma jovem que bebeu demais atropelou
Um padre e os noivos na porta da igreja
E pro índio nada mais faz sentido
Com tantas drogas porque só o seu cachimbo é proibido? (...)
Em seu ponto de vista, qual o significado desta letra?

APÊNDICE 2 – EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

QUESTÕES PARA ANÁLISE	TRECHOS SIGNIFICATIVOS	IMPRESSÃO DO PESQUISADOR	REFERÊNCIAS
REDUÇÃO DE DANOS	<p>“Olha eu tenho um entendimento leigo sobre este assunto, sou muito simpático a ideia, acho que há ideia um pouco é assim, é saber que as pessoas usam drogas, que as pessoas usam drogas desde sempre e há este flerte com os limites da consciência e é isso de poucos anos ara cá, dentre os limites da história resolveu-se criar estes limites, criar impedir que as pessoa façam uso de drogas e diante disso as ideias de autonomia para saber se vão usar ou não, pelo menos reduzir os danos causados. Há danos! Ninguém diz que não! todos sabem que há risco á saúde devido ao uso de drogas , mas se vc puder reduzir os danos, como por exemplo, de evitar contrai HIV pelo uso de uma seringa compartilhada, melhor. Se você poder não correr o risco de estar aspirando mármore, pó de granito em vez de cocaína melhor.”.E05</p>	<p>Nesta fala estudante aponta uma incoerência, segundo este ponto de vista, o álcool que seria a pior das drogas. Pois, além de prejudicar o individuo, ocasiona diversos danos à sociedade, como os inúmeros acidentes de trânsito é uma substancia permitido e incentivada.</p>	<p>NIEL E SILVEIRA, 2008</p> <p>TISSOTT <i>et al</i> 2015</p>
	<p>“Eu acho que seria importante uma campanha sobre redução de danos, pq têm muita gente que entra e não usava nada antes ou usava muito pouco e depois da faculdade isso dá um aumento.” E07</p>	<p>Importância da estratégia da redução de danos, devido o aumento do consumo com a entrada na universidade</p>	<p>MELO, 2012</p>

APÊNDICE 3 – PRODUTO TÉCNICO



EU SOU UM REDUTOR DE DANOS E VOCÊ?

Por meio dos resultados desta pesquisa ao analisar os significados estudantis e institucionais atribuídos ao uso de álcool e outras drogas na UNIFESP, percebemos que existe a necessidade de um diálogo intenso que movimente e reinvente discussões acerca desta temática. Assim, identificamos a importância da atuação do Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE como mediador nesta questão.

Verificamos durante o discurso dos sujeitos que as intercorrências devido o uso prejudicial de álcool e outras drogas são ocasionadas principalmente nos territórios, onde a descontração e a socialização são mais intensas como: festas, luaus, encontros esportivos, principalmente os organizados pela Atlética.

Incorporando a autonomia dos universitários por meio de processos educativos, observamos a urgente necessidade de a universidade cumprir seu papel pedagógico e atuar de maneira efetiva na produção de saúde e acolhimento estudantil, para tanto propomos um projeto denominado: “Eu sou um redutor de danos e você?”

Este projeto visa à constituição de um guia para formar estudantes em redutores de danos, proporcionando um território universitário saudável, incorporando os discentes como protagonistas por meio de ações que produzam significados.

OBJETIVO GERAL

- Elaborar um guia orientador de formação para estudantes se tornarem redutores de danos.

METODOLOGIA

A proposta consiste na realização de oficinas coordenadas pelo Núcleo de Apoio ao Estudante da UNIFESP *campus* Baixada Santista. Estudantes (principalmente os da Atlética), técnicos e docentes de forma uníssona ao refletir sobre política relacionada a álcool e outras drogas, por meio de um grupo de estudo deverão elaborar um guia orientador para formação de estudantes como redutores de danos. A partir deste momento este grupo atuaria em diversas ações voltadas para os discentes da universidade.

DIFICULDADES

A parte mais conservadora da universidade pode alegar que tais medidas possam fazer apologia ao uso de substâncias psicotrópicas e que a universidade será responsável por todos os contratempos que possam vir a ocorrer. Contudo, já é hora da universidade assumir sua responsabilidade como instituição pedagógica e lidar com o uso de drogas de forma racional e consciente. Atualmente o papel da universidade se restringe a abertura de sindicância e apuração dos fatos, incluindo intercorrências fora de seu espaço físico. Pouquíssimos ou quase nenhum papel de orientação e educação para o uso consciente de tais substâncias é realizado.

POTENCIALIDADES

A garantia a autonomia e respeito às individualidades, proporciona uma maior reflexão em relação ao uso consciente de substâncias psicotrópicas, ocasionando à diminuição dos agravos a saúde ocasionados pela falta de informação e diálogo.

AValiação

Partindo do pressuposto que avaliação é processual, realizaremos a análise do produto técnico gradualmente, utilizaremos como referencial Zabala (1998), que propõe um olhar denso através de três dimensões:

a) Conceitual: refere-se aos conceitos abordados durante toda a etapa de construção teórica do produto, nesta análise utilizaremos a observação sistemática dos atendimentos do NAE

como um dos instrumentos. O nexo causal nestes casos é complicado, assim um acompanhamento em longo prazo será elaborado.

b) Atitudinal: Nesta parte da avaliação observaremos os movimentos dos estudantes em relação aos aspectos morais que tange o campo das drogas. Tal observação é complexa, contudo através de formulário a ser elaborado posteriormente pelo NAE e grupo de estudo, acompanharemos se houve a incorporação positiva em relação a estratégia de Redução de Danos.

c) Procedimental: nesta etapa avaliaremos se a estratégia de Redução de Danos está sendo incorporada nas ações cotidianas, principalmente nos territórios onde a socialização e o uso prejudicial de álcool e outras drogas são acentuadas.

BIBLIOGRAFIA

NIEL, M.; SILVEIRA, D. X. Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde/ Marcelo Niel e Dartiu Xavier da Silveira (org). – São Paulo, 2008. Programa de orientação e atendimento a dependentes (PROAD) Universidade Federal de São Paulo (UNIFES). Ministério da Saúde.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, p. 224, 1998

.